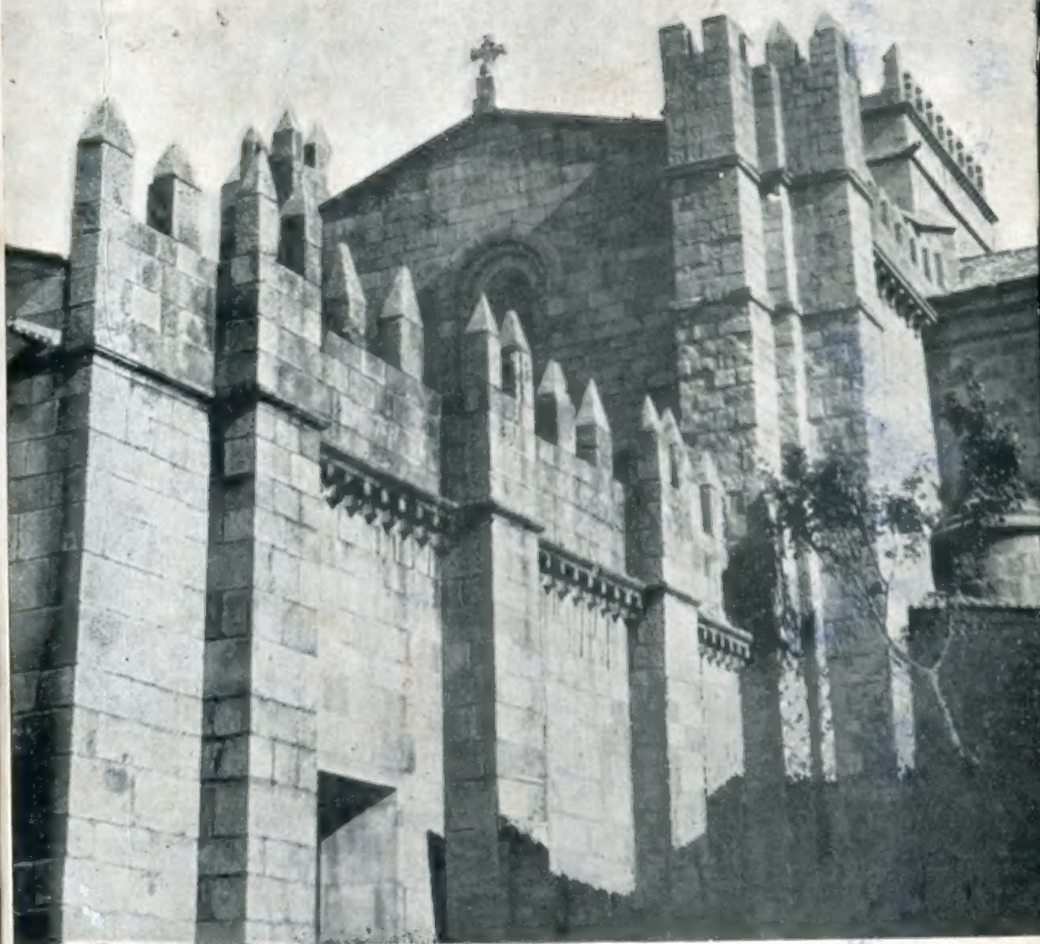
ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO



O PORTO MEDIÉVICO

LIVRARIA TAVARES MARTINS

A medieval Sé do Porto não dá a quem a vê superficialmente, a impressão de construção guerreira que efectivamente é. O seu visitante ao surpreendê-la pelos caminhos que normalmente a ela conduzem, depara-a com a sua fachada norte que uma bela «Logia» de NAZONI desfigura. A sua fachada principal, a poente, está também muito alterada pelas próprias torres.

Mas a fachada Sul de que a capa deste livro, é um trecho, revela-nos ainda o aspecto e solidez de uma construção militar.

Fot. de GOUVEIA PORTUENSE

O PORTO MEDIÉVICO

Do Autor :

AS ORIGENS DA CIDADE DO PORTO

O Problema de Portucale

António de Sousa Machado

O PORTO MEDIÉVICO

Problemas de Portucale



Livraria Tavares Martins

Porto / 1968

Introdução

No decorrer do trabalho que se segue aparece muitas vezes a referência ao morro da Pena Ventosa. Qualquer pessoa que se tenha interessado um pouco pela história da cidade do Porto sabe o que é essa nobre elevação orográfica ; e uma vez que nas origens de Portugal desempenha tão relevante papel o centro cívico que está na origem da cidade, o conhecimento do alto da Pena Ventosa interessa aos estudos da época em que Portugal nasce.

Ora o alto da Pena Ventosa é essa imponente elevação sobranceira ao rio Douro que medievais construções de carácter religioso enobreceram. É o alto onde se construiu a bela Sé de Portucale ou do Porto de hoje ; logo na mesma época em que a Sé foi construída, outros edifícios surgiram à sua volta e, no séc. XVIII, no mesmo alto edificou-se o magnífico Palácio dos Bispos, com toda a grandeza própria do tempo em que foi construído.

Nesse palácio, integraram-se elementos arquitectónicos da época medieval, certamente de edificações desaparecidas com a sua construção.

No alto da Pena Ventosa a tradicional história da cidade do Porto tem feito residir as suas mais remotas

origens ; é problema que neste trabalho pretende ser revisto.

Modernamente também noutra elevação — a do Corpo da Guarda — se pretenderam encontrar vetustas ascendências da cidade do Porto, ponto a que a seu tempo e no presente trabalho nos referimos também.

A história das origens da cidade do Porto tem sido muitas vezes apresentada sem se considerar o condicionalismo da sua época, o que inevitàvelmente tem trazido graves confusões. De uma maneira geral, os autores têm procurado para a terra que precede o Porto — Portucale — um exagero de importância que não se pode coadunar com a verdade nem com o que na época se passava na Europa Ocidental. A esses exageros não escapam os maiores historiadores, mesmo quando têm a estatura de um Cardeal Saraiva[1] ou de um Alexandre Herculano[2].

Ora a existência de uma importante cidade com seu movimentado porto em séculos anteriores ao XII é impossível e não há vantagem nenhuma em querer fazer história contra a verdade.

Devemos por isso recordar um pouco o que era a Europa Ocidental nos tempos que precedem o nascimento da monarquia portuguesa, para sentirmos o quadro e o clima das origens de Portucale (→ Porto).

A antiga civilização ocidental, como é sabido, desenvolveu-se à volta do *Mare Nostrum* — o Mediterrâneo.

---

[1] *Obras Completas,* vol. II, pág. 95 e segs.
[2] *História de Portugal,* liv. I, pág. 8.

Esta civilização soçobra com a queda de Roma e o esforço que se inicia para voltar à cultura tradicional vê quebrada a sua evolução quando os Sarracenos se apoderam do Mediterrâneo, que no séc. VIII deixa de ser *Mare Nostrum* na sua parte ocidental. A oriente, Veneza pode manter o seu comércio com a grande metrópole que é Constantinopla (um milhão de habitantes !), mas para ocidente, os árabes vindos do Norte de África infestam as costas da França, da Espanha e da Itália, uma vez que estão senhores das Baleares, da Córsega, da Sardenha e da Sicília.

Saqueiam Pisa (953 e 1004) e Barcelona (985). O Bispo de Maguelonne vê-se forçado a refugiar-se em Montpellier. Os Muçulmanos estabelecem um porto nos Alpes, perto de Nice (Garde-Frainet), donde exigem resgate dos peregrinos e dos viajantes que aprisionam.

Em 846 chegaram a cercar o Castelo de Santo Ângelo, em Roma. A navegação no Mediterrâneo Ocidental desaparecera assim com o domínio islâmico[1].

Este facto fez soçobrar toda a importância económica das cidades da Europa latina ; mesmo quando velhas cidades romanas subsistem, podem ter o prestígio que lhes dá a residência de um Bispo e a sua organização administrativa, mas a sua importância económica desapareceu porque a falta de navegação fez ruir todo o valor comercial ; segue-se um empo-

---

[1] Vid. *História Económica e Social da Idade Média,* de Henri Pirenne.

brecimento generalizado, com o desaparecimento do numerário de ouro e a falta de circulação da moeda.

A vida económica restringe-se ao trabalho agrícola, e a propriedade ou o trabalho rural é a única forma de riqueza. A própria ética cristã não favorece intensa vida comercial : o supérfluo deve ser dado, em caridade ; a usura — a palavra torna-se odienta — ou, seja, a retribuição de empréstimos com juros, é inadmissível.

Ao comércio só os judeus se dedicam, tornando-se sinónimas e repulsivas ambas as palavras — judeus e comerciantes.

Sendo este o quadro geral da Europa Ocidental durante os séculos VIII, IX, X e XI, não é de pôr a hipótese de neste extremo ibérico poder existir uma cidade rica e próspera. Com quem poderia ela manter relações para animar o seu comércio e fortuna ?

É no Norte da Europa que aparecem várias zonas comerciais em franco desenvolvimento, certamente impulsionadas pelo extraordinário comércio de Veneza, que, como dissemos, nunca deixou de manter intensas relações com o Oriente.

O Danúbio é a grande via de comércio entre Veneza e o Norte da Europa, onde o comércio se desenvolve desde o Atlântico até à Rússia.

Aceita-se a data de 1015 para marcar o início da reacção positiva contra os Sarracenos, que então atacados por pisanos e genoveses sofrem grande golpe com a perda da Sardenha.

Na Flandres, onde surge uma zona de diligentes comerciantes com os quais Portucale entrará em estreito contacto no séc. XII, opera-se grande transformação.

Mas, até tal reviravolta se operar, o Portucale da foz do Douro tinha de se ressentir das circunstâncias graves que atormentavam a vida da Europa latina.



No séc. XI os Árabes dominam o Mediterrâneo ocidental ; por eles estava ocupado todo o território na gravura limitado por traço carregado.

O desaparecimento do comércio obstava à existência de vida citadina, pois esta é essencialmente resultado da vida comercial.

E se externamente não havia estímulo para a existência de uma terra importante na foz do Douro, também o não havia internamente.

Na verdade, e qualquer que seja a solução do difícil problema do ermamento, não era só a vida comercial e citadina que desaparecera. A própria população rural era muito escassa, como os autores nos permitem afirmar e se pode deduzir de uma toponímia de origem não arcaica.

Ainda recentemente, em comunicação feita no Colóquio Etnográfico Rocha Peixoto [1], o Prof. Joseph Piel afirmou que a generalidade da toponímia de Entre Douro e Minho é uma toponímia da reconquista, de repovoamento ; uma toponímia já de quando existe o português, embora subsistam testemunhos anteriores ao séc. VIII.

Não encontramos pois elementos na nossa história da alta Idade Média que deixem deduzir a possibilidade de uma importante cidade no Noroeste peninsular ; com essa modéstia de vida devemos interpretar o Portucale que existe na Idade Média, nas vésperas de 1140, quando D. Afonso Henriques ergue a independência de Portugal. A esta data, diz Magalhães Basto, a população de Portucale não excederia algumas escassas centenas de almas [2].

Embora em nosso parecer a verdadeira importância de Portucale provenha do séc. XII, nenhuma dúvida

---

1 Na Póvoa de Varzim, em Outubro de 1966.

2 *Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsídios para a História da Cidade de Lisboa,* pág. 2.

pode haver que já antes e progressivamente fora adquirindo maior valor com as lutas da reconquista. O facto de o nome de Portucale se ter tornado extensivo a uma zona territorial relativamente grande comprova esse facto.

Para uns, essa maior importância talvez provenha da acção do conde Vímara Peres [1], o que para outros está longe de ser comprovado, antes aceitando que a importância de Portucale se tenha afirmado na época suevo-visigótica [2].

Em qualquer caso, porém, para interpretar o Portucale mediévico e o aparecimento da cidade do Porto, percamos a ideia de uma grandeza que os escritores do passado costumam invocar para a cidade do Douro.

Essa grandeza existe não nos tempos em que não penetra a averiguação histórica, mas existe, sim, em sincronismo com a fulgurante gesta que deste extremo ocidental se começa a escrever.

« Chamou-se Portucale o burgo antigo.
À flor das ondas, a cismar consigo,
É terra ainda e já pertence ao mar !

Nasceu depois um reino pequenino.
E porque herdou do burgo o seu destino
Tomou-lhe o nome, ao ir-se baptizar.» [3]

---

1 T. Sousa Soares in *Biblos,* XVIII, pág. 201 e segs.

2 Almeida Fernandes in *Do Porto veio Portugal.*

3 António Sardinha, *Pequena Casa Lusitana,* soneto « Portucale ».

Uma desculpa queremos pedir ao leitor. A correlação que os assuntos estudados tem entre si leva, por vezes, em capítulos diferentes, a pôr os mesmos problemas, havendo portanto repetição de temas tratados.

Parece-nos difícil evitar que isto aconteça, pelo que nos limitamos a esperar o perdão do leitor benévolo.

CAPÍTULO I

Os primeiros séculos de Portucale

O problema de Portucale parece ser um problema sem solução. Há séculos que se escreve sobre a forma como teria surgido esse topónimo e da mesma forma o que teria sido na origem a terra que hoje é o Porto.

Há anos que concorridos e animados Colóquios discutem esses mesmos problemas, e parece que não falta o entusiasmo para os continuar a enfrentar.

Temos, porém, a impressão que sobre a forma como a palavra Portugal (de Portuscale) se originou, não haverá muito a acrescentar ao que se tem dito depois da publicação do nosso trabalho sobre as origens da cidade do Porto e de trabalhos valiosos que se lhe seguiram.

Cremos todavia que o problema está hoje mais cru no estudo do que foi pròpriamente Portucale (→ Porto) e como se originou e desenvolveu a terra deste nome.

É sobre esse ponto a nossa presente reflexão.

Muito se tem escrito também sobre tal, e tanto quanto possível rememoremos o que os principais autores têm aventado sobre esse difícil problema.

Um dos mais recentes e ponderados estudos é o do ilustre investigador *Rogério de Azevedo* sobre « O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique » e desse estudo começaremos com a seguinte transcrição:

« ... a expressão *Portucale* era corrente, e, transformada em epónimo, galgara, do sítio de ao pé do rio, as vertentes quase aprumadas do monte da Sé para abarcar área maior que os muros suévicos não puderam constranger. *Portucale* nessa altura também se chamava *Festabole — Portucale Festabole quoque appelabatur.* » E o erudito investigador decide-se a localizar o Portucale na margem direita, em Miragaia. Acompanha Mendes Correia, não dando aos Suevos a criação do povoado ; este, com os Suevos, só entraria em nova fase : « Transformaram em *burgo* o recinto da acrópole, dentro das primitivas muralhas, possìvelmente tornadas mais extensas que as existentes, e que os Romanos haviam desprezado ou destruído, por serem desnecessárias na pacificação cometida. »

E continua : « Deve ter nascido assim, para a História, o *burgo portucalense* que, mercê de circunstâncias várias, os bispos consolidaram ... ».

Noutros passos é terminante em considerar nascido no alto da Pena Ventosa o velho Portucale, embora a transcrição feita permita concluir que, para Rogério de Azevedo, a origem de Portucale estaria em baixo — à beira-rio — e galgaria depois o monte da Sé.

Também recentemente escreve sobre a forma como o Porto nasce e se desenvolve o *P.ᵉ Bernardo Xavier Coutinho.* Fá-lo na « História da Cidade do Porto » [1], e nos seguintes termos : « Vários sistemas defensivos devem ter existido desde os tempos pré-históricos e proto-históricos, ao longo dos séculos, no Porto, em contacto, sucessivamente, com os Romanos, os Suevos, os Visigodos e os Árabes ; não podia ser de outra forma, encarada a sério, como o deve ter sido, a defesa do burgo portucalense, melhor do núcleo constituído pelo monte em que campeia, ainda hoje, alterosa e incomparável, a vetusta silhueta da Sé, essa elevação característica que foi sempre a acrópole sagrada dos tripeiros de todos os tempos. » E vai anotando que « como se sabe, os Suevos elevaram o burgo portucalense à categoria de cidade e, como não podia deixar de ser, naturalmente, foi nessa altura fortificado o *oppidum Romanorum* (séc. V) » ; afirma que a Sé foi precedida do primitivo castelo portucalense e de muralhas. Entretanto « a cidade foi elevada à categoria de sede episcopal em substituição de *Magnetum* (572 a 585) ». Deveria ser esse castelo amuralhado, lá no alto que os Árabes encontraram no séc. VIII. « A seguir, no fim do séc. IX, em cujo tempo o conde Vímara Peres efectuou a presúria do Porto (868), Afonso III de Leão (866-910) renovou e completou as muralhas existentes, que Almançor certamente arruinou em 997. »

Também no entender do douto autor « os Gascões ou Vascões, por seu lado, fixaram-se no Porto, após

[1] Vol. I, pág. 437.

terem aportado à foz do Douro no séc. XI e, uma vez fixados, fortificaram também a cidade que povoaram ».

« A seguir, aí por 1067, Fernando Magno de Leão deve ter também procedido à restauração e conservação do sistema defensivo existente, que o conde D. Henrique, entre 1095 e 1114, necessàriamente continuaria a acarinhar, dada a situação geográfica que fez a sua fortuna, na embocadura de um nó cujas águas ... lhe deram sempre a sua razão de ser, tanto econòmicamente, como espiritual e demogràficamente. Pois foram estas antigas muralhas da Cerca Velha que cingiram o Porto, mais ou menos até 1300, e lhe defenderam a sua personalidade nesse longo e recuado passado ... »

Magalhães Basto é justamente considerado o grande historiador da cidade do Porto. Que pensa ele do Porto pré-histórico ? Teve ocasião, como não podia deixar de ser, de se pronunciar sobre o assunto que nos ocupa, em vários passos da sua benemérita obra.

Na conferência que proferiu em 1954 subordinada ao título « A Antiga, mui Nobre e Leal Cidade ... » [1] disse sobre o Porto : « *Teve a sua origem, como todos sabem, numa povoação* pré-romana, denominada Cale, — a qual ficava, ao que dizem modernos estudos, no lugar conhecido ainda no séc. XV pelo antigo nome de Cividade (um monte em cujo cimo havia não há muitos anos o largo do Corpo da Guarda) ; já no séc. IV depois de Cristo, se formara, derivado de Cale, o aglomerado urbano chamado *Portucale,* situado na

---

1 Edição da Biblioteca do Club Fenianos Portuenses, Porto, 1954, pág. 1. Os itálicos são de nossa autoria.

margem direita do Douro, *na actual Ribeira,* e como natural consequência das necessidades ou conveniências dos viajantes e das mercadorias que, aproveitando a estrada romana de Lisboa a Astorga, eram obrigados naquele ponto a atravessar o rio Douro. Ou porque a *ribeira* era na realidade o *porto* que servia Cale, ou porque, como ainda hoje se vê, ao ponto da travessia de um rio, se chamava *porto* da localidade mais próxima, recebeu naturalmente o nome de *Portucale* a povoação que se formou lá em baixo na Ribeira, na margem direita do Douro. »

Neste trecho há uma referência a Cale, arcaica povoação que nunca existiu [1] ; contudo Magalhães Basto chegou a escrever que « o assento de Cale num outeiro é hoje inatacável ». Porém, sem a subordinação ao preconceito da existência de Cale, Magalhães Basto, como se vê, colocaria a origem de Portucale junto do Douro, na actual Ribeira.

Em « Portucale », trabalho de compilação, conforme ele próprio diz, publicado no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto [2], começa por lembrar a invasão dos Bárbaros e o estabelecimento dos Suevos em 411, na zona noroeste, e o alargamento destes para o Sul, uma vez que os Vândalos resolveram passar à África, em 429. Desta forma, Portucale deixa de ficar num extremo sul para ficar num ponto central do território suevo, posição que se fortalece quando a monarquia sueva incorpora a parte da Galécia que os

---

1 Vid. *As Origens da Cidade do Porto,* de A. de Sousa Machado.
2 Vol. XI, fascs. 3-4.

Vândalos abandonaram. Porém, em 585, cessa o reino suevo com o domínio de Leovigildo, rei dos Visigodos.

Magalhães Basto, embora sem grande entusiasmo, aceita o parecer de Gonzaga de Azevedo que inculca *Portucale* como capital do reino suevo.

Detém-se sobre a criação do bispado de Portucale, e diz que « da *primeira ermida, que foi durante séculos catedral de Portucale,* nada se sabe documentalmente. Ao templo que desde muito antes da nacionalidade portuguesa devia existir no alto do cerro de Penaventosa, a única e a mais antiga referência explícita conhecida é do séc. XIV ... »

Ainda nos diz « que embora seja provável que logo no tempo dos Suevos fosse levantada, na crista do monte da Sé do Porto, uma cinta de muralhas para defender o humilde templo e as construções que em sua volta existiam ou se foram erguendo — não há dados suficientes para que possamos afirmar que os Suevos tenham erguido tais muralhas. Como *castro que o monte foi,* é natural, no entanto, que tivesse sido fortificado em remotas eras pela mão do homem. »

Magalhães Basto também nos deixou a palestra « Quatro Épocas do Porto », publicada pelo Gabinete da História da Cidade do Porto (1944), onde nos dá interessantes pareceres.

Porque Idácio fala no *Portucale Castrum,* no tempo dos Suevos, aventa que esse forte « não deveria ser outro senão a eminência deste morro em que nos encontramos, sobranceiro e contíguo ao *Portus* da beira-rio ».

Para Magalhães Basto, *Portucale* tinha importância pois foi feita cidade episcopal nos princípios da segunda

metade do séc. VI, pela transferência para Portucale do bispado de Meinedo. Se foi criado aí um bispado, necessária era a existência de uma igreja, e Magalhães Basto liga a esta a informação que no séc. XIV certa passagem das inquirições dá da existência de uma ermida « u ora esta a Sé » ; Magalhães Basto aceita que essa ermida seja do tempo dos Suevos, do tempo do estabelecimento do bispado.

Quanto à existência das muralhas à volta da crista da serra, depois de afirmar serem bem visíveis os seus *vestígios* aceita que possam ser suevos, se bem que nada prove terem tal proveniência ; acrescenta, porém, que lògicamente *nada* delas poderia ficar com a invasão sarracena. Portucale, esclarece, como ponto fronteiro, entre Cristãos e Mouros foi muitas vezes assaltado e destruído, a tal ponto que Afonso III de Leão, em fins do séc. IX, ao restaurar as cidades do reino que mais haviam sofrido, teve de reconstruir *Portucale.* E, o que é importantíssimo, anota que no parecer da Arqueologia os restos de muralhas hoje existentes não devem ser anteriores ao séc. IX, época de Afonso III de Leão [1].

Dos extractos feitos do que sobre o Porto proto-histórico têm escrito os mais ilustres investigadores da cidade do Porto conclui-se:

---

[1] No já citado *Alguns Documentos do Arquivo Municipal do Porto* a pág. 2, em relação ao monte da Sé, escreve : « Toda essa breve mas dominadora eminência, era coroada por uma guerreira cortina de muralhas, erguidas, a primeira vez, possìvelmente, nos tempos de D. Afonso III de Leão (866-910). »

a) Que, apesar de tantos estudos feitos, há a maior imprecisão e grande insuficiência de conhecimentos sobre as origens locais do Portucale, que precede a actual cidade do Porto.

b) Que há, doutos escritores que falam do castro do Porto, um castro que teria existido nas alturas onde hoje se situa a Sé, chegando mesmo a afirmar que nenhuma dúvida pode existir sobre a existência de tal castro.

c) Que o alto da Pena Ventosa, depois de ter sido esse castro de idade neolítica, foi objecto de cuidadosas fortificações por parte dos Romanos, dos Suevos, Visigodos, Árabes e Cristãos da reconquista.

O nosso parecer é muito diferente e completamente oposto a estas duas últimas conclusões.

Não aceitamos que tenha existido o tal castro cuja realidade nada comprova.

Não há vestígios alguns de restos de construções que nos informem que populações primitivas aí viveram, à semelhança do que ocorre em tantos cabeços do Norte de Portugal. E se não há vestígios, se a arqueologia não nos pode informar sobre a existência de tal castro, nenhumas outras notícias podemos esperar de fontes históricas.

Quer dizer, a proto-história nada nos legou que permita afirmar ter existido uma população primitiva a habitar o morro onde hoje se ergue a Sé do Porto.

Da mesma forma nada nos foi legado que permita deduzir ter sido habitado pelos Romanos e povos posteriores esse lugar a que tanta importância tradicionalmente se tem dado.

Aqueles que cientìficamente têm concluído pela existência de arcaicos povoamentos no alto da Pena Ventosa baseiam-se, como é natural, nos achados arqueológicos que o local em questão lhes tem oferecido. A eles parecem suficientes para a conclusão que têm tirado ; a nós parecem-nos de uma insuficiência aflitiva. Apreciemo-los pois.

O apaixonado e benemérito arqueólogo D. Domingos de Pinho Brandão, em comunicação feita no II Colóquio Portuense de Arqueologia [1], escreve : « Nenhuns dos objectos com interesse arqueológico relacionados com o morro da Sé ou Pena Ventosa, até aqui conhecidos e inventariados, é anterior ao período da romanização. »

E depois cita os objectos de que há notícia :

a) Três lápides engastadas na Sé, com inscrições latinas, hoje desaparecidas ;

b) Uma moeda romana, do tempo de Constantino, fragmentos de mós, a parte superior de duas colunas de calcário e uma ara votiva aos Lares marinhos, achados por ocasião das grandes obras realizadas em 1940 junto da Sé ;

c) Refere ainda várias moedas, um peso de barro, um sarcófago medieval de granito ; e

d) Na Rua de D. Hugo, n.º 13, dois troços de colunas, objectos encontrados já depois daquele ano.

Salvo melhor opinião, tudo isto parece-nos muito pouco para concluir que algo de importante tenha

---

[1] *Lucerna*, vol. III, pág. 240.

havido no morro da Sé, e que se possa afirmar ali ter existido um castro primitivo ou povoamento romano.

Em muitos locais sem história se têm encontrado pecúlios de não menor importância.

O Prof. Torquato de Sousa Soares [1] embora considere estes achados mais expressivos que os do morro do Corpo da Guarda, diz ser forçoso confessar que esses « documentos epigráficos e arqueológicos não bastam para demonstrar a existência de um núcleo urbano no verdadeiro sentido da palavra ».

Esses achados talvez tenham sugerido, muito judiciosamente, a Rogério de Azevedo que o Alto da Pena Ventosa tivesse sido a acrópole-fortaleza natural e santuário, onde possìvelmente se congregariam as tribos vizinhas [2].

A sua função de santuário poderia explicar a ara votiva e as colunas aí encontradas.

De resto, os magros achados do alto da Pena Ventosa têm ainda de ser criticados para concluir do seu valor.

Assim, as lápides engastadas na Sé donde provieram ? Nada afirma que estivessem no morro da Sé ao serem integradas nos muros da Catedral.

Do segundo grupo a peça mais importante é a ara com voto aos Lares marinhos, a que noutro lugar nos referiremos.

---

[1] *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, pág. 162, nota 74.

[2] Vol. V, da *Lucerna*, pág. 120.

As do terceiro grupo foram achadas já na escarpa que desce da acrópole da Sé para o rio Douro.

O facto de noutro trabalho termos admitido que os Suevos tenham erguido um castro na margem direita [1], para proteger Portucale, não leva a deduzir, nem que o castro tenha sido erguido no alto da Pena Ventosa, nem que tenham sido feitas intensas e extensas edificações. Essa protecção poderia ter-se limitado a qualquer coisa como uma torre ou uma limitada muralha que poderia ter sido de pedra, de madeira ou de terra.

Aqueles que aceitam que essas construções castrenses teriam sido importantes parece que aceitam com facilidade a sua destruição devida a ataques dos Árabes, em especial aquando da grande arremetida que teria feito Almançor. Ora não há notícias da intensidade desses ataques e, quanto ao de Almançor, Alexandre Herculano [2], seguido modernamente por Almeida Fernandes [3], diz que o célebre capitão mouro não destruiu Portucale, porque o conde do território era seu aliado. Almançor usou mesmo Portucale, não como ponte de passagem, que era, do rio Douro, mas como porto de desembarque das forças que por mar se lhe vieram juntar.

O mesmo ponto de vista encontramos em Luís Gonzaga de Azevedo [4], que escreve :

---

[1] *As Origens da Cidade do Porto*, pág. 146.

[2] *História de Portugal*, 8.ª ed., I, pág. 216.

[3] *Tripeiro*, série VI, Ano II, pág. 198.

[4] *História de Portugal*, vol. II, pág. 115.

« De Viseu, o exército muçulmano marchou sobre a foz do Douro, onde estava aguardando a arribada de uma frota, que largara de Caçr Abi Dàvis (Alcácer do Sal), com armas e munições ; depois atravessou, sem hostilidades, pelo centro de Entre o Douro e Minho, o que faz suspeitar entendimentos com Mendo Gonçalves, filho de Gonçalo Mendes, e transpôs o rio Minho, cerca de Salvatierra, não longe do desfiladeiro, que chamam de Taliares. »

A existência das muralhas suevas no Alto da Pena Ventosa costuma ser afirmada por historiadores do Porto, como vimos em relação ao ilustre escritor P.e Xavier Coutinho.

Porém, já Magalhães Basto lembrava que nada documenta a sua existência, e os restos de construção aí encontrados, segundo o parecer da arqueologia, não devem remontar a mais que o séc. IX.

Apesar da importância que Luís Gonzaga de Azevedo quer atribuir a Portucale no tempo dos Suevos — no que é um pouco secundado por Magalhães Basto [1] — Idácio, escrevendo cerca de 469, refere Braga como a última cidade da Galécia ; se assim era, se Portucale não era considerado como cidade, certamente não merecia grandes fortificações.

E se a história ou a arqueologia não nos dão notícia de construções de muralhas nos séculos que se seguem à dominação romana, que explicação especial se encontra para aceitar que tenham sido feitas no alto de Pena Ventosa ?

---

[1] Cit. artigo de *Portucale.*

A longa e persistente história de um povoado situado nesse alto preparava os espíritos com facilidade para aceitar aí quaisquer espécies de construções. E certamente esta predisposição pesou sobre Pedro Vitorino para aceitar como construção dos Suevos, embora reparada depois por Afonso III de Leão, o lanço de muralha posto a descoberto em 1939, aquando da regularização do largo da Sé. A fotografia [1] dessa construção parece-nos incaracterística para dela se poder concluir qualquer época anterior ao séc. XII. Na realidade, onde o termo de comparação para concluir por mais remota época ? [2]

É certo que a região de Portucale sofreu, como é sabido, ataques vários que fizeram muitas vítimas nas populações, mas não é de crer que danificassem grandemente as construções defensivas, se as tivesse havido. Esses ataques visavam assaltos e roubos de valores, mas um desmantelamento e destruição de edificações nenhuma importância tinha para o fim visado pelos assaltantes. Ruínas provocadas por lutas, sim, são de

---

[1] Publicada no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. II, pág. 259. Vem a propósito lembrar que Magalhães Basto nas *Imagens e Costumes do Porto de Outras Eras* afirma, a pág. 9 que « tudo isto serve para mostrar a grande improbabilidade de serem suevas as muralhas de que ainda existem restos no Alto da Pena Ventosa ».

[2] Assim se afirma porque na realidade não se conhece em Portugal nenhuma construção, por mais elementar que seja, do tempo dos Suevos.

aceitar, mas nunca uma destruição total num assalto que, estamos em crer, se caracterizaria sempre pela rapidez do aparecimento e da fuga.

Dentro do pensamento exposto não podemos alcançar quais os movimentos que teriam importado a destruição das muralhas suevas se estas tivessem sido construídas com certa importância.

E se construções desse tipo foram feitas no alto da Pena Ventosa mais tarde, no tempo de Afonso III de Leão, não encontramos também notícia de perturbações que as tenham feito desaparecer.

Por esta série de raciocínios somos levados a crer que realmente não houve nunca no alto em que hoje se encontra levantada a Sé Catedral do Porto quaisquer construções importantes nesses tempos remotos.

Ruínas, restos arqueológicos, não permitem deduzir que tais edificações nesses velhos tempos tenham sido feitas.

Às notícias medievais da existência dos castros de Portucale « antiquum » e « novum » tem-se dado uma importância que se sob um aspecto muito é de aceitar, noutro cremos haver muito de exagero. A notícia deles pode interessar muito no estudo da sua localização pela importância que este facto pode ter para se saber onde nasceu Portucale, aceitando que o lugar de um deles se possa relacionar com a origem da cidade que depois aparece e se engrandece.

Cremos, porém, que, como castros, eles podem ter tido uma relevância muito pequena.

Os castros podiam ser rudimentares fortalezas que às vezes se construíam apenas de madeira ou terra, sem

esquecer que também se dava o nome de castros a lugares sem nenhuma obra do homem mas que apresentavam certa configuração defensiva [1].

Não negamos que no caso dos castros Portucales tivesse havido qualquer construção, pois a determinação de um como *antiquum* e outro como *novum* inculca a construção de um, antes do outro, embora este argumento não seja peremptório.

Deve porém tratar-se de um castro rudimentar pois a sua própria função não exigia obra de tomo. A função dos castros Portucales era apenas de vigia e defesa da passagem do rio Douro, e esta função foi exercida por períodos de tempo relativamente curtos. Os Roma-

---

[1] À volta destas palavras « castros » muito se tem discutido quer quanto à localização deles, quer quanto ao que eles representariam em construção.

Como se verifica da multiplicidade dos lugares chamados castros que existem em Portugal, muito natural é que esse nome fosse dado a lugares onde esteve um acampamento, mesmo sem nele ter existido construção alguma.

Neste caso aconteceria nesta região da Península, o que acontecia no Norte de África e se encontra observado em Justino, nas *Histórias Filipinas de Trogo Pompeio* (liv. XXII ; cap. V), onde se lê « ... as cidades e os castelos (urbes castellaque) de África não são cercadas de muralhas nem colocadas sobre os montes, mas situados em campo raso e abertos de todos os lados ».

Em Salústio (*Bellum Jugurthinum,* cap. LXXXIX) também se lê que o cônsul marchou contra as praças e castelos fortes (oppida castellaque).

A propósito desta frase o Prof. Alfred Ernout anota que na época de Salústio « castelo » diminuto de « castro » designa apenas obras de pouca importância, geralmente de terra ; os Romanos defendiam-nos por um aterro acrescentado com uma paliçada.

nos teriam construído o seu castro como precaução contra os povos galegos, sendo certo porém que não demoraram muito na margem esquerda do Douro, e depressa se lançaram à ocupação dos territórios da margem direita. Uma vez feita esta, o *castrum Romanorum* deixava de ter interesse.

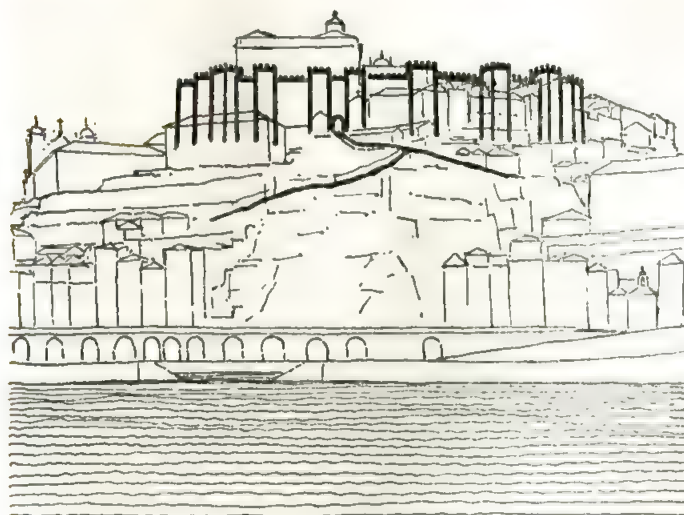
O *castrum Suevorum* [1] também não exerce função por muito tempo, pois os Suevos estabelecem-se na zona noroeste em 411, quando Portucale seria o extremo sul do seu reino, mas poucos anos depois já se haviam expandido para o sul.

Esses castros teriam existido para protecção e vigia do rio Douro, e a sua construção revela um cuidado especial quanto a este rio, pois talvez nenhuns outros rios tivessem necessitado e merecido igual protecção e vigilância. Não era preciso porém que esta fosse realizada com obras de extraordinário relevo porque sendo a passagem feita em barcos sem grande envergadura, sem a possibilidade de conduzirem grande número de soldados, a defesa fàcilmente poderia ser feita, dificultando o desembarque para o que os defensores, pelo facto de estarem em terra, tinham naturalmente superioridade de posição.

Desta forma a história de Portucale poderia decorrer sem a preocupação de erguer um grande aparelho defensivo. E claro está que se o que era preciso defen-

[1] A designação de « castrum Suevorum » em vez de « castrum novum » não merece confiança. Ela aparece usada, pela primeira vez, numa versão da chamada divisão de Teodemiro, citada por Fr. Bernardo de Brito.

der era a passagem do rio, certamente que em época sem artilharia, de pequeno ou de longo alcance, nada justificava que a defesa a construir fosse feita longe



Gouveia Portuense, conforme a generalidade dos autores, interpreta, assim, artìsticamente o castro dos Suevos, no alto da Pena Ventosa. De construção com tal monumentalidade e no alto da Pena Ventosa discorda-se no presente volume.

do rio, o que nos parece afastar também a hipótese de construção desse género poder ser feita no alto da Pena Ventosa, por então ficar muito distanciada do curso de água a defender.

E assim como somos incrédulos quanto à existência de uma povoação castreja, no alto da Pena Ventosa, também não nos confiamos na existência, no mesmo lugar, de qualquer importante construção defensiva no tempo dos Romanos ou dos Suevos.

Por outro lado, não acreditamos que os Suevos tenham construído qualquer coisa que pudesse perdurar. Povo essencialmente bárbaro, deles não ficou nenhum monumento, nem restos dele. Como Marcelo Matias, indignado por, às vezes, na Galiza aparecer quem lembre os Suevos para encarecer a história galega, nós podemos perguntar : « Que monumentos de civilização e cultura nos deixaram para que estimemos dar à Galiza o nome de Suévia ? »[1] Por isso mesmo achamos profundamente estranho que tenha havido quem, a restos de muralhas achados no alto da Pena Ventosa lhes tenha chamado « suevos ».

Onde o elemento de confronto com outras construções para deduzir que sejam restos de edificações suevas ?

Vejamos se os tempos intermédios que decorrem desde os Suevos até à construção da bela Sé dos nossos dias deixaram qualquer sinal inequívoco dessas fortificações cuja existência os autores têm sido sempre generosos em aceitar.

---

[1] *Aportaciones a la Historia de Galicia*, pág. 148.

CAPÍTULO II

Do tempo dos Suevos a 1140

É costume secular supor, escrever e afirmar que o alto da Pena Ventosa foi, através de todos os tempos, habitado por sucessivas populações. É assim que se fala em ter existido nesse alto um castro, no sentido arqueológico da palavra, que outros aceitam ter aí havido povoamento romano, suevo, etc., isto é o alto da Pena Ventosa teria sido habitado continuadamente desde os tempos neolíticos.

Em parte, para a formação desta ideia deve ter concorrido o facto de haver velhas referências ao castro Portucale e tradicionalmente sè ter ensinado que Portucale queria significar uma povoação, de nome Cale, que era servida por um porto.

Sabemos como é errada esta versão[1], e o castro Portucale não tem nada a ver com esses castros de carácter arqueológico existentes no alto de muitos morros do Noroeste peninsular.

---

[1] Vid. *As Origens da Cidade do Porto*, de António de Sousa Machado.

Quanto à existência de um castro, nesse sentido, no alto da Pena Ventosa já vimos como não é de admitir.

E de castro, no sentido de fortificação, que tenha desempenhado qualquer papel de relevo através da Idade Média, existente no alto da Pena Ventosa, também não há notícia, nem acreditamos que tenha havido.

Cremos bem que nenhumas importantes edificações militares tenham precedido, na elevação de Pena Ventosa, a grandiosa e actual Sé.

O saudoso e probo historiador da cidade do Porto, Dr. Magalhães Basto, em estudo inserto no « Sumário de Antiguidades da mui Nobre Cidade do Porto Recopiladas de Velhas Escrituras para Recreação dos Curiosos » procura averiguar se teria havido realmente algum castelo no morro da Sé.

Cita como documento mais antigo em que aparece referência à « cerca do Castelo » e « portas do dito Castelo », um documento de 1339.

Refere depois a passagem do Catálogo dos Bispos do Porto, de D. Rodrigo da Cunha, que fala do grave conflito havido em 1341 entre a Câmara e o Bispo D. Vasco Martins, tendo-se este recolhido ao « Castelo que era a fortaleza da Igreja ».

Lembra a demanda havida no séc. XVII entre a Câmara do Porto e o conde de Penaguião em que ao contrário do que este afirmava, a Câmara, pelas suas testemunhas, dizia nunca se ter ouvido falar em castelo no Porto nem constar a existência de papéis que nele falassem ; também na altura se disse que o castelo que existira fora mandado derrubar no tempo de D. João I.

Lembra ainda Magalhães Basto a suposição de Ricardo Jorge de que na eminência da Sé teria havido « um Castelo atorreado, com uma cerca à volta, a circunscrever o monte que seriam os chamados muros do Porto ».

Outras fontes lembra Magalhães Basto, mas a verdade é que de certeza, ùnicamente indica como construção medieval a torre onde esteve instalado o Gabinete da História da Cidade, cuja actual arquitectura muito pode iludir pelas grandes beneficiações que recebeu em 1940.

Documentos mais antigos que os referidos nesse artigo de Magalhães Basto podem ser invocados a atestar a existência do castelo. Assim, a carta de D. Sancho em que ordena ao juiz do Porto que os homens da vila vão ao *Concilium* do bispo e ao bispo determina que faça mercado « Ante Sanctam Mariam » « para que o *Castelo* seja melhor povoado junto dela ». [1]

Cremos, porém, que de todo este apanhado se não pode deduzir nada a favor de qualquer construção castrense, no alto da Pena Ventosa, referente a tempos anteriores à Sé do Porto.

Em contrapartida, parece-nos que algo se pode deduzir do silêncio que sobre tal espécie de construções um documento notabilíssimo conserva a tal respeito.

É mais que sabido que nas vésperas da tomada de Lisboa aos Mouros, em 1147, cerca de 164 navios conduzindo Cruzados, entraram a barra do Douro. Os

---

[1] História da Cidade do Porto, I, pág. 32.

Cruzados, em grande número — 13 000 talvez — correspondentemente àquele total de embarcações, estiveram reunidos para ouvir no monte, que se erguia sobre a cidade de Portucale, um sermão do seu preclaro bispo, Pedro de Pitões. Este bispo falou da ruína em que a célebre cidade havia caído, de forma a se ter tornado numa pequena aldeia, vítima dos saques dos Mouros, como ainda há sete anos havia sucedido ; e de tal modo foi ultrajada por eles, dizia o grande bispo, que da Igreja de Virgem Santa Maria, que por graça de Deus eu indignamente sirvo, levaram as insígnias, os paramentos, os vasos sagrados e todos os ornamentos do templo, depois de cativarem ou matarem os clérigos. Dos homens desta cidade e de todos estes territórios em volta, quase até à Igreja do Apóstolo Sant'Iago, levaram consigo para a sua pátria muitos cativos, destruindo tudo o mais a ferro e fogo, posto que o não fizeram sem o sangue dos nossos fidalgos.

Cremos que à face dos conhecimentos que temos das vicissitudes havidas por motivos de guerras com mouros, esta passagem do célebre discurso do bispo Pedro Pitões não tem um valor definitivo, e isto pode ter acontecido quer porque o bispo falava para convencer e incitar os cruzados, quer porque Osberno pode ter truncado o texto do sermão.

Os factos narrados como acontecidos sete anos antes do sermão têm uma extensão de gravidade que os aproximam de um flagelo semelhante ao sofrido com a célebre campanha de Almançor ; porém, não é a campanha deste que se lembra, porque então não se

diria que os desacatos cometidos o foram « quase até à Igreja do Apóstolo Sant'Iago », uma vez que nesta Igreja é que Almançor quis cometer e cometeu os mais vis atropelos.

Mas que investida foi essa dos Mouros, tão intensa que Osberno põe nas palavras do Bispo ?

Como se admite que de tal investida não tivesse ficado notícia histórica ?

Da carta de Osberno outro ponto queremos frisar. O célebre cruzado, que dá o teor do discurso de Pedro Pitões, embora sucintamente, procura descrever a costa portuguesa e quaisquer pontos de interesse, mesmo do interior.

É assim que fala da cidade de Tui, da cidade de Braga, do rio Ave sobre o qual está a igreja do mártir Santo Tirso.

Quando chega a *Portucale* não lhe chama cidade. Diz que junto do Douro fica *Portucale,* porque era outrora o porto dos Gauleses — Portus Gallorum — e que destruída por mouros, desde há cerca de oitenta anos que foi restaurada.

Osberno cita rios e castelos desde o Porto para o sul, citando o Castelo de St.ª Maria (Feira), a cidade de Coimbra, o castelo de Soure, o de Montemor, o de Leiria e o castelo de Sintra. Largamente fala do castelo de Lisboa.

É estranho que ao referir-se ao Porto nem lhe chame cidade, como às outras terras chama, quando o são, e que não tenha quaisquer mais referências a Portucale.

O ilustre historiador Padre Miguel de Oliveira já notou isto quando escreveu [1] :

« O cruzado inglês que nos deixou preciosa narrativa de muitos pormenores, nada encontrou digno de especial registo, além dos banhos medicinais nas areias na margem do rio. *Portucale* arrasada por uma incursão de muçulmanos, tinha começado a restaurar-se havia perto de 80 anos, mas a obra não iria muito além da reparação das muralhas. »

Esta obra de muralhas é suposição do ilustre autor, como o condicional o indica, e a nós quer-nos parecer que nem essa suposição é lícita.

O que se verifica é que na carta de Osberno não há nenhuma referência a fortificações na cidade de Portucale e esta omissão é para nós muito significativa, uma vez que Osberno cita castelos, mesmo quando os não vê e quando estes ficam distantes da costa.

Se, para Osberno, a existência de fortificações tem tanto interesse como se deduz da citação que delas faz, como admitir que se existisse uma muralha ou castelo em Portucale o não tivesse citado ?

Cremos mesmo que ainda que os muros estivessem em construção, como diz o ilustre escritor P.e Miguel de Oliveira, a referência à construção estaria na carta.

A carta de Osberno em relação ao passado tem duas indicações : uma, a de que há cerca de oitenta anos a cidade destruída pelos Árabes começara a ser restaurada ; sendo o discurso de 1147 aparece assim uma indicação a 1067, mais ou menos.

[1] *História da Cidade do Porto*, vol. I, pág. 169.

A destruição que precedera esta data podia muito bem ter ocorrido aquando da campanha do Almançor no fim do século anterior.

Porém, se é um facto que, Almançor fizera as mais terríveis destruições, também é certo que os historiadores aceitam ter havido entendimento entre os condes governadores de Portucale e o cruel chefe mouro que por esse motivo teria poupado Portucale.

O que neste momento teria porém mais interesse, não era pròpriamente saber o que foi destruído, mas averiguar o que em Portucale se começou a construir à volta de 1060. Este problema é que levou talvez, Miguel de Oliveira a aceitar que se erguiam os muros para a defesa da cidade.

A outra referência de Osberno faz-nos deter em 1140, pois Pedro Pitões é categórico em afirmar que há sete anos Portucale fora ultrajado pelos mouros.

É verdadeiramente estranho o atribuir-se assim categòricamente a Pedro Pitões a notícia de um ataque de árabes, quando estes estavam afastados para bem longe de Portucale, e em parte alguma se encontram notícias condicentes com ataques de mouros, nessa data.

Assim, por exemplo, Almeida Fernandes ao referir profunda gaziva efectuada em Setembro de 1038, diz que esta devia ter sido a última ao norte do Douro, talvez [1]. Herculano diz que nem os historiadores árabes, nem as memórias cristãs mencionam nenhuma tentativa pela fronteira de Coimbra desde a morte de

[1] *Acção das Linhagens no Repovoamento*, pág. 102.

D. Henrique até 1116[1]. Em 1117 arremeteram contra Coimbra, onde estava e correu risco D. Teresa, sem contudo terem tomado a cidade[2]. Depois as incursões das fronteiras do ocidente eram passageiras[3].

Uma só possibilidade subsiste, a nosso ver : Ter-se-ia tratado de acto de pirataria vindo do mar. Digo de pirataria porque, se se tratasse de guerra devidamente organizada, certamente que haveria notícias mais precisas desse ataque a Portucale, que pràticamente deixou de sentir arremetidas árabes desde que Almançor, cento e quarenta anos antes, por aqui passara para ir aniquilar Santiago de Compostela.

Tratando-se de acto de pirataria poder-se-á admitir que se Portucale possuísse as suas cinturas de muralhas, convenientemente feitas, a sua organização defensiva, terra de relevo, como era por dar o nome a um condado importantíssimo, não tivesse possibilidades de se defender de tal ataque ?

Não será de aceitar que o Porto, a essa data, ainda não tinha ou já não tinha qualquer aparelho defensivo, razão por que Osberno não se refere ao seu castelo ?

Concluindo :

É nosso parecer que a omissão de Osberno a qualquer fortificação em Portucale e o facto de em 1140 ter sido possível um ataque de terríveis consequências à cidade, por parte de piratas mouros ou de outra raça,

[1] *História de Portugal,* edição de Barcelos, vol. II, pág. [illegible].
[2] Id., pág. 85.
[3] Id., pág. 116.

nos permite concluir que nos meados do séc. XII não havia em Portucale castelo militar ou qualquer sistema defensivo.

Claro que esta negativa não contraria a existência de qualquer muro ou muralha rudimentar que limitasse ou cercasse a povoação, ou a existência de acanhado castro que vigiasse a passagem do rio.

Mas, fortificação conveniente, de certa importância, somos tentados a aceitar que não existia.

CAPÍTULO III

O alto da Pena Ventosa no séc. XII

Os historiadores do Porto encontraram nas inquirições a que el-rei D. Afonso IV mandou proceder, em 1348, a notícia de uma ermida a que, e a nosso ver, tem ligado exagerada importância.

Essa ermida tem sido aceite, cremos que unânimemente, como tendo sido a Sé que precedeu a actual.

E certamente porque como tal a aceita, é que o douto historiador P.e Miguel de Oliveira [1] aventa a hipótese de o « cimiterium » também citado por Osberno ser mesmo um mosteiro pois em documentos medievais a palavra « cimiterium » tem muitas vezes esse significado.

Esta interpretação parece-nos, porém, contrariada pelo facto de terem sido descobertos os restos de um cemitério autêntico. Por outro lado cremos que o facto

---

[1] *História da Cidade do Porto*, vol. I, pág. 159, onde se escreve : « Quando D. Hugo desceu de Compostela a tomar posse da Igreja Portucalense, encontrou no alto da Pena Ventosa uma ermida a servir de Sé e um pequeno burgo constituído em seu património. »

de se aceitar tal ermida como sendo a Sé primitiva do Porto é apenas produto da velocidade adquirida que com base na velha Cale situada no alto e a dispor de um porto em baixo, viu sempre no alto da Pena Ventosa o centro e a origem do actual povoamento da cidade do Porto.

O P.e Xavier Coutinho [1] diz que « a Sé Portucalense não passava de uma simples *ermida,* pelo que o burgo era necessàriamente pequeno, à volta da mesma ». Este parecer é o geralmente aceite.

Em nosso entender a notícia da existência de uma ermida nesse alto exclui a possibilidade de admitir tal raciocínio e obriga-nos a concluir que o lugar era desabitado e mais nada.

Realmente se por vezes a palavra ermida inculca a ideia de uma pequena igreja, a verdade é que o seu sentido, rigoroso, implica a construção num local ermo. É nos ermos e só nos ermos que se fazem as ermidas.

É este e só este o sentido que ermida tem nos dicionários. Na Grande Enciclopédia Luso-Brasileira pode ler-se : « Ermida — Pequena igreja ou capela insulada, em lugar ermo » — ; No dicionário de Morais, lê-se sobre a palavra ermida — « igreja pequena, capela, quase sempre edificada, fora do povoado, em lugar ermo ».

Não ignoramos, porém, que um esclarecido investigador, Almeida Fernandes, estudando o termo, chega à conclusão de que « ermida » significa « um templo povoado monàsticamente ». E afirmando ser esse o sen-

[1] Id., pág. 464.

tido primitivo da palavra, dá exemplo de os mesmos templos aparecerem ora designados como ermidas, ora como igrejas [1].

É perfeitamente compreensível que a vida monástica se tenha designado por palavras que significavam o isolamento, sabendo-se que era isso que procuravam altos espíritos todos devotados aos problemas de Deus e desejosos de fugir às vaidades do Mundo. Pode-se lembrar, por exemplo, a vida de S. Frutuoso, que viveu no séc. VII, procurou o refúgio das mui dificilmente acessíveis serras del Bierzo, onde ninguém habitava. Depressa porém o seguem outros entusiastas da vida contemplativa, e a certa altura são famílias inteiras e densos aglomerados que pretendem acompanhar S. Frutuoso. Conhece-se a regra monástica estabelecida pelo que veio a ser preclaro arcebispo de Braga, regra que se impunha àqueles muitos que ingressaram nessa espécie de vida, com eles levando as mulheres e os filhos de tenra idade.

Claro que com este acréscimo rápido de população a ermida deixava de o ser para ser a igreja desse grande centro espiritual ; isto bastaria para na linguagem do tempo « ermida » e « igreja » serem termos indistintamente usados. A pouco e pouco, porém, a vida monástica modifica-se e já não tem aquele carácter que assumira em tempos de S. Frutuoso. As palavras começam a ter sentido mais preciso e assim se verifica que

[1] *Ainda Ponte de Lima Altimediévica,* págs. 216 e 217 e *Os ermos da Foz do Douro* no « Tripeiro », Série V, Ano V, pág. 198.

Almeida Fernandes dá para exemplos do mesmo templo aparecer quer chamado igreja, quer ermida, documentos que datam dos do séc. XII e princípios do séc. XIII, mas não dando nenhum para além dos meados deste século [1].

No séc. XIV (em 1348) natural é que o sentido fosse já mais preciso e que ermida, conforme a testemunha das Inquirições usou, não se pudesse confundir com igreja e muito menos com mosteiro, de que nenhumas notícias existem, ter havido no alto da Pena Ventosa.

A ermida do alto da Pena Ventosa tinha pois o sentido que hoje tem, o de capela feita em lugar desabitado.

E se elementos houvesse para concluir que ela havia sido um ermitério, um primitivo convento feito por homens que para a sua vida espiritual procuravam a solidão, resultava que o argumento da falta de povoamento no alto de Pena Ventosa se mantinha, embora recuado agora para tempos mais antigos do que aquele da doação de D. Teresa.

Pode-se pois dizer que a ermida construída no alto, continuava, nos tempos cristãos, a ara aos deuses marinhos, dos Romanos.

---

[1] Um dos exemplos citados é o de S. Pedro de Miragaia e o de S. Nicolau; se o grande desenvolvimento de Portucale vem a incluir os lugares destes templos na parte habitada da cidade, a verdade é que eles ficavam fora da povoação e inclusive fora dos limites do couto doado por D. Teresa a D. Hugo. Ficavam pois em terra não habitada.

Num e noutro desses tempos, no da ara dos Romanos e no da ermida medieval, o alto da Pena Ventosa não seria habitado.

Ao contrário pois do que se tem deduzido, ou seja de localizar no alto da Pena Ventosa, um centro importante por aí haver uma ermida, cremos que a existência de uma ermida só nos obriga a concluir que o lugar era despovoado.

Não é crível, quanto a nós, que no séc. XII o bispo do Porto tivesse por Catedral uma simples ermida!

Isto apesar de se saber que muitos dos bispos não tiveram as suas residências estabelecidas em Portucale por causa das vicissitudes bélicas que a terra atravessou, quer por motivo de invasões normandas, quer pelas invasões árabes. Torquato de Sousa Soares diz mesmo que só a partir do séc. XII com D. Hugo, passa a haver bispos residenciais em Portucale [1]. Apesar disto é de aceitar que mesmo sem a presença dos bispos funcionassem os labores eclesiásticos próprios da diocese e que em muitos períodos de tempo, Portucale tivesse tido mesmo a presença dos seus prelados. Assim, por exemplo, no 3.º Concílio Toletano citam-se como portucalenses dois bispos, Constâncio e Leovigildo, respectivamente católico e ariano [2]; a competência que

---

[1] A Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique, in «Studium Generale», nota 9. Segundo Pierre David, a restauração deu-se, precisamente em 1112. Sobre esta restauração os autores estão geralmente de acordo.

[2] Cardeal Saraiva, *Obras Completas*, vol. II, pág. 98 e Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I.

entre eles se travaria, naturalmente não os deixaria abandonar por muito tempo a sede do bispado...

E de muitos mais há notícia que residiram no Porto, mas o facto é que quando estavam ausentes, os arcediagos que governavam a diocese não desprezariam, certamente, a dignidade que a existência e a função da direcção da diocese exigia.

E os documentos falam da Igreja de Santa Maria que pela invocação parece denotar ser a Sé, uma vez que desde os mais antigos tempos, as catedrais episcopais costumam ser dedicadas à Virgem e assim certamente aconteceu no Porto onde a actual Sé continua esse costume.

A própria doação de D. Teresa a D. Hugo fala na Igreja de Santa Maria da Sé do Porto; evidentemente que não era a simples ermida do alto da Pena Ventosa.

O Prof. Torquato de Sousa Soares[1] cita uma doação de Afonso VII à Igreja de Santa Maria do Porto, de 1136.

Embora se possa aceitar que Portucale fosse um bispado menos importante e até mais pobre do que aqueles que existiam no noroeste peninsular, a verdade é que Portucale já era bispado desde o séc. VI e não podia durante cerca de seis séculos deixar de se pensar numa igreja condigna para sede do bispado. Uma simples ermida não poderia servir para a importância que a Igreja portucalense já tinha nessa ocasião.

---

[1] *Notas para o Estudo das Instituições Municipais da Reconquista*, in Revista Portuguesa de História, tomo II, pág. 265.

Osberno diz que quando chegaram a Portugala veio o bispo esperar os cruzados, acompanhados dos seus clérigos. Esta forma de dizer parece dar a entender que o número dos clérigos tinha certo relevo e parece não ser de admitir que o bispo e clérigos dependessem apenas de uma simples ermida[1].

É de 1146 a doação da igreja de Vilar de Andorinho a «Vos D. Pedro e a *Igreja de Santa Maria da Sé do Porto* («vobis donno Petro, et Eclesiae Sanctae Mariae Portugalenses»)[2].

Diz D. Rodrigo da Cunha[3] que depois da morte de D. Fernão Martins, bispo do Porto, que morreu em 1185, foi eleito bispo, Martinho Pires, deão de Braga, o qual instituiu quatro Dignidades, ou sejam, as do Deado, Chantrado, Mestre-Escolado e Tesourado. Até então na igreja do Porto todos eram da regra de St.º Agostinho, dormindo numa casa, comendo noutra e vivendo em clausura.

---

[1] Talvez não seja descabido lembrar o que se lê no magnífico livro do P.e Miguel de Oliveira sobre «As Paroquias Rurais Portuguesas»; diz-se a pág. 13 que «eclesia» era o nome que designava pròpriamente uma catedral ou paroquial. Não se encontra aí qualquer referência para significar Sé, a uma simples ermida. Veja-se no Cap. V como a Sé do Bispado era constituída por um conjunto muito apreciável. É também de considerar que o bispo Gonçalo, de Coimbra, coevo destes acontecimentos, elevou a trinta o número de cónegos, como refere Pierre David in *A Sé Velha de Coimbra*, a pág. 27.

[2] *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. Rodrigo da Cunha, Parte II, pág. 32.

[3] Id., II.ª Parte, pág. 33.

4

Havia então dez arcediagos no bispado do Porto ; ora claro está que o bispado não era constituído só pelos arcediagos, aqueles que de perto auxiliavam o bispo mas por outros clérigos, como não podia deixar de ser. A igreja existia, portanto. Onde ? Em qualquer parte, mas não no alto da Pena Ventosa, que apenas tinha uma ermida.

Osberno, rigorosamente não diz quando chegaram a Portugala ; diz quando chegaram *ad portum* o que é diferente, na verdade. E que porto seria esse ? O *porto* interior que servia o velho Portucale ou porto formado pelo rio Douro em relação ao mar ? Muito natural é que deste se tratasse, uma vez que eram cerca de cento e sessenta e quatro navios, os quais, evidentemente, não podiam ser albergados no rio Frio ou no rio da Vila.

Outra passagem da carta de Osberno é digna de ser ponderada a propósito do mesmo problema.

Osberno escreve que os cruzados se reuniram no cimo do monte episcopal, porque não cabiam na igreja [1].

Esta forma de dizer parece que exclui que a igreja fosse uma simples ermida porque é evidente que uma simples ermida não poderia conter cerca de 13 000 homens. Por outro lado nada há nessa passagem que dê a entender que a reunião se fizera fora da « igreja », mas junto dela. O que se afirma é que a reunião se realizou no cimo do monte e esta expressão exclui

---

[1] « Summo mane ex omnibus navibus in sumitate montis in cimiterio oppyscopii coram episcopo omnes convienimus; nam eclesia, pro quantitate sui, omnes nom caperet ».

nìtidamente a possibilidade do monte ser habitado. Se o fosse, deixava de aparecer como um monte sobranceiro à cidade. A própria reunião do grande número de cruzados, cerca de 13 000, segundo cálculo de Alexandre Herculano, exigia certamente um descampado muito extenso. Ainda hoje para se reunir tão grande número de pessoas na cidade do Porto, há que pensar em lugar conveniente.

Que faria numa época em que as terras, não podiam dispor de praças ou largos consideráveis ?

Cremos ser indiscutível que a reunião dos cruzados necessitava, pelo número deles, de ser feita em amplo terreno desabitado, tão perto quanto possível da povoação. Sendo assim tudo nos leva a crer que se a reunião dos cruzados se fez no alto da Pena Ventosa, é porque esse alto era desabitado e perto da terra, no monte a esta sobranceiro.

Não podemos negar que da inquirição já falada de 1348 um argumento se poderá aventar contra a nossa hipótese. Nela se diz que a doação feita por D. Teresa consistiu numa ermida que havia onde agora está a Sé e um burgo que existia a par dela.

Esta expressão parece significar proximidade. A verdade, porém, é que as proximidades são relativas pois se para um habitante de Faro, Porto e Vila Real são duas terras muito próximas, a verdade é que esta proximidade deixa de existir para quem vive mais cerca de qualquer dessas terras. Desde que a testemunha das inquirições de 1348 não era do próprio lugar, a expressão que usou tem sentido muito pouco preciso.

Por outro lado, talvez na época a expressão « a par » não tivesse o sentido da proximidade, mas apenas de paralelismo. É o que se pode concluir do Foral de Gaia, de D. Afonso III, que começa assim : « A quantos esta carta virem fazêmos saber que o concelho e homees boos de villa nova de gaya da par da cidade do porto ... » Ora é bom de ver que a cidade do Porto não só não está junto a Gaia, mas bem separada pelo rio ...

E o P.^e^ Carvalho da Costa, na sua Corografia [1], refere entre os castelos e povoações do Alentejo, de fundação ou reedificação de D. Dinis, o de « Viana a par de Évora ». Este « a par » não significa, na verdade, proximidade, como é o caso de Viana do Alentejo e Évora.

Por outro lado nada nos diz que burgo e ermida tivessem existência contemporânea, desde sempre. E se a povoação foi subindo pela encosta da Pena Ventosa, poderia vir a ser vizinho de uma ermida muito mais antiga o burgo que veio estabelecer-se perto dela.

Perante estas considerações, a objecção não contraria o que estabelecêramos para deduzir a existência de uma ermida, em sentido rigoroso, de isolamento, no alto da Pena Ventosa.

Os argumentos que se têm deduzido para concluir que o alto da Pena Ventosa era habitado, parecem pois obrigar-nos a pensar o contrário.

É que o mesmo concluímos em relação à bela ara dedicada aos deuses marinhos. É sabido que no morro

---

[1] Tomo II, pág. 306.

em questão se encontrou uma ara dedicada a deuses marinhos, que é de aceitar seja do tempo dos Romanos. Não nos pode convencer esse monumento, assim isolado, de qualquer valor probatório em contrário do que deixámos afirmado. O seu achado parece ser argumento a favor da nossa tese.

Assim como por todo o Norte do País abundam as ermidas construídas nas elevações montanhosas, também na Pena Ventosa havia qualquer invocação religiosa com a sua ermida respectiva.

As elevações, mesmo antes do cristianismo, mereceram devoção e os marinheiros, talvez pelo hábito de se orientarem pelas elevações e de nestas encontrarem o primeiro sinal de terra nas horas amargas de mar tempestuoso, sobem com crença fervorosa as escarpas para fazerem os seus votos e os seus agradecimentos aos seres poderosos para que apelaram nas horas de perigo.

E isto, repetimos, não é só próprio dos povos cristãos.

Lembro, por exemplo, como na cidade de Argel domina a beleza empolgante da sua baía uma capela cristã.

A esta acorrem todos os que labutam no mar e parece que com a mesma fé tanto lá vão cristãos como sarracenos.

Queremos crer que nos primeiros séculos, os marinheiros do estuário do Douro olhavam o alto da Pena Ventosa e, tal como depois os marinheiros cristãos, acharam que nesse alto, ermo e dominador, ficava bem

uma ermida, também eles acharam que ali ficava bem a ara consagrada aos lares marinhos.

Por todo o exposto, em nosso parecer, os mais significativos monumentos de que há notícia terem existido no alto da Pena Ventosa a ara aos lares marinhos do tempo dos Romanos, à qual certamente não eram estranhos os troncos de colunas também encontrados no mesmo alto ou perto dele, e uma ermida que precedeu na sua localização a actual Sé do Porto, deixam crer que esse alto foi desabitado até ao séc. XII.

*

* *

É sabido que o rio que em tempos modernos foi coberto e que passa debaixo da Rua Mousinho da Silveira e Rua de S. João, para depois desaguar no Douro, foi chamado o rio da Vila, tendo sido designado na doação de D. Teresa por Canal Maior. Claro que se se chamava rio da Vila, é porque uma vila lhe dava o nome. E que era a vila? Almeida Fernandes em vários passos[1] estudou o significado desse termo em referência ao séc. XII para concluir que vila designava « cerca de muros, recinto muralhado, com povoação dentro ... »[1]

E considerando pròpriamente o caso do Porto conclui que o sentido de vila é fundamentalmente o

[1] Vid. *Ainda Ponte de Lima Altimediévica.*

mesmo[1]. Faz esse estudo sobre a doação de D. Teresa (1120) e sobre o foral do bispo D. Hugo (1123) e equiparando as expressões burgo e vila, aceita que falando em vila « tem-se em vista a situação intramuros, a muralha, a povoação cercada pelo muro »[2].

Sendo assim, e se o rio se chamava « da Villa » por banhar esta, segue-se que a população que vivia compacta, defendida por qualquer muro ou muralha, certamente rudimentar em face do que noutros passos deste estudo concluímos, situava-se em baixo junto do rio a que deu nome e nunca no Alto da Pena Ventosa.

[1] *Ob. cit.*, pág. 224.

[2] Almeida Fernandes em « Ponte de Lima na Alta Idade Média », pág. 150 e segs., estuda o mesmo problema, referindo-se mais aos sécs. XIII e XIV, mas concluindo pràticamente pelo mesmo. Diz que « villa » é o mesmo que praça de armas, a povoação intramuros.

CAPÍTULO IV

A Pena Ventosa, após o séc. XII

UMA vez que é nosso parecer que o alto da Pena Ventosa só começa a ter importância como povoado no séc. XII está implìcitamente afirmado que, segundo pensamos, nele não nasceu, como costuma ser ensinado, o velho Portucale. Este ascendeu ao monte e nasceu em baixo. Onde ?

Conforme já tivemos ocasião de dizer Postus-Cale ou Portucale (→ Portugal) não é senão um lugar de passagem, o ponto onde os barcos atracavam para passar o rio. Por isso, lògicamente, havia um Portucale em cada uma das margens.

Ora esse ponto onde os barcos encostavam, esse ponto onde havia maior facilidade em entrar ou sair do barco, ficaria necessàriamente numa enseada ou foz de qualquer afluente do Douro que formasse um porto.

Rogério de Azevedo, estudando a contextura da margem direita do Douro, encontra como ponto ideal para uma localização desse género a foz do rio Frio, pois é esta que em Miragaia forma uma maior reen-

trância a facilitar a existência de um porto [1], pelo que entende que este ponto, como melhor em relação à foz do rio da vila — a calle maior — ou seja esse curso de água hoje desaparecido à nossa vista e que corre subterrâneamente pela Rua Mousinho da Silveira para o Douro, é que devia ter sido o escolhido para exercer a função de embarcadouro e desembarcadouro.

Não negamos que o que hoje se vê na margem do Douro não apresente em Miragaia condições mais favoráveis para a existência de um melhor porto. A verdade, porém, é que é difícil hoje pelas transformações introduzidas no local pelos trabalhos humanos, averiguar em pleno, do mérito da Calle maior para o exercício da função.

Há que atentar em que se o rio da Vila era em relação ao rio Frio — Calle maior é porque transportava em si maior quantidade de água e que esta para se lançar no Douro teria de formar um desaguadouro ou mais largo ou mais fundo que o do rio Frio. Ora tanto uma como a outra destas qualidades podiam oferecer melhores condições para estabelecer o porto da margem direita.

E neste aspecto há que considerar a informação que no seu Dicionário e na palavra « Porto », Pinho Leal nos dá sobre as boas condições do rio da Vila para função de porto : « A Rua de S. João, mandada fazer por D. João I, pelos anos de 1390, está edificada sobre

---

1 Rogério Azevedo, *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique*, págs. 10 e 11 e nota 1, e vol. v, da « Lucerna », pág. 120 e segs.

arcaria de pedra, um verdadeiro túnel, por onde passa o rio da Vila. *Era tão baixo este lugar que por ele entrava um braço do Douro* ».

A verdade porém é que Rogério de Azevedo optando pelas melhores condições de um porto no rio Frio (Miragaia) que no rio da Vila, acaba por colocar o Portucale junto deste último, uma vez que afirma que foi das margens deste que Portucale galgou as escarpas de Pena Ventosa.

E neste aspecto parece que a tese de Rogério de Azevedo necessita de uma conciliação das suas bases que não está integralmente feita. Assim, da transcrição que fizemos, Rogério de Azevedo diz-nos que « a expressão Portucale galgara do sítio de ao pé do rio as vertentes quase aprumadas do monte da Sé para abarcar área maior ». Galgara, porquê ? Em que época ?

Compreende-se perfeitamente que um local habitado, devido ao crescimento da sua população vá abrangendo maior extensão. Mas esta maior extensão vai-se adquirindo com a maior comodidade possível e só um aumento extraordinário de população levaria a galgar as vertentes *quase aprumadas* do monte da Sé. Em nosso entender era muito mais aceitável que a expansão de Portucale de à beira-rio, quando necessária, fosse sendo feita, sempre a acompanhar o rio na subida muito mais fácil que oferecia o terreno junto do seu curso. Subir o monte da Sé, com vertentes quase aprumadas, para quê ?

Cremos que a expansão se deveria fazer pois no sentido norte junto da margem esquerda, se nesta e

junto do chamado rio da Vila, se originou Portucale, como cremos.

Rogério de Azevedo escrevendo que Portucale galgou as vertentes do monte da Sé parece deixar deduzir que aceita ter nascido Portucale nessa margem esquerda do rio da Vila.

Não se compreende, porém, que afirme que o lugar mais apropriado para origem de Portucale tivesse sido o rio Frio, no seu desaguadouro em Miragaia. Se tivesse nascido aqui não precisava, para se expandir, de galgar as vertentes quase aprumadas do morro da Sé. A expansão teria sido noutro sentido.

Para galgar estas é porque a ascensão se iniciara em baixo, junto ao rio da Vila.

Por outro lado, não se pode esquecer que nos tempos que precedem a Monarquia Portuguesa, e quando esta nasce, a costa era mais baixa e os estuários mais ricos de água ; automàticamente, os portos formados pelos seus afluentes, mais amplos também. Não se julgue que esta diferença de relevo não era de importância tal que pudesse ter influência na melhor serventia que esses portos podiam desempenhar.

De resto o lugar de Miragaia foi objecto de um assoreamento muito intenso que em especial lhe mudou o aspecto. Neste particular, é curioso consultar o volume XI dos « Documentos e Memórias para a História do Porto », de Monteiro de Andrade, « Plantas Antigas da Cidade », onde encontramos bem vincada a natureza aluviónica dos terrenos que hoje se vêem em Miragaia ; são especialmente expressivas as plantas das figs. II, IV, XII, XIII, XV, XVI, XVII.

Para ver como na realidade foi profunda a modificação da costa, basta lembrar que até ao séc. XIII e no norte da costa portuguesa, acontecia que os navios subiam até Valença, pelo rio Minho e até Ponte de Lima, pelo Lima. A ria de Aveiro não existia, tendo-se formado muito depois ; o mar recebia as águas do Vouga, directamente [1].

Por este motivo cremos não poder ser definitiva uma solução baseada na observação actual da margem do rio para encontrar a solução.

Se a subida da costa é devida, ou, pelo menos, corresponde a um assoreamento provocado nos estuários dos rios temos que admitir que a configuração de Miragaia, na foz do rio Frio pode parecer hoje muito mais favorável a embarcadouro e desembarcadouro do que nos pareceria se a observássemos há dez ou vinte séculos.

A versão de Rogério de Azevedo exige, para ser aceitável, que se explique como é que tendo nascido o Portucale na Calle menor, transpôs toda a elevação que o separa de Calle maior, bem como transpôs esta para se situar na margem esquerda desta.

E fazemos esta afirmação porque nenhuma dúvida pode existir que Portucale se situou na margem esquerda do Calle maior ou rio da Vila, como aliás Rogério de Azevedo ensina [2].

---

[1] Vid. *Geografia de Portugal*, de Amorim Girão, Cap. V, e os *Factores Democráticos da Formação de Portugal*, de Jaime Cortesão, pág. 65.

[2] *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique*, pág. 10.

Aí nessa margem esquerda e junto da sua foz, no Douro, nasceu, em nosso entender, Portucale.

Os barcos atravessando o rio, vindos da margem esquerda do Douro, entravam na foz do pequeno rio que depois se chamou o rio da Vila e aí se procedia aos trabalhos de embarque e desembarque. Este ponto vem a desenvolver-se à medida que se desenvolve o trânsito pelo rio Douro e este trânsito cresce consideràvelmente depois que os Romanos procedem à construção do troço da estrada de Cale para Braga. Forçosamente, um ponto em que há barcos a chegar e a partir é um ponto em que se estabelece o início de uma importante estrada e teve de atingir considerável importância ; desta forma, nele nasce Portucale.

O nosso ponto de vista a negar a existência de povoamento inicial no alto de Pena Ventosa pode levantar uma lógica interrogação :

Como é que alguém se poderia lembrar de erguer uma catedral em lugar despovoado ? Como é que a igreja principal de Portucale se não ergueu em lugar povoado tornando-se mais acessível àqueles que tinham de a frequentar ?

Na realidade esta pergunta pode impressionar, à primeira vista. Porém, há que atentar que numa povoação pobre que se foi desenvolvendo lentamente não seria fácil arranjar terreno bastante para localizar uma igreja que agora se pensava erguer com relevo bastante. O bispo D. Hugo vinha habituado às grandezas e ao estadão da Catedral de Santiago de Compostela, onde servira anos e em posição de relevo.

Feito agora bispo de uma diocese cuja importância futura se adivinhava pelo sonho de expansão para o sul que todos alimentavam, o novo bispo não podia contentar-se com a humildade limitada de uma igreja qualquer para sede do seu bispado. Muito natural era que o novo bispo tivesse a preocupação de não ver limitado o futuro de sua igreja aos acanhados contornos do povoado de Portucale.

De resto ele sabia o que se passara com Santiago, em que o próprio bispado, a seguir a grandeza da nova Catedral, deixa mesmo Iria para se transplantar a novo lugar.

Se a Sé que se vai construir ficar deslocada da povoação, esta se transportará para ela como a pulverizada limalha para o íman poderoso.

Este pensamento de D. Hugo será transmitido e conservado pelos seus sucessores se forem estes a dar corpo ao plano da construção da nova Sé, porque muito natural é que o pensamento da erecção da nova Catedral se deva a D. Hugo, atenta a sua proveniência [1].

---

[1] Esta mesma opinião encontra-se afirmada na *História da Arte em Portugal* de Aarão de Lacerda, vol. I, pág. 191, que escreve : « Foi a Rainha D. Teresa (± 1130) que transformou essa ermida em igreja, que D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, concluiu anos depois, quando já não vivia D. Hugo, falecido em 1136 e, com certeza, o maior animador das obras da sua Catedral que ele pretenderia ver grandiosa como a de Santiago. De Igreja de peregrinação no que vulgarmente se encontra escrito se nos afirma ter sido também o plano da Sé portuense » ...

É evidente que o ilustre autor se apoia apenas no que vulgarmente se encontra escrito para pôr a hipótese que a ermida foi primeiro transformada em igreja e esta depois na Catedral actual.

Por outro lado os bispos desse tempo não podem deixar de pensar na necessidade de garantir a defesa militar dos seus fiéis, uma vez que assaltos de povos estranhos são motivo de desassossego das populações do Norte.

E assim impõe-se pensar em construções para o serviço de Deus, mas que garantam também, militarmente, a protecção dos cristãos. Ora a construção da Sé do Porto obedece a este espírito, planeando-se uma Catedral, verdadeiramente também uma fortaleza.

Construindo-se, pois, uma Sé no alto da Pena Ventosa, os bispos e o rei resolviam dois problemas : o de construir igreja com dignidade bastante para sede de um alto prelado e o de fortificar uma elevação importantíssima dando garantia nas necessidades de travessia do Douro e da entrada de um rio que já por vezes tentara os apetites dos piratas.

Em nosso entender é assim que começa o verdadeiro povoamento do alto da Pena Ventosa.

Parece-nos não ser muito difícil mostrar este carácter defensivo da Catedral que no Porto se ergue no séc. XII [1], embora a sua construção tenha sido deliberada antes.

Assim na divulgada História de Portugal, ed. de Barcelos [2], se escreve : « A Sé do Porto esteve sujeita

---

[1] Na Crónica dos Cónegos de Santo Agostinho lê-se que segundo constava a Sé primitiva de Portucale era a actual igreja paroquial de S. Pedro de Miragaia, mas que em 984 achou-se conveniente colocar a igreja catedral no centro da povoação pelo que se edificou a actual, mas em forma de castelo, conforme o costume do tempo.

[2] Vol. II, pág. 634.

como as outras às mesmas modificações e aos mesmos ultrajes ; cada época que passava deixava lá os seus vestígios de ânsia reformadora e assim os estilos ali se sucedem com o andar dos séculos. Ainda alguns gigantes alçapremam a cantaria forte dos muros rematados por ameias e onde uns frisos de xadrez ou de esferas, truncados aqui ou ali, marcam a sua ansianidade ; ou uma cruz arcaica sobre o extremo meridional do transepto ou uma figurinha tosca abrindo os braços como as orantes das catacumbas no faial do sul, umas seteiras nas torres ou dentro da nave central, junto à rosa que se expande na fachada, um resto de velha ossatura toral de abóbada — eis os poucos vestígios que sobrevivem onde pontificou D. Hugo ...

Parece-nos muito oportuno transcrever de Magalhães Basto, in « Imagens e Costumes do Porto de Outras Eras », a pág. 9, a seguinte passagem : « Próximo da ermidinha, que aqui houve pelo menos até ao séc. XII (época em que por iniciativa ou com a ajuda da rainha D. Tereja e, depois de seu filho D. Afonso Henriques foi começada a construir a majestosa Catedral que até aí vemos próximo da primitiva ermidinha edificaram-se, além dum mosteiro, ou dependências em que os Cónegos da Sé viveram, em regime monacal, até aos começos do séc. XIII, o Paço Episcopal, acastelado, ameado, imponente, robusto como uma fortaleza ... »

Carlos Passos também escreve [1] sobre a Catedral do Porto : « Pelo estilo integrava-se plenamente no romã-

---

[1] *Monumentos de Portugal*, n.º 3, Porto, pág. 18.

nico puro ; mas sua feição tinha muito de profana, visto que pelas circunstâncias da época e da localidade a obra executou-se com reforçada solidez, o que lhe deu o carácter misto de fortaleza e casa do Senhor. Ainda manifestam bem essa pureza de estilo os lanços e fragmentos da primitiva construção, assim como o monumento no conjunto, denuncia claramente o intento guerreiro dos bispos. »

Contemporânea da Catedral do Porto é a Sé Velha de Coimbra e, quanto a esta, escreve o Doutor António de Vasconcelos [1] : « Estava ainda viva a lembrança da invasão mourisca, que meio século antes, em 1117, havia causado tantos estragos em Coimbra, e da qual foi vítima a velha Sé. Aconselhava a prudência que se previsse a possível repetição de tal eventualidade.

A muralha da cidade era forte, as portas seguras, a vigilância activa ; mas igualmente o eram quando daquela invasão, e apesar disso os Mouros entraram.

Convinha pois construir a nova Catedral em condições tais, que, no caso duma repetição, embora improvável, de semelhante desastre, ela por si bastasse resistir, e pudesse defender-se. Por isso se lhe deram (a ela e à vizinha Igreja de S. Cristóvão, construída na mesma ocasião) as condições de resistência dum verdadeiro castelo, coroando-a de ameias em toda a volta, e erguendo-se nela, sobre a lanterna do transepto, numa alta torre, qual torre de menagem, donde podia observar-se o que se passava na cidade e no arrabalde. Assim a

---

[1] *A Sé Velha de Coimbra,* pág. 123.

Catedral, no caso de ser tomada a cidade, estava em condições de resistir, como em 1117 resistiu o castelo.

Edifício religioso, no seu delineamento houve necessidade de se observarem preceitos de arquitectura militar. »

O ilustre professor de Coimbra continua ainda no mesmo tom, mas, cremos bastar o transcrito para mostrar a preocupação, que havia, ao tempo (e mesmo mais tarde como se verifica na igreja notável de Leça do Balio) de dar às igrejas que então se faziam, uma aplicação verdadeiramente militar.

Se assim era, se como diz o Dr. António de Vasconcelos as igrejas tinham função de observação militar, necessàriamente que elas tinham de ser edificadas em locais convenientes para o efeito.

Daí a escolha do alto da Pena Ventosa.

Se efectivamente houve no tempo dos Suevos qualquer fortificação no alto de Pena Ventosa, no que não acreditamos, essa teria sido uma fortificação de pequenas dimensões, um castro vigilante e nunca uma cidadela amuralhada como parece que tantos julgam.

Se aceitarmos bem aplicável à Sé do Porto o que se deixa transcrito quanto à Sé de Coimbra, cremos que existe porém, uma diferença substancial. Referimo-nos aos inimigos que estavam presentes ao pensar-se na Sé de Coimbra e naqueles de que se vê o perigo ao pensar na Sé do Porto.

Quando alguém se lembra de vicissitudes sofridas em tempos antigos no que hoje é Portugal, liga-as imediatamente a Árabes, tal como é costume também

meter mouros nas lendas e aos Mouros atribuir as ruínas de construções antigas.

Desta forma também os Árabes vêm à lembrança quando se pensa na necessidade de fortificações nos séculos a que se prende a formação de Portucale e os primeiros tempos da sua existência. Quer-nos parecer, porém, que esse não era na realidade o problema grave do tempo pois outra espécie de perturbação preocupava mais, tornando difícil a vida em certos locais. Referimo-nos aos terríveis assaltos dos Normandos que tanta destruição trouxeram como quando em tempo de D. Afonso IV de Leão forçaram o bispo de Tui, Nausto a refugiar-se no mosteiro de S. Cristóvão de Labruja [1], actual freguesia do concelho de Ponte de Lima, oculta nas longínquas serras de Coura. E o bispo Nausto foi avisado, sàbiamente, porque no tempo de D. Afonso V, um outro seu sucessor, que se deixou ficar em Tui, foi pelos Normandos preso e ultrajado ; a cidade foi arrasada e os piratas demoraram na terra.

A primeira invasão normanda na Galiza teve lugar em 844 ou 846 [2]. Os Normandos que se intitulavam « wickings » — reis do mar [3] — desembarcaram em Farum Brigantium e assolaram o país, tendo sido com-

[1] *História de Portugal,* de Luís Gonzaga de Azevedo, vol. II, pág. 117 e *Do Porto Veio Portugal* de Almeida Fernandes, pág. 82.

[2] Sobre este assunto, vid. por ex., História de Galicia, de Vicente Risco, pág. 70 e segs.

[3] Usa-se, por vezes, dizer indiferentemente vikings ou normandos. Deve-se isto ao facto de vikings, povos de terras nórdicas, vizinhos do Báltico, se terem instalado na Normandia por acordo feito com Carlos, o Simples, em 911, donde depois irradiam as suas proezas.

batidos pelos condes galegos que lhes queimaram setenta navios. Em 858 ou 860 houve segunda invasão desses piratas escandinavos que tripulavam cem navios que aportaram à ria de Arosa ; saquearam Iria e cobraram resgate de Compostela, tendo porém sido fortemente batidos pelo conde D. Pedro que assim evitou que eles roubassem os ossos do Apóstolo.

Em 969 nova armada, de igual importância, desembarca, também na ria de Arosa, consideráveis forças que fazem grandes destroços na Galiza, morrendo na defesa o bispo Sisnando, de Iria. É nesta incursão wiking que se destaca S. Rosendo, essa preclara figura da família real de Leão, nascida nas margens do Ave ; a sua acção, em idade já própria para descanso, deu-lhe extraordinária celebridade. Os Normandos sofreram, por fim, grandes perdas, tendo sido morto o seu chefe, Gunderedo e incendiada a maior parte dos seus navios.

No séc. XI ainda os Normandos repetem as suas incursões. Em 1014 penetram na foz do rio Minho, e, entre os prisioneiros que fazem, conta-se o próprio bispo.

Em 1032, sofre a Galiza nova invasão, comandada por Ulf ; desta vez os piratas nórdicos permanecem anos na região e chegam a participar nas lutas políticas da Galiza, ajudando o conde galego Dom Rodrigo Romariz no assalto do castelo de Labio, perto de Lugo, na sublevação contra Bermudo II [1]. O bispo de Iria lança-se na luta contra os invasores e procede a fortificações no sentido de tornar defensável a ria de Arosa.

[1] Vicente Risco, *ob. cit.*, pág. 81.

E, também noutras investidas, penetram pelo nosso actual território. E não é só ao norte do Douro que tal sucede ; outras povoações, ao sul desse rio, sofrem as suas incursões. Assim José Leite de Vasconcelos [1] refere o resgate de Meitilli e sua filha Gunenia, dos barcos normandos, em 1026, por um manto de pele de lobo, uma espada, uma camisa, três lençóis, uma vaca e três módios de sal, em terra de Santa Maria.

Também Alberto Sampaio refere as investidas dos Normandos no território de Santa Maria, banhado pelo rio Ovar [2], bem como aceita que por causa dos Normandos Mumadona mandou construir, em 968, o castelo, sobranceiro ao convento, em Guimarães [3].

Da mesma forma Torquato de Sousa Soares diz que certamente às investidas dos Normandos se deve a transferência da capital do território portucalense para o interior, para a vila *Vimaranis* (Guimarães) [4].

Almeida Fernandes escreve : « ao perigo sarraceno juntou-se o cada vez maior perigo normando. São invasões sobre invasões a que se acha exposto o litoral, sobretudo a cidade de Portugal ... ». O conde de Portugal Mendo Gonçalves é morto pelos Normandos em 1008 ; e creio que o seu sucessor teve igual sorte em 1016 [1], ano em que diz o livro de Noa avançaram até ao castelo de Vermoim [2], onde estava o conde Alvito Nunes.

Apesar da gravidade destes factos de que ficaram notícias escritas, nada ficou na tradição oral. Contudo, e isto é conveniente lembrá-lo, foi por causa destes ataques de normandos que se fortificou Santiago de Compostela. Quer dizer o flagelo provocado nesta zona do Noroeste peninsular com as arremetidas normandas foi tão grave que motivou não só as importantes fortificações de Santiago de Compostela, como a própria mudança da Catedral que antes tinha assento em Iria onde não havia defesa ante tais piratas.

E não foi só Santiago que se fortificou por causa dos Normandos. O atrevimento destes e a falta de defesa das povoações levava-os a internarem-se pelo interior parecendo que chegaram mesmo a Guimarães. E, à semelhança do que aconteceu com Santiago de Compostela, como já dissemos, foi também por causa dos Normandos que Mumadona fez construir sobranceiro ao convento, o castelo a que tanto viria ligar-se a figura de D. Afonso Henriques. Esta é a opinião

---

1 *Etnografia Portuguesa*, vol. IV, pág. 21. Vid. sobre este caso a *História de Portugal* de L. Gonzaga de Azevedo, vol. II, pág. 165.

2 *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, pág. 288.

3 Idem, pág. 287. Vid. *História da Administração Pública*, de Gama Barros, vol. II, pág. 22.

4 *A Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique*, in « Studium Generale », nota 8. Almeida Fernandes contesta esta transferência, mas aceita-a para Salas (Santo Tirso).

1 *Do Porto Veio Portugal — Notas às Origens Portugalenses* in O Tripeiro, Ano VIII, n.º 2, pág. 38.

2 *História de Portugal*, de Luís Gonzaga de Azevedo, vol. I, pág. 117.

de Gama Barros, Alberto Sampaio, Leite de Vasconcelos, etc.[1].

Assim sendo, claro está que a zona da foz do Douro não poderia ficar indiferente ao perigo normando.

Este perigo sobreleva muito o dos Mouros que parece se consideravam sustados pela linha de fortificações cujo centro era Coimbra, completada por Soure, Miranda da Beira, Santa Eulália e Montemor ; mais para o interior na direcção nordeste-sudoeste, apoiados nos contrafortes da serra da Estrela, os de Cajo, Arganil e Seia[2].

É de reparar que a norte desta zona não se encontra semelhante conjunto de fortificações.

Talvez e com razão se entendesse que a linha do Douro, rio caudaloso, de margens pouco praticáveis para uma travessia, não franqueado por qualquer ponte, fosse suficiente para uma defesa.

Se este raciocínio era válido, é claro que não interessava a Portucale possuir um castelo para defesa contra Mouros.

O caso, porém era diferente perante os ataques agora possíveis, pelas embocaduras dos rios, especialmente do Minho e Douro.

O problema transforma-se profundamente com as invasões dos normandos. Agora já não é a passagem

---

[1] Ver respectivamente a *História da Administração Pública em Portugal,* tomo IV, pág. 21 ; *Estudos Históricos e Económicos,* vol. I, pág. 286 ; e *Etnografia Portuguesa,* do Doutor José Leite de Vasconcelos, vol. IV, pág. 19. Vid. também *Enciclopédia Luso-Brasileira,* palavra Normando.

[2] *História de Portugal,* de Luís Gonzaga de Azevedo, III, pág. 131

entre dois portos ribeirinhos feita por barcos necessàriamente de pequenas proporções que aflige.

Não, agora são navios de importante tonelagem que sulcam os mares e que transportam exércitos. Entram a barra do Douro, fazem desembarques em qualquer ponto e lançam-se na destruição e na pilhagem de grandes extensões.

Certamente a sua técnica e o seu poder eram conhecidos nesta zona pois aqui chegavam as notícias de que sofria o império carolíngio, o qual, desprovido de frota, não se pode defender dos Normandos. Estes, metòdicamente saqueavam o território dos Francos penetrando pelos estuários dos rios do Norte e pelos do Atlântico. Estabeleciam um acampamento fortificado para base de operações e daí partia a razia, concentrando na base o produto da rapina até chegar o momento próprio para o seu transporte com destino à Dinamarca e Noruega. Chegaram a estabelecer um estado na Itália meridional sob a chefia de Roberto Guiscardo.

Henri Pirenne, a propósito desses assaltos, nos finais do século IX, diz que os mosteiros transformam-se em verdadeiras fortalezas e os documentos designam-os frequentemente, desde então, pelos nomes de *castrum* e *castellum ;* os trabalhos de fortificação multiplicam-se sem cessar e todas as grandes abadias bem como as residências Condais, são guarnecidas de sólidas muralhas[1].

---

[1] Henri Pirenne, *Les villes et les institutions urbaines,* tomo I, pág. 127.

Cremos que é indiscutível que a periculosidade destes assaltos normandos, tão temíveis, permitindo o aparecimento rápido de um exército, é muito diferente do que se passava no Douro, até então, com a travessia, em medida muito discreta, de alguns soldados transportados em pequenos barcos, sem surpresa, mesmo, pois, que a travessia e a chegada dos barcos podia ser fàcilmente vigiada.

Agora não se trata de vigiar a navegação possìvelmente hostil, mas sempre fluvial reduzida portanto a pequenas proporções ; não, é a navegação do mar alto que por navios grandes que fazem o transporte de rapaces e combativos aventureiros, dispostos a toda a sorte de pilhagem que surpreendem totalmente uma população que vive pacìficamente o seu dia a dia.

Além do que sofria directamente, as notícias que chegavam dos assaltos dos vickings à França deviam ser aterradoras. Todos os rios foram por eles percorridos ; sistemàticamente exploravam os vales do Reno, do Mosa, Escalda, Sena, Loire, Garona, do Ródano [1].

Em certos lugares a população desapareceu por completo ; porto e população de Quentovic deixou de existir depois das incursões de 824 e 844, bem como outras terras que gozavam de notória prosperidade.

Perante a tradição destas calamidades e das sofridas na própria região, é mais que aceitável que, se Santiago de Compostela se fortificara para se defender dos

[1] Henri Pirenne, « Les Villes du Moyen Age » pág. 30.

Normandos, que em Portucale se pensasse em semelhante precaução [1].

O bispo D. Hugo deveria ter trazido esta ideia, de Santiago, não só porque era lógico que seguisse o exemplo de Santiago para defesa própria, como também porque uma defesa de Portucale servia o seu amigo e protector arcebispo de Santiago.

Todo o exposto nos parece conduzir à ideia, pois que no alto da Pena Ventosa e até à construção da actual Catedral não se fizera nunca qualquer sistema importante de defesa militar, porque esta na realidade nunca fizera falta.

O assalto dos Normandos, como acontecera em Santiago de Compostela, é que impele à construção fortificada que é a Catedral que no fim do séc. XII se ergue para Sé do Bispado de Portucale.

A situação do morro da Sé parece ser óptima tendo em consideração que o inimigo que se aguarda deve vir da barra do Douro, do lado poente, sobre o qual aquele morro olha, estratègicamente bem situado.

E não se diga que este raciocínio peca por anacrónico, porquanto à data da construção da Catedral já os Normandos tinham abandonado a pirataria e se integravam nos hábitos dos povos civilizados.

[1] Magalhães Basto no cit. « Alguns Documentos do Arquivo Municipal do Porto... », pág. 2, escreve em relação aos moradores de Portucale : « Também sujeitos às devastadoras arremetidas marítimas dos Normandos. Por tudo isso se compreende também que os bispos da diocese só voltassem a fixar-se definitivamente em *Portucale*, com o bispo francês D. Hugo, em 1113 ou 1114. »

Ainda que isto fosse verdade, verdade é também que não houve aviso dessa modificação de hábitos ; e ainda que aviso houvesse era de elementar bom senso não acreditar nele e cuidar da prevenção que se impunha. Se assim não fosse não se armavam os povos nem se erguiam as construções defensivas.

De resto, o anacronismo não existia, pois D. Hugo foi feito Bispo em 1113 e no séc. XII ainda os Normandos haviam penetrado em Portugal.

Ainda mesmo que o receio contra os possíveis assaltos dos Normandos tivesse passado, eles tinham mostrado a periculosidade de quaisquer assaltos vindos do mar e a prevenção impunha-se.

Neste aspecto é interessante recordar que aquando da conquista de Lisboa, havia normandos entre os cruzados que ajudaram D. Afonso Henriques, mas esses normandos foram causa de grande desassossego e mostraram bem que ainda conservavam o seu espírito de pirataria.

Vamos relembrar Alexandre Herculano [1], que conta as dificuldades em encontrar um acordo entre os cruzados e o rei de Portugal. A aceitação do Pacto proposto era contrariada por « dois irmãos Wilhelm e Radulph que segundo parece eram chefes de piratas normandos ». E Herculano continua : « Fundavam-se os dous piratas e os seus sequazes nas grandes vantagens que poderiam tirar das depredações nas costas de Hespanha » ; « Wilhelm declarou que com oito ou dez navios que

[1] História de Portugal, tomo IV, pág. 18 e segs., 8.ª edição.

quisessem seguir a sua fortuna partiria sem detença. O maior número porém, isto é, os Alemães, os Flamengos, a maioria dos Ingleses e os Escoceses mostravam-se resolvidos a prosseguir no encetado empenho, ficando só contumazes os Normandos e as gentes de Bristol e do Hampshire ... »

« Afinal, à força de razões, de súplicas e até de lágrimas, Herven de Glanville, condestável da gente de Suffolk e Norfolk, alcançou dobrar o ânimo feroz de Wilhelm e aquietar os seus partidários, sob condição, todavia, de não lhes faltarem vitualhas e de lhes ser pago soldo pelo rei ou pelos cruzados, na falta de que nem mais um dia se demorariam. »

Estes passos de Herculano são suficientemente expressivos para ajuizar do espírito dos Normandos nas vésperas de construção da catedral de Portucale.

A principal fonte da narrativa de Herculano é a carta de Osberno onde os factos são adjectivados, ainda talvez com mais energia. Assim, diz : Guilherme Vítulo, ainda respirando ameaças e matanças de pirataria, com seu irmão Rodolfo e quase todos os de Northampton e de Hastings [1] ; e noutro passo (Wilhelm) afirmava ser grande vantagem a de costearem depressa a Espanha pois com facilidade extorquiriam muito dinheiro dos navios de África e mercadorias de Espanha [2].

[1] Tradução do Dr. José Augusto de Oliveira, na sua obra : Conquista de Lisboa aos Mouros, pág. 63.

[2] Para se compreender como a conversão dos normandos ao cristianismo estava longe de significar uma integração na sua ética,

Neste aspecto há também que considerar que já o Prof. Luís de Pina escreveu[1]: « Quem entra no rio, não consegue ver o Porto actual (a Cale e o Portucale da margem direita senão ao chegar às alturas de Monchique, à esquerda, quem sobe, e do castelo de Gaia, à direita. Só ao dobrar de Massarelos tal se pode verificar. Até então, quem sobe o rio, não lobriga o Porto e menos o lobrigava antigamente pois que, por ser menos povoado, mais se escondia na margem. Quem sobe o rio, dizia, desde a volta da margem gaiense, por alturas do Covelo e do Facho, apenas vê esta margem; em frente de nós simplesmente o rio fechado lá adiante por dois maciços volumosos o da Torre da Marca (Palácio de Cristal), que tudo o mais esconde e o de Vila Nova de Gaia e o casario circundante e subjacente. O Porto, intencionalmente colocado, ninguém o vê dali. »

---

transcrevemos de « A Formação da Europa », de Cristóvão Dawson, pág. 275, os seguintes factos ocorridos em 1004:

« Os pagãos convocaram uma grande assembleia. Decidiram nela sacrificar dois homens de cada distrito e anunciar assim aos deuses pagãos que não consentiriam que o cristianismo se difundisse no país. Mas Hialte e Gizor reuniram uma outra assembleia, composta de cristãos, e decidiram fazer tantos sacrifícios humanos como os pagãos. Falaram assim: Os pagãos sacrificam os piores dos homens e lançam-nos dos rochedos e das falésias; mas nós, pelo contrário, escolheremos os melhores dentre nós, e chamaremos a este sacrifício penhor de vitória para Nosso Senhor Jesus Cristo, e comprometer-nos-emos a viver melhor e com mais pureza que outrora; e Gizor e eu, oferecer-nos-emos como penhor de vitória do nosso distrito. »

[1] O Porto na Conquista de Lisboa.

Se o por nós transcrito, perante o nosso ponto de vista não tem razão de ser quanto às origens de Portucale primitivo nascido à beira-rio, é na verdade de considerar para explicação do povoamento do morro da Pena Ventosa, que assim, segundo a opinião de douto observador, teria preciosa situação perante as invasões vindas pelo mar que na realidade são as dos Normandos.

Nenhuns elementos arqueológicos ou históricos existem que nos possam elucidar sobre o lugar preciso e como nasceu Portucale. Alguns vestígios de possível fortificação em Pena Ventosa e a lenda tecida acerca da existência de uma cidade que se chamara Cale, levaram à localização do topónimo Portucale como significando uma cidade — Cale — que tinha um *porto*. Esta construção levava à necessidade de localizar a cidade fora do porto e num lugar elevado como eram as povoações mais antigas do Noroeste peninsular.

Hoje, porém, tudo exige uma explicação diferente. Não há que distinguir entre cidade antiga e o seu porto. Tudo a mesma e uma coisa só. O velho Cale, desenvolvendo-se, é que originou Portucale. Ora o Cale era um porto, porquanto o próprio significado de Cale é esse, e situado portanto no ponto onde exercia a sua função. O alto da Pena Ventosa, com as suas construções imponentes, embora bela e estratégica eminência sobre o rio famoso, que é a causa da grandeza da cidade do Porto, só se inicia como povoado depois que D. Hugo traz a ideia da sua fortificação, e D. Teresa,

em doação oportuna, lhe entrega o encargo de defender importante região dos novos estados cristãos.

E não se julgue que a ideia de que só após o séc. XII tenham aparecido importantes fortificações no alto da Pena Ventosa representa um atraso inadmissível ante os acontecimentos. É assim que nós podemos ler em Henri Pirenne[1]: Durante o período franco as cidades não são senão castelos, junto dos quais se estabelecem subúrbios. Estes, a princípio, são completamente abertos, mas depressa se sente a vantagem de os cercar uma muralha de defesa. Primitivamente essas muralhas assemelham-se às vedações que os comerciantes hanseáticos, mais tarde, levantavam à volta de seus estabelecimentos. Muitas vezes não eram senão paliçadas cercadas de valas.

Incapazes de resistir a um ataque em regra não serviam senão para evitar a investida de ladrões. É sòmente regra geral, a partir do séc. XII que as fortificações urbanas adquirem carácter militar e podem resistir a longos assédios.

Não seria assim, da mesma forma constituído o velho Portucale situado na margem esquerda do rio da Vila, e junto deste ?

O alto da Pena Ventosa só no séc. XII, depois da construção da Sé Catedral, passou a exercer função primacial. Até então, o povoado cabia perfeitamente na encosta e terrenos marginais do rio da Vila ; mas

---

[1] *Les Villes et les institutions urbaines*, vol. I, pág. 80.

porque a cidade nasceu desta forma, o importante centro cívico em que se tornou o alto da Pena Ventosa nunca foi, na realidade, um centro geométrico, como se verifica nìtidamente no perímetro das Muralhas Fernandinas em que a Sé e Paço do Bispo ficam verdadeiramente em situação excêntrica.

E sobre este aspecto parece poder afirmar-se que, se o alto da Pena Ventosa fosse o centro histórico da povoação, este se deveria ter estendido para nascente. Era uma localização lógica, sadia e pitoresca, mas ficou sempre a pesar a tradição e a história local que a fazia pender sobre o rio da Vila.

Aí nascera, efectivamente.

Modestíssimo lugar de embarque e desembarque quando a região era habitada por uma população pouco requintada, de comércio limitado e relações escassas com os vizinhos.

Desenvolve-se largamente quando os Romanos passam a usar esse ponto de embarque e desembarque exercendo então primacial função com a abertura da estrada de Lisboa para Braga. No tempo dos Suevos, o velho Cale, que por fenómeno tautológico se chamara Portucale, atinge, talvez pela sua localização de verdadeiro ponto de partida de expansão para o sul, importância de relevo, de forma a aparecer como sede de Bispado à volta de 580, segundo as mais aceitáveis deduções.

No séc. XII, com a modificação política do Ocidente, a criação da monarquia portuguesa e a conquista de Lisboa, Portucale atinge o período inicial da sua grandeza.

É então que se constrói o seu grandioso edifício da Sé e se fazem novas edificações para residência episcopal.

Os bispos do Porto alcançam prestígio de relevo. Para este terá participado também a célebre doação de D. Teresa e a confirmação que lhe foi feita por D. Afonso Henriques?

Cremos que não. É verdadeiramente de ponderar se tal doação, constantemente mencionada na história do Porto, existiu ou não.

Parece-nos que o mais antigo documento que tem interesse para a localização de Portucale, é o acordo feito entre o bispo D. Hugo e seus clérigos, em 3 de Setembro de 1120: O bispo renuncia a um direito, e em troca recebe vários casais, um dos quais se situa «in Portugal in ripa de rívulo de Donom» e outro «nas Eiras, juxta portum de rivo de Carros[1]».

Aparecem aqui as palavras «rívulo de Donom»; é-se tentado imediatamente a deduzir que Donom está erradamente escrito pois deve-se tratar de Doriom, tendo qualquer copista posto *n* por *ri*. Embora possa parecer estranho que se usando *rivo* de Carros, se use rívulo Douro, usando quanto a este, paradoxalmente, de um diminutivo.

A verdade é que as duas formas aparecem simultâneamente pelo que a diferença não tem qualquer significado. O documento em questão leva-nos a pensar que no séc. XII *Portugal* se usava num sentido muito restrito, pois ao lugar de Porta de Carros, denominação que chegou quase aos nossos dias — já se chamava o lugar das Eiras.

[1] *Censual*, I, parte 3.ª, pág. 25.

Cremos que o facto é perfeitamente explicável por a aglomeração urbana se limitar à confluência do rio da Vila com o rio Douro e o lugar das Eiras pertencer ao aglomerado, urbano e rústico, cujo estudo é objecto do capítulo seguinte.

A designação de Porta de Carros e rio dos Carros parece comprovar o início da estrada para Braga; aí se aprestavam os carros para iniciar a viagem para a vetusta cidade arquiepiscopal, viagem que era a continuação da já feita por aqueles que viessem de ao sul do Douro. Esses teriam pois chegado da outra margem do Douro num barco que aí acostara e agora seguiam num carro.

Parece-nos pois argumento notável para deduzir que o Cale ou Portucale da margem direita do rio Douro era o afluente do rio onde se aparelhavam os carros para continuar a viagem para o Norte.

Aí pois deveria ter nascido Portugal.

É sabido que o mesmo rio de carros também aparece denominado como o rio da Vila e rio da Cividade. Horácio Marçal chamou a atenção[1] para o facto dos rios pequenos receberem o nome dos lugares que banham e portanto poderem ter quatro, cinco e mais designações.

E acrescenta que o rio em questão, que é o velho *Canalem Majorem* da doação da rainha D. Teresa,

[1] *O Tripeiro*, Ano VI, VI.ª série, pág. 265.

teria tomado o nome de rio de Carros, depois de se erguer a Porta de Carros, pois antes também foi o rio da Cividade, por cortar o sítio com este nome. Porém, a designação mais generalizada foi sempre a de rio da Vila[1] que em nosso entender deriva pura e simplesmente da vila de Portucale, estabelecida junto dele.

---

[1] Horácio Marçal no citado estudo conclui que rio da Vila tomou este nome nos meados do séc. XIV, por nessa altura, aquando das Inquirições, certa testemunha ter dito: «... que aquem do dito lugar que chamam *caal maijor* que ora chamam rio da Villa». Desta forma de dizer, dando ao «ora» uma actualidade absoluta, conclui Horácio Marçal que por essa altura se passou a chamar rio da Vila à Cale Maior.

Claro que a argumentação de Horácio Marçal não convence, pois o que a testemunha quer mostrar é um contraste com a data de 1120 em que no documento da doação se fala da Cale Maior, de tal maneira que o «ora» não significa uma referência àquele presente em que a testemunha fala.

CAPÍTULO V

A Cividade

DESDE há anos que às origens da cidade do Porto se tem ligado, com extraordinária importância, uma hipotética «cividade».

Documentos que se reportam já ao séc. XIV falam, inequìvocamente, de certo local, na área do que hoje é a cidade do Porto, atribuindo-lhe o nome de «cividade».

Assim Aldonsa Anes vende a D. João Redondo, cónego da Sé do Porto, em 17 de Março de 1329, o quinhão de certa casa confinante «com as casas que foram de Nicolau Pais e de Dona Mor Eanes, e da outra parte com as casas que foram de João de Fereros e por diante rua pública e detrás dela o enxido da viela da *Cividade, no Porto*»[1].

O mesmo termo, aplicado a um lugar do Porto, aparece no «Acordo entre Bispo e o Concelho» em 1331 e na «Inquirição» de 1339[2].

---

[1] In *O Tripeiro*, VI Série, Ano VII, n.º 3, artigo de Horácio Marçal e Magalhães Basto in «Sumário de Antiguidades», pág. 132.

[2] Magalhães Basto, *ob. cit.*, pág. 126.

Em 1416 Martinho Vicente deixou ao Cabido da Sé umas casas na *Viela da Cividade* onde mais tarde foi construído o mosteiro de S. Bento de Ave-Maria [1]. A 6 de Março de 1454, em a cidade do Porto, na Rua da viela que vai para a *Cividade,* estando aí Vicente Martins, herdeiro de Martim Vicente, cónego que foi da dita cidade « meteu em posse » de umas casas ... que estão na dita rua sob a lájea que aí está [1].

Em 26 de Outubro de 1485, Violante Afonso troca com o Cabido da Sé do Porto certas casas que possuía na Rua dos Mercadores, na boca da Rua Nova, por um assento de casas e enxido que ela trazia por prazo do Cabido ; esse assento de casas ficava « na dita cidade, além do *chafariz da cividade* [1] ».

Em 1490 essa Sr.ª Violante Afonso doou várias propriedades aos Padres Lóios, tendo estes começado a construir aí o seu Mosteiro. Sobre esta doação e interessantes pormenores com ela relacionado escreve o Dr. Eugénio Andrea da Cunha Freitas em « O Convento Novo de Santa Maria da Consolação (Padres Loios) » [2], e do seu trabalho extraímos as passagens onde aparece citada a *cividade.* Assim o alvará de 5 de Abril de 1490 pelo qual o Prelado permite que os religiosos de St.º Elói possam edificar uma igreja, diz « no oratório da *cividade* honde a dita Violante afonso ora sta ... » [3].

---

[1] Magalhães Basto, *ob. cit.,* pág. 133.

[2] Documentos e Memórias para a História do Porto — XVI — Publicações da Câmara Municipal do Porto.

[3] *Ob. cit.,* pág. 4.

Na doação de Violante Afonso, de 26 de Junho de 1490, escreve-se : « ... minha própria herdade, sito no chão e circuito da *Cividade,* dentro na Cidade do Porto, com seus pomares e hortas, fontes e água, habitação e edifício do Oratório de S. Maria da Consolação, que aí está ... » [1]

E ainda no mesmo ano, a 22 de Outubro, em nova escritura, se pode ler : « do cerco e edifício que ela tinha feito e houve por compras e doações e escambos situado no chão e lugar que se diz *Cividade* dentro dos muros da cidade do Porto ... [2].

Cunha Freitas que estudou minuciosamente a documentação e a história dos Lóios escreve em nota inserta a pág. 13 do seu trabalho : « Mostram os documentos já referidos que *Cividade* era a designação de um prédio rústico e urbano, perfeitamente delimitado e que decerto se chamava assim por antiga tradição localizar nesse lugar um primitivo aglomerado humano.

Se assim era, como parece, não vejo razão para dar aquele nome ao Largo do Corpo da Guarda, enquanto não aparecer prova concludente de que, antes dos fins do séc. XV, se deu uma deslocação do topónimo. Até lá, respeitemos a tradição quatrocentista. »

Para conveniente compreensão da localização da tal cividade podem ser vistas no trabalho de Cunha Freitas as plantas que o ilustram a págs. 17, 57 e 113.

---

[1] *Ob. cit.,* pág. 4.

[2] Idem.

Nessa nota de Cunha Freitas que deixámos transcrita encontramos, com nosso conhecimento, a única reacção à localização de *Cividade* feita pelo Prof. Mendes Correia, que a cividade fez corresponder o morro do Corpo da Guarda.

Desde então, o alto da Pena Ventosa, passou para o alto do Corpo da Guarda a honra de ser origem de Portucale (→ Porto), conforme a interpretação de Mendes Correia, interpretação que foi geralmente aceite. O morro do Corpo da Guarda, velha cividade, seria então, o lugar do mais velho povoamento que precede o actual Porto.

É assim que Magalhães Basto escreve[1] sobre o Porto : « Teve a sua origem, como todos sabem, numa povoação pré-romana, denominada Cale, a qual ficava, ao que dizem modernos estudos, no lugar conhecido ainda no séc. XV pelo antigo nome Cividade (um monte em cujo cimo havia não há muitos anos o Largo do Corpo da Guarda). »

Esta ideia que se generalizou ràpidamente, devido ao prestígio do seu autor, o Prof. Mendes Correia, é pura e simplesmente insustentável, embora Magalhães Basto tivesse chegado a escrever : O assento de Cale num outeiro é hoje inatacável.

No tempo em que Mendes Correia escrevia ainda não era lenda, mas era história, ter existido uma velha cidade que Salústio nomeara, chamada Cale. Mendes

---

1 *A Antiga, Mui Nobre e Leal Cidade* ..., pág. 10.

Correia entusiasmado com as suas deduções fez corresponder a Cale essa cividade.

Mas mesmo que Cale tivesse existido, o raciocínio de Mendes Correia é inadmissível.

Antes de mais diremos que é natural que a longa lista de documentos que Mendes Correia[1] aponta a referir o termo cividade não digam respeito, sempre, ao mesmo local.

Umas vezes talvez se refiram ao lugar onde, em parte, foi construído o Convento de Ave-Maria; outras porém podem referir o núcleo portucalense onde habitava o bispo com todo o centro cívico (no alto da Pena Ventosa, depois da construção da Sé). É nítido que a referência a cividade em muitos desses documentos nada tem que ver com qualquer arcaica cividade, podendo ser apenas forma de indicar a cidade, usada em todos os tempos.

E não é de admirar que assim tenha acontecido noutros tempos pois ainda hoje pode acontecer. Exemplifiquemos com o seguinte período do Prof. Torquato de Sousa Soares que evidentemente não se refere à cividade que entusiasmou Mendes Correia : « É um portus — o Porto — que acaba por englobar a velha cividade episcopal que nele se integra »[2].

Cremos, pois, que o topónimo cividade quanto a nós só tem verdadeiro interesse para investigar a que

---

1 Nova monografia do Porto, pág. 46 e seg.

2 *Organização Municipal do Porto no Tempo do Infante D. Henrique*, separata do « Studium Generale » dedicado ao Infante, pág. 6.

é que corresponde, o que vamos tentar, não tendo, porém, nenhum interesse para conhecer as origens de Portucale ou da cidade do Porto.

Em arqueologia cividade tem o sentido de povoação arruinada. Se, por acaso, se descobrir que num morro, dentro da actual cidade do Porto, existe ou existiu uma cividade ficamos a saber que nesse ponto houve um povoado que por qualquer motivo foi abandonado, mas, a menos que se provasse, por exemplo, que esse povoado, anterior aos Romanos, foi deslocado para um baixo, devido à política dos invasores vindos de Roma, mostrando-se assim a sua continuidade, nunca essa cividade podia ser a origem da actual cidade do Porto.

Doutra forma, não é a uma « cividade », que é um fogo morto, que nós podemos ligar a história de uma cidade que vive.

Por outro lado vê-se que a palavra cividade aparece aplicada numa área tão extensa que ninguém pode precisar com segurança onde está o seu centro ou a sua primitiva origem. Assim Mendes Correia encontrando a designação de cividade dada aos terrenos onde está hoje a estação de caminho de ferro de S. Bento, de dedução em dedução, foi subindo até concluir que o termo cividade ficava melhor aplicado ao alto do Corpo da Guarda que fica a par do alto da Sé porque esse alto reunia as características de uma elevação semelhante às que primitivamente os povos escolhiam para seus povoados [1].

---

[1] *Origens da Cidade do Porto,* do Prof. Mendes Correia.

Porém, é fácil de ver que o mesmo termo cividade aparece aplicado a zona muito generalizada abrangendo o Largo dos Lóios e a Praça de Almeida Garrett. É o que se conclui do estudo ao assunto dedicado, feito recentemente por Horácio Marçal [1].

Magalhães Basto que aderiu à tese de Mendes Correia acentuou essa grande área de terreno a que se chamava cividade : « Desde o actual Largo dos Lóios até à Estação de S. Bento, tudo aquilo eram terrenos de cultura ou quintais particulares. A toda essa extensão chamava-se nos sécs. XIV e XV o lugar da *Cividade.* Os documentos coevos são irrefragáveis a tal respeito. Nesses chãos havia no séc. XIV uma torre onde se metiam os presos e que tinha o nome de *Torre da Cividade.* »

E contemporizando esta observação com o ponto de vista de Mendes Correia aceitava que « ao longo das idades o topónimo, como tantas vezes sucedeu, ter-se-ia deslocado para o sopé da referida eminência » [2].

A verdade, porém, é que sendo o nome de Cividade dado a tão grande extensão de terreno e usando o processo que usou Mendes Correia, com facilidade se poderia localizar a Cividade em qualquer alto, pois não há argumento decisivo para a colocar num ou noutro ponto. Mas, o que de todo em todo é inadmissível é que se possa usar o processo que Mendes Correia

---

[1] *O Tripeiro,* VI Série, Ano VIII, pág. 65 e segs.

[2] *Falam Velhos Manuscritos* in « O Primeiro de Janeiro » de 14 de Março de 1960.

adoptou dando o nome de cividade a um morro que como cividade nunca fora conhecido, e apenas porque ficava perto do lugar que teve esse nome e por ter aspecto bom para nele poder ter havido um castro. Este sistema parece-nos não ser científico. E, documentalmente, sobre a possibilidade de se poder chamar cividade ao alto do Corpo da Guarda já se insurgiu, como vimos, Eugénio Andrea de Cunha e Freitas.

Os achados arqueológicos, em nossa opinião não permitem concluir também[1] que o morro seleccionado por Mendes Correia tenha sido objecto de grande povoamento. É assim que tendo-se nele procedido a aturadas investigações e tendo-se no morro do Corpo da Guarda feito grandes desaterros por motivo da abertura da avenida que serve a Ponte de D. Luís tudo que se encontrou, conforme inventariou Pinto Ferreira em artigo publicado no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, foram :

a) vários instrumentos de sílex ;
b) alfinetes de cabeça ;
c) fragmentos de fíbula de bronze ;
d) cerâmica tìpicamente castreja.

---

[1] Tem opinião contrária o Dr. J. A. Pinto Ferreira, ilustre Director do Gabinete de História da Cidade, como se vê no Boletim citado no texto, a pág. 369 do vol. XXII.

Também o Prof. Dr. Sérgio Pinto reconhece iniludível o valor arqueológico da Cividade denunciada por Mendes Correia, como se vê no vol. V da « Lucerna », pág. 85.



Planta com as curvas de que nível permite ver o acentuado das elevações da Pena Ventosa (mais a sul) e a do Corpo da Guarda que Mendes Correia identificou com a Cividade. Por outro lado deixa ver a depressão por onde corria o rio da Vila.

Em nossa opinião isto é muito pouco para nos levar a concluir pela existência de um povoado, e o mesmo pensa o Prof. Doutor Torquato Sousa Soares [1], que diz ser « muito de considerar a míngua de achados arqueológicos, apesar de quase toda a área ter sido profundamente revolvida ». E acrescenta : « Realmente, nem os panos de muralha (aliás muros de suporte de terras) parecem ser de aparelho romano, nem os pequenos fragmentos de cerâmica e os objectos de bronze e ferro — pedaços insignificantes de fíbulas (?) e pregos — parecem ser tìpicamente castrejos. » Não há vestígios de construções, muralhas, ferramentas, nada dessas coisas que com abundância se encontram nos nossos velhos castros e citânias. Mas, que houvesse, não se podia concluir que restos de um povoado extinto sejam origem de um povoado que existe.

Se pretendermos ligar a origem do Porto a uma povoação chamada Cale, é evidente que não pode aparecer de permeio uma « cividade », que era sinal de ter desaparecido a que havia antes. Para que um povoado se chamasse cividade, dando a esta palavra um sentido arqueológico, é porque deixara de existir e assim só nele se poderia entroncar uma nova povoação dando do facto aceitável explicação que até hoje ninguém deu.

Mas, sendo assim, como se pode explicar que tenha aparecido a designação de cividade, extensiva a uma zona bastante longa ?

---

[1] *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal,* tomo I, pág. 162, nota 74.

O sentido arqueológio de *cividade* cremos que não resolve o problema.

Devemos lembrar, porém, que essa palavra — o mesmo que cidade — tem também outros sentidos, dos quais algum, talvez, nos possa dar a chave do enigma da cividade que tanto tem impressionado os autores, nos últimos anos.

Não procuraremos fazer um apanhado erudito do que se tem escrito sobre o sentido de cividade, o mesmo que cidade, através dos muitos autores que o assunto têm tratado. Limitar-nos-emos a alguns mais recentes para encararmos o problema nas suas soluções actuais.

Almeida Fernandes, em estudo ainda em publicação [1], tem ocasião de fazer doutas observações sobre o sentido de cividade. Lembra a definição de St.º Isidoro de Sevilha (séc. VII) que se encontra em Pierre David [2] quando diz que os *vici,* os *castella* e os *pagi* são localidades que não têm a dignidade *civitatis* mas que em razão da sua população estão ligadas a estes. E comentando leis visigóticas, deduz « que *civitas* embora fosse local de igreja », tanto se dava à povoação capital como ao seu território.

Sobre a noção dada por St.º Isidoro é conveniente lembrar a observação que lhe faz Florentino Agustin Diez Gonzalez [3] quando diz que St.º Isidoro é muito influenciado pela tradição e cultura romanas e que na

---

[1] *Arquivo do Alto Minho,* vol. IV, 2.ª Série, pág. 196 e seg.
[2] *Études Historiques sur La Galice et le Portugal,* pág. 15.
[3] *San Fructuoso y su tiempo,* León, 1966, pág. 58.

verdade em Roma a cidade-município dominava intensamente um território, por vezes mui extenso, povoado de *vici*, de *pagi*, de « vilas », etc., mas que a independência desses territórios, a par da ruralização, é uma das causas da ruína do município romano e do próprio Império. No tempo de St.º Isidoro, a organização político-administrativa do país, mais ou menos perfeita, diz Florentino Diez Gonzalez, era um facto e dentro dessa organização a cidade havia voltado a assumir importância e a ser cabeça de administração distrital, mas com características diferentes da cidade romana, embora com influência sobre o seu território ; a existência de células sócio-rurais, com certa qualificação administrativa mais marcada que no tempo de Roma, parece uma realidade.

Esta mesma ideia parece encontrar-se nas seguintes palavras do Professor Paulo Mereia : « Não pode hoje duvidar-se que a organização municipal herdada de Roma se extinguiu no decurso da dominação visigótica. Na segunda metade do séc. VII já dela não resta o menor vestígio, tendo sido pouco a pouco substituída por um sistema administrativo e judicial completamente distinto. »

É com estas palavras que o Prof. Paulo Mereia inicia um estudo recente a propósito das antigas instituições coimbrãs [1].

Diz-nos que no estado visigótico, para efeitos de administração civil e militar, havia distritos ou *territo-*

[1] *Arquivo Coimbrão*, vols. XIX-XX, pág. 35.

ria, também chamados *civitates*. Os limites da *civitas* eram provàvelmente os da diocese.

Porém, há que resignarmo-nos a ignorar o que dessa organização perdurou durante a ocupação muçulmana, mas no séc. X os documentos dão a Coimbra (a Coimbra se refere o estudo de Paulo Mereia) o nome de civitas e, em nota, esclarece que « *civitas* e *urbs* eram os termos com que se designavam as povoações mais importantes, sobretudo quando nelas existiam igrejas catedrais ; mas, quanto a Coimbra, a palavra urbes (aliás menos frequente) só aparece, neste período, para indicar que certo lugar ou propriedade está situada no território de Coimbra. Só em documentos do séc. XI começa a aparecer *urbs* sinónimo de *civitas*.

*
* *

Entende Almeida Fernandes que as *civitates* foram a origem das paróquias visigodas. As « civitates » eram muito mais numerosas que as sedes dos bispados, de forma que o carácter episcopal das *civitates* « não passa de uma ocorrência singular ». Os dois autores que citamos, Almeida Fernandes e Paulo Mereia, parece terem em vista no seu estudo épocas bastante distanciadas. O primeiro prende-se mais ao séc. VII, enquanto Paulo Mereia visa no seu estudo, especialmente, o séc. XI. Porém, quanto ao tempo mais recuado poder-se-á concluir que os dois autores chegam sensìvelmente às mesmas conclusões; quanto aos tempos mais modernos parece poder ver-se em Paulo Mereia um sentido

mais restrito de *civitas*, fazendo-a sinónimo de *urbs*, e dizemos parece porque numa nota refere o eminente Professor que civitas, nos documentos da Reconquista, surge primeiro com o sentido de urbe e não com o de conjunto de cidadãos [1].

Há que aceitar, como diz Almeida Fernandes [2], a evolução do sentido que às palavras corresponde.

É o que Henri Pirenne ensina, a propósito de outras partes da Europa Ocidental :

« Tornadas sem préstimo para a administração civil, as cidades não perderam a sua qualidade de centros de administração religiosa. Cada diocese ficou agrupada em volta da cidade que encerrava a sua Catedral. A mudança de sentido da palavra *civitas*, a partir do séc. IX revela claramente este facto. Ela torna-se sinónimo de bispado e de cidade episcopal. Diz-se *Civitas Parisiensis* para designar quer a diocese de Paris quer a própria cidade de Paris, onde residia o bispo [3] ; quer dizer, em determinada altura, na Idade Média, a palavra cividade designa terra *onde reside um bispo.*

É sabido que no séc. VI, Portucale é elevado à categoria de bispado, facto que na Idade Média — e ainda hoje — tem extraordinária importância.

A permanência, numa terra, de bispo, com o seu cabido e a importância que lhe dá o cargo, exige instalações e produção bastante.

---

[1] *Ob. cit.*, pág. 43.

[2] *Ob. cit.*, pág. 163.

[3] Henri Pirenne, *As Cidades da Idade Média*, Colecção Saber, pág. 54.

O velho Portucale, pequeno porto à margem de um rio interior, não oferecia certamente os requisitos necessários para uma instalação desse género e, lògicamente, se procurou alcançar para os bispos, casa e igreja, para si e seu clero, edifícios escolares e de caridade, eidos e terrenos bastante para dispor de instalações agrícolas e recolha de gados — não se esqueça que se vive em economia de consumo — em proporções que não se haviam conhecido em Portucale.

S. Isidoro de Sevilha, no séc. VII, estabelece com precisão a ocupação dos diversos clérigos, definindo quais os serviços do ostiário, do acólito, do salmista, do leitor, etc., fazendo-se o bispo coadjuvar de numerosos dignitários eclesiásticos. Além disso, para prover ao necessário na basílica episcopal, para dirigir a liturgia, repartir as colectas, administrar os bens da Igreja, dar trabalho aos seus servos, ordenar o cultivo dos campos, vigiar os artífices, etc. ; para dirigir os numerosos subalternos há, à frente destes, variadas espécies de chefia.

Por outro lado, os clérigos devem viver em comunidade, inclusive o bispo vive na companhia de um grupo selecto de clérigos e monges [1], e não se pode esquecer que em cada cidade episcopal St.° Isidoro queria que houvesse um seminário. St.° Isidoro lutou para que tal organização fosse unitária em toda a Península.

---

[1] *San Isidoro de Sevilla*, por Fray Justo Perez de Urbel, págs. 137 a 139.

D. Rodrigo da Cunha[1] fala de uma transacção feita entre a rainha D. Teresa e o bispo D. Hugo em que intervêm três arcediagos da Sé do Porto e acrescenta que então (1130) não havia outras dignidades. E esclarece, donde se vê que no tempo do bispo D. Hugo era a Sé do Porto, de cónegos que viviam debaixo de obediência, como religiosos, e como tais intervinham nas doações e escrituras, chamando-se monges e às vezes Cónegos Regrantes da Igreja do Porto[2].

Também sobre o complexo que na realidade constituía as *Sedes* do bispado, e que no nosso caso pretendemos que tenha em determinada altura alcançado a designação de *cividade*, citamos Pierre David[3], que escreve : « O que os documentos de 1086 e de 1100 mostram é que nessa época se construiu uma igreja que formava com a Catedral um só corpo moral e jurídico, de maneira a poder ser chamada também igreja da Sé. Isto não pode, de modo algum, surpreender aqueles que sabem que, na antiguidade, a *Sede* do bispo compreendia, à volta da igreja matriz, outras igrejas anexas : baptistério, igreja cemiterial, oratórios diversos ; o desconhecimento deste facto deu origem a muitos erros arqueológicos. »

Por muito modesto que fosse o bispado do Porto em relação a outros, forçosamente implicava uma com-

1 *Catálogo dos Bispos do Porto,* Parte II, pág. 14.

2 Mgr. Augusto Ferreira nas suas Memórias Histórico-Arqueológicas, pág. 170 diz que « junto à Catedral edificou-se também um mosteiro para os cónegos, que, no governo de D. Hugo, viviam em comunidade, a exemplo dos de Braga e Coimbra... »

3 A Sé Velha de Coimbra, pág. 19.

plexidade que talvez superasse a importância do modesto Portucale, e Portucale, a dilatar-se, só tinha a possibilidade de o fazer para montante do rio da Vila.

É muito natural que essas instalações do bispo fossem fechadas, se não com pedra, ao menos com paliçadas de madeira ou muros de terra, conforme é costume, mais ou menos, até ao séc. XII[1]. A estas instalações do bispo, seus clérigos, guardas e serviçais (bem numerosos, certamente) é que o povo de Portucale chamaria cividade.

Quer dizer, porque o bispo, na terra já existente de Portucale, não encontrava a possibilidade de instalações condignas, teve de se instalar junto de Portucale, mas separado e, a esse conjunto da organização episcopal é que se chamou, então, « cividade ».

É facto que se chamavam sempre civitates às sedes episcopais[2], e esse ponto de Portucale em que a resi-

1 É problema que não tem sido suficientemente tratado o de averiguar como se construía nos tempos medievais. É certo, porém, que as construções em madeira abundam.

Num documento de 1356, transcrito no Corpus Codicum, vol. VI, pág. 48, um vizinho da cidade do Porto, de nome Martins Anes, é designado « da Casa da Pedra » ; será porque uma casa feita de pedra era bastante para determinar o seu dono ?

Noutro, a pág. 16, de 1317, refere-se uma questão acerca de umas casas que ... começou a fazer « de pedra » ante Albergaria de Santa Clara. Se se dizia que este era de pedra, é porque, parece, as outras não costumavam ser. Magalhães Basto *(Sumário de Antiguidades),* diz que em 1350 o Concelho do Porto mandou construir o seu Paço em arcos ; até então era de *taboado* o edifício do Paço Municipal.

2 Almeida Fernandes, *Arquivo do Alto Minho,* 2.ª Série, tomo 4.º pág. 200, nota.

dência episcopal se instalou é que se denominou, lògicamente, cividade.

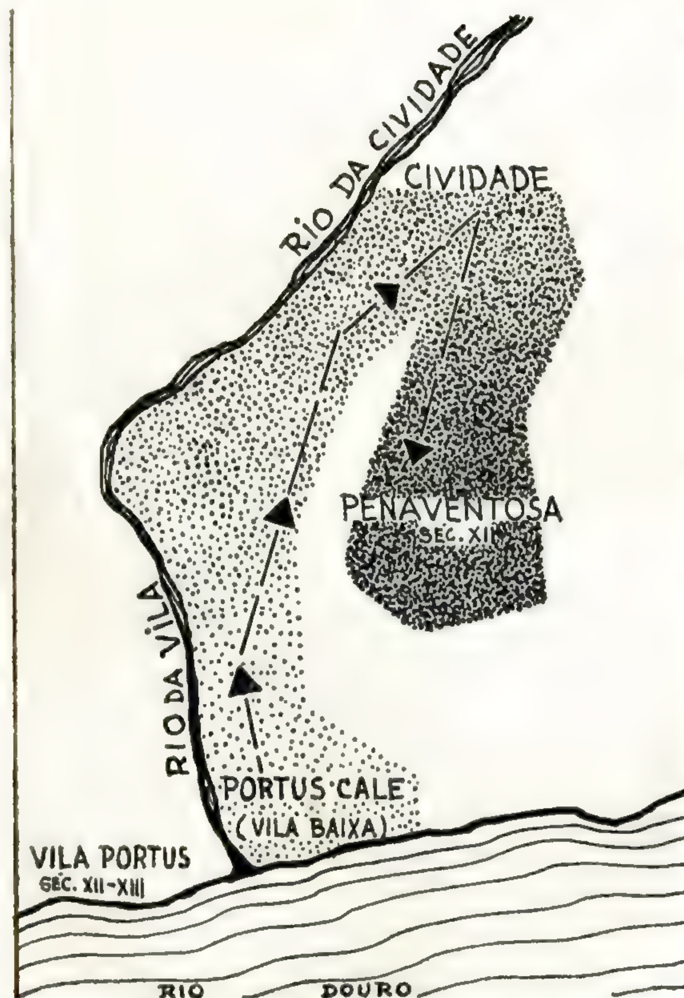
Talvez se tenha exagerado a pouca importância da Diocese do Porto pela ausência dos seus bispos em virtude do prejuízo que à área do seu território trouxe a ocupação árabe. A verdade é que uma vez que hoje se conclui pelo menor significado do chamado ermamento, o problema talvez tenha que ser revisto. Se houve sempre população, repugna aceitar que a ausência dos seus bispos seja total ; é mais que aceitável a sua permanência na sua diocese por períodos mais ou menos largos. E muito mais deve ser assim se se conclui também por uma permanência dos Árabes muito breve. É neste sentido que o P.e Avelino de Jesus Costa[1] diz que a ocupação árabe ao norte do Douro foi pouco duradoura, devido à revolta dos Berberes de Tânger (740) e da fome que no Sul da Península se fez sentir entre 748 a 753. Os árabes, continua o mesmo autor, recuaram a linha de ocupação, mais ou menos, para Coimbra, Coria, Talavera, Toledo, Guadalajara, Pamplona.

É então que Afonso I faz as suas incursões a Portucale, Brácara, Viseu, e da sua acção nasce a tese do ermamento.

O P.e Avelino Jesus Costa mostra, porém, como na segunda metade do séc. VII há famílias cristãs que cultivam terras da Igreja e pagam as pensões ao bispo, apesar de este ter ido residir para Lugo.

---

[1] O bispo *D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, pág. 9 e segs.



A gravura representa a localização que segundo o autor tiveram a Vila Baixa *e a* Vila Portus; *o trecho do rio, que teve a designação de* rio da Vila, *e o que se denominou o* rio da Cividade. *As setas indicam o progressivo povoamento que, iniciado no Portus Cale, ascendeu à Pena Ventosa, depois de ter passado pela* Cividade.

Almeida Fernandes [1] muito judiciosamente interpreta a passagem que refere a acção de D. Afonso I e em que os autores fundaram a tese do ermamento num sentido totalmente diverso, concluindo que D. Afonso I trouxe nessas acções a Portucale, Brácara e Viseu as populações que eram daí e tinham fugido aos Árabes, para o Norte. Regressaram assim à pátria delas, em vez da leitura do documento deixar concluir, como era costume, que D. Afonso I levou com ele essas populações para a sua pátria (dele).

Temos de concordar que esta versão é perfeitamente justificada por aquela retirada dos Árabes, para o sul, pelos motivos expostos acima.

O P.e Avelino de Jesus Costa sustenta, pois, que Braga foi sempre povoada, nos sécs. VII a IX, séculos em que Braga é sempre designada por « civitas ». Por tudo isto parece bem aceitável o parecer de João Pedro Ribeiro que admite a existência de Bispos a residir em Portucale no séc. IX [2].

Portucale só foi cidade depois que teve bispado, mas uma vez que já existia a vila antes de ter bispo não será aceitável que só ficasse a ser designada por « cividade » (cidade) a parte em que residia o Bispo ? [3].

---

1 Por ex. in *Arquivo do Alto Minho*, 2.ª Série, vol. IV, pág. 174.

2 Torquato de Sousa Soares in *Estudos para o Estudo da Organização Municipal do Porto*, pág. 26, nota 1.

3 No estudo de Horácio Marçal que já citámos admite-se, como sempre se tem dito, que o termo cividade é um termo arcaico mas depois, diz o autor : « desculpem-nos os Mestres esta irreverenciosa afoiteza, vamos ao ponto de afirmar que a *Cividade* não é tam remota como muitos supõem ».

E, embora sem base para o concluir, mas com apreciável intuição, acaba por afirmar que o termo cividade « ùnicamente serviu para distinguir o burgo episcopal ».

A nossa tese, embora não publicada, já estava levantada quando lemos Horácio Marçal, de forma que nos congratulamos com o facto de encontrar alguém de harmonia com o nosso pensamento.

Não aceitámos, nenhuma base ou consistência tem, a tradição criada pelos eruditos de que no alto de Pena Ventosa existiu sempre o centro de povoação do bispado.

Dentro de todo o nosso pensamento, a catedral e o bispo só passaram a habitar o alto da Pena Ventosa depois do séc. XII. Até então, certamente, a residência foi o que se passou a designar por cividade, designação que se manteve por muitos séculos.

Embora todo o Portucale se tornasse cidade por ter bispo, aceitável é que a parte de Portucale se continuasse a chamar o que até então era, talvez vila, e, a princípio, só a parte habitada por bispo e a sua corte se chamasse cividade.

É que, como ensina o Prof. Doutor Torquato Sousa Soares [1], na Idade Média a expressão cividade podia designar qualquer aglomerado urbano constituído nas imediações de uma Catedral.

A toponímia cremos que dá razão a esta interpretação, pois atendendo à maior importância que tinham as propriedades do bispo, como o maior senhor da

---

1 *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, pág. 161, nota 74.

terra, é de aceitar que reminiscências da sua organização agrícola lembrem essas propriedades. Seriam, pois, da cividade as « hortas » do bispo, as « eiras », o « laranjal » e o « olival », « que em 1331 a Igreja do Porto cedeu à cidade »[1].

A própria doação da rainha D. Teresa contém a expressão « curtium fratum »[2]. Em 1296, o bispo do Porto, D. Vicente de Mendes, fala, no testamento, das propriedades que possuía « in loco quy dicitur Monjardim in Cauto Civitatis Portugalensis » e que veio a ser no séc. XVIII a Quinta do Bonjardim[3].

É importantíssimo, nesta ordem de ideias, anotar que no séc. XV os terrenos compreendidos entre a actual Praça dos Lóios e a Estação de S. Bento, isto é, na civi-

[1] Em 3 de Setembro de 1120 foi feita uma convenção entre o bispo D. Hugo e a igreja de Campanhã pela qual D. Hugo renuncia ao direito de parada naquela igreja e recebe um casal « in Portugal in ripa de rivulo de Dorem » e outras nas « Eyras », « juxta portum de rivo de Carros », conforme documento inserto no Censual a pág. 79.

É sabido que a Porta de Carros existiu no largo fronteiro à actual estação de caminho de ferro de S. Bento.

[2] Rogério de Azevedo faz em « O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique », pág. 24 a interpretação da expressão « curtium fratum » que na planta junta localiza na zona em que identificamos a Cividade. Sabendo-se que na época o clero vivia conventualmente com o próprio bispo, a designação apoia perfeitamente a nossa tese ; os padres, como diz Rogério de Azevedo (pág. 25), eram os « frades » da Sé Portucalense.

Também Rogério de Azevedo escreve : A *Cortinha dos Frades* situava-se « na Cividade, no local onde hoje está a Estação de S. Bento e onde se situavam as *hortas do bispo* ... »

[3] Magalhães Basto in « Palavras Prévias » a *Plantas Antigas da Cidade* de Monteiro de Andrade.

dade, eram foreiros ao Cabido tendo este cedido o seu domínio directo, em 1485, a Violante Afonso, na permuta a que nos referimos no princípio deste capítulo[1]. Demonstrado assim fica o facto de a Igreja ter tido a propriedade em terrenos da Cividade, antes do séc. XV.

E ainda revela como a Igreja tinha direitos de propriedade sobre esse lugar conhecido pela *Cividade* o facto de o bispo D. João de Azevedo, além de outros, ter doado aos padres Lóios uma torre que serviu de cadeia e era conhecida pelo nome de *Torre da Cividade*[2]. O Cabido contestou judicialmente essa doação por entender que essa torre lhe pertencia, o que para o nosso caso é indiferente ou tem ainda maior importância porque deixa deduzir imprecisão de direitos, certamente por serem antigos.

De quando seria essa torre ?

E há um argumento muito importante, a que os historiógrafos do Porto não têm dado atenção, mas que é absolutamente necessário considerar para compreender o progresso territorial de Portucale ou Porto. É que qualquer estudo das origens e evolução desta cidade não pode ser feito sem considerar a realidade do terreno em que essas origens e essa evolução se processam.

Acontece que os velhos historiadores do Porto, atribuindo-lhe uma origem no alto da Pena Ventosa,

[1] Magalhães Basto, *Sumário de Antiguidades de Mui Nobre Cidade do Porto* ..., pág. 137.

[2] *O Convento Novo de Santa Maria da Consolação,* de Cunha Freitas, pág. 7 e Magalhães Basto in « O Primeiro de Janeiro » — *Falam Velhos Manuscritos,* de 4 de Março de 1960.

ligam-lhe a existência de uma parte baixa, junto do rio que seria o seu porto. Outros, os mais novos historiadores da cidade, aceitando que esta nasceu em baixo, junto do rio, admitem que ela subiu as alcantiladas vertentes da Pena Ventosa, para aí se fixar o seu comando cívico.

É evidente que uns e outros fazem essas construções sem atenderem ao relevo orográfico. Como seria possível que uma povoação nascida em baixo trepasse as ladeiras quase verticais, como diz Rogério de Azevedo, do morro que lhe é sobranceiro ?

Verdadeiramente impossível.

O único processo aceitável, de crescimento da cidade que nasceu na confluência do rio da Vila com o Douro, era essa cidade estender-se ao longo do rio da Vila e, só quando atinge as alturas da cividade, que alcança numa evolução compreensível, está em condições de progredir para o Alto da Pena Ventosa, indo buscar a esse alto as condições estratégicas que ele oferece. Esse progresso é devido aos próprios bispos, que são eles que se deslocam, da cividade que habitavam já, para o alto do morro da Pena Ventosa numa marcha verdadeiramente aceitável, porque a deslocação de um ponto para o outro não implica a ascensão dificílima que seria necessária para, da foz do rio da Vila, trepar ao alto da Pena Ventosa.

Quer dizer, os povos de Portucale, seguindo as posições ocupadas pelos seus bispos, foram-se estendendo de junto da foz do rio da Vila para montante desse rio e, atingida nessa marcha uma elevação razoável, passaram a ocupar o alto da Pena Ventosa que ficou a ser cabeça administrativa, na ordem civil e eclesiástica de Portucale.

Horácio Marçal[1] chamou a atenção para o facto de os rios pequenos tomarem o nome dos lugares por onde passam e o discutido *Canallem Maiorem* da doação da rainha D. Teresa se ter denominado, em certo ponto, rio da Cividade (depois rio de Carros) e rio da Vila.

Estas duas designações foram simultâneas e a do rio da Cividade, ainda se usou no séc. XVII a delimitar certas casas da Rua dos Mercadores. Essa simultaneidade de designações parece deixar deduzir que também subsistiam pela mesma época os lugares da *Cividade* e o da *Vila,* sendo aquela mais a montante ou a norte e a segunda mais para o lado da foz do rio, ou a sul.

A designação de rio da Vila, contudo, perdurou mais tempo que a do rio da Cividade.

Porquê ? Não teria sido porque a designação de Cividade deixou de ter razão, uma vez que a Sé do bispo se deslocou para a Pena Ventosa ? Não é a Pena Ventosa que agora merece lógica e justamente a designação de cidade ?

É certamente por esta razão que as palavras « cidade » e « vila » se usam em sentido diferente nas seguintes passagens que se encontram nas Inquirições (de 1339) :

---

[1] In *O Tripeiro,* VI série, Ano VI, pág. 265 e no vol. V da « Lucerna », pág. 114.

a) De cada boy que sse vender na feyra da dita cidade, pagará del dous dinheiros. E sse o vender fora da feyra pela villa pagará dous dinheiros do maravedi ;

b) Se ao dito senhor bispo e aa dita Eigreia prouver ou cumprir água de fora da villa per cano aa dita cidade.

E nas Inquirições que foram tiradas em tempo de el-rei D. Afonso III (em 1258) lê-se que quando o « Rex venit ad *Civitatem Portus* » e a seguir a mesma testemunha diz que « vidit semper filiare portaginem salis maior domo Bauzarum in *villa Portus* et vidit multociens, quando maiordomus Bauzarum transnornobat domos in *villa Portus* ... ». E a mesma testemunha fala mais *in villa Portus,* em *burgenses Portus et ciues ;* e também refere que « nom capiebant portaginem in villa Portus hominibus morantibus in *villa bayxa,* nec in Gaya ... ». E pelo interesse do passo, transcrevemos ainda o que a testemunha disse sobre a partida do Couto de Cedofeita e a Sé Portuense : « quando aliquis homo interficiebat vel vulnerabet aliquid hominem in villa Portus et fugiebat, et si forte poterat transire aquam, que currit inter Sanctum Petrum de Miragaya et cortinam que fuit Petri Feo, maiordomus nec homines Portus nom ibant post ipsum magis ».

Apesar, porém, das distinções que acima deixamos apontadas, não esquecemos que « cidade » e « vila » são indistintamente usadas em referências a certas terras durante muito tempo.

CAPÍTULO VI

Festabole

PODERÁ haver quem encontre argumento a favor da existência de arcaico povoamento no alto da Pena Ventosa na existência de um velho topónimo que no tempo dos Suevos teria sido dado também àquele monte.

É o topónimo Festabole que muitas vezes tem sido usado por quem escreve sobre a história do Porto, sendo muitas as divagações que sobre esse termo têm aparecido entre os eruditos.

Pinho Leal, na palavra Porto, diz no seu Dicionário : « Todos os escritores concordam em que a fortaleza e povoação romana de *Castrum Novum,* depois chamada pelos Suevos *Festabole* (Porto Novo ou Praia Nova), era em frente do *Porto Calle,* e exactamente no sítio onde hoje existe a Sé e ruas circunferentes ».

Rogério de Azevedo [1] lembra recentemente o misterioso termo « Festabole » que até nós chegou por informação de Loaisa, nas Notações do Concílio de

---

[1] *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique,* pág. 7, e em « Lucerna », IV, pág. 10 e segs.

Lugo em curta história que « começa e acaba no séc. VI da mesma era » (d.C.). Rogério de Azevedo, depois de lembrar Fr. Bernardo de Brito — transcrito por Estaço — que dizia Festabole na língua suévica significar « Praia Nova » faz eruditas observações que não vamos repetir e que podem ter muito interesse se, na verdade, o termo Festabole algum dia teve realidade.

Rogério de Azevedo deu-se ao trabalho de analisar o possível significado de Festabole apenas por haver referências insistentes à existência de tal topónimo.

Nota, porém, que foi nome que nasceu e morreu sem consequências, certamente porque o termo *Portucale* já estava generalizado e a designação suévica de Festabole não subsistiu ante o Portucale que pelo seu uso contínuo passara, dos pontos restritos do seu emprego, a epónimo, abrangendo área dilatada.

É, porém, nosso parecer que tal topónimo *Festabole* não será, porém, mais que produto de um erro de transcrição que depois foi aproveitado para as costumadas divagações de escritores que tudo aproveitam para mostrar saber e para engrandecimento das terras sobre as quais escreviam.

Onde Festabole aparece pela primeira vez, segundo cremos, é em algumas das versões da célebre divisão de Wamba [1], divisão que tem dado lugar a muitas considerações, pois a sua autenticidade muito discutida

[1] Vid. *La Division de Wamba,* de Luís Vasquez de Parga, Madrid, 1943.

tem sido. Sem repetir a história dessas considerações, parece que podemos afirmar que para os mais pessimistas quanto ao seu valor, a divisão de Wamba seria uma falsificação atribuível a D. Pelaio, bispo de Oviedo, na história conhecido por *El Fabulero,* que a teria composto entre 1119 e 1143. Mesmo, nesta hipótese, aceita-se que essa falsificação teria tido por base alguma demarcação do tempo dos Godos.

Para outros, a divisão de Wamba é um documento autêntico que conteve a divisão dos bispados peninsulares assente no Concílio de Toledo do ano de 675, embora até nós tenha chegado muito corrompida, sendo, por vezes, muito difícil fazer a correspondência entre os nomes que nela figuram e os actuais.

Na cópia bracarense, que Sanches Albornoz considerou uma das mais puras, « livre de erros, retoques e adições dos manuscritos de Oviedo » e que, talvez por isso, a copiou integralmente, não aparece a tal enigmática palavra Festabole.

Entretanto, noutras cópias da célebre divisão de Wamba, espalhadas pela península, em vez de ser indicada a diocese de *Portucale,* que se omite, encontra-se, menção da diocese de Fistobale, ou de Fistocale e ainda de Fostobole ; numa quarta versão aparece referência à diocese de « Fistobole et Portucale ».

De passagem diremos que nas cópias em que aparece — e são a generalidade — a diocese de Portucale, também para designar esta aparecem já as formas « Portugale » e « Portugal ».

Perante as discrepâncias que deixamos indicadas e o facto de na maior parte das cópias aparecer a palavra Portucale, impõe-se a conclusão de que « Festabole » não é mais que a consequência de um erro de cópia [1].

Num primeiro trabalho, ou porque a leitura estava prejudicada por menor clareza de escrita ou mesmo por deterioração do documento, o copista em vez de Portucale escreveu uma daquelas formas viciadas que viciada passou depois para cópias feitas sobre essa e com diferenciações que se explicam por a palavra ser desconhecida do copista. Um destes parece que desconfiou da palavra que figurava no exemplar e resolveu o problema escrevendo o que numa das cópias aparece, ou seja a fórmula : « Fistobele et Portucale ».

Desta exposição temos que deduzir que talvez não tenham interesse as divagações que se façam sobre o sentido de Festabole partindo do princípio que essa esquisita palavra foi designação que em qualquer tempo foi dada ao alto da Pena Ventosa. Não, tal nunca aconteceu, primitivamente. Séculos depois dessa palavra ter sido empregue, certamente por erro como aventamos, é que apareceram autores que a aplicaram a esse alto porque julgavam que nela residiu sempre a sede do bispado de Portucale.

---

[1] Pierre David, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal*, pág. 21, diz que o escriba que trabalhou para Loaisa, cometeu inúmeras faltas de leitura e desfigurou muitos nomes de lugares. É uma segunda ordem de erros de que há ter cautela ao ler Loaisa.

Mas, na verdade, a ter existido — o que não acreditamos — o termo Festabole só teria designado o bispado de Portucale, e Portucale não ficou no alto senão depois do séc. XII.

A correcção que deixamos feita pode-se talvez aceitar ter sido já feita por Luís Vasquez de Parga [1], que em relação a uma das versões da divisão escreve :

« No Códice 1279 do Arquivo Histórico Nacional de Madrid que segundo de Bruyne (Rev. Bénédictine, 1294, págs. 13-14), parece provir de S. Millan de la Cayolla, temos sob a rubrica *Item de Provinciis Spanie,* uma lista de sedes agrupadas nas respectivas metrópoles, começando pelas de Toledo. Entre as sufragâneas de Tarragona inclui *Vitória* entre Ilerda e Dertosa ; nas de Braga dá a leitura de *Fistabole* em vez de *Portucale.*

As mesmas particularidades oferece outra lista que figura no Fuero Juzgo, escrito em 1058, da Biblioteca Nacional de Madrid.

Em conclusão : Não se pode concluir que algum dia o alto da Pena Ventosa se designou pelo nome de Festabole ; quando muito averigua-se que em certos documentos se chamou bispado de Festabole ao bispado de Portucale. Este facto deve-se apenas a lapso ou erro de cópia pois em documentos idênticos àqueles, existente em Braga, tal não acontece.

Este facto é importante porque no documento que mais interesse teria no caso, o de Braga, metrópole

---

[1] Cit. *La division de Wamba*, pág. 16.

de Portucale, não aparece essa misteriosa palavra Festabole.

Por outro lado, não se pode esquecer que em nenhum outro documento de qualquer época, referente à zona orográfica de Portucale, este topónimo aparece com o estranho sinónimo de Festabole.

O Doutor Torquato de Sousa Soares [1] também afirma não ter nenhum fundamento sério a designação de *Festabol* a que se refere Fr. Bernardo de Brito (segunda parte da Monarchia Lusytana, fls. 196, v).

Desta forma parece-nos de aceitar que da história do Porto se risque por não ter qualquer mérito o problema que já tem preocupado tanto os nossos eruditos investigadores de descortinar o sentido de Festabole ...

Escrito este capítulo já, apareceu publicado no Tripeiro [1], na série de artigos « Do Porto veio Portugal — Notas às Origens Portugalenses » do distinto medievalista Almeida Fernandes, o seguinte período que gostosamente transcrevemos, e que em perfeita síntese se adianta pois à publicação do nosso parecer. « Creio que não passa de deturpação remota do próprio nome Portucale, patenteada no Provincial Visigótico (que pode ver-se em V. de Parga, La Division de Wamba, págs. 26-27) nas formas Festabole, Fistobole e Fistocala, e até na dupla designação « Fistobole et Portu-

---

[1] *Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal*, pág. 163, nota 74.

[1] VI Série, Ano VIII, n.º 1, Janeiro de 1968, pág. 24.

cale », que mostra a opinião do compilador de ser a mesma a povoação, embora não haja ser entendido o mesmo nome. »

Não desistimos, ante este período, de publicar o capítulo que já havíamos escrito por entendermos que a inexistência do topónimo Festabole se relaciona com a tese que expusemos no cap. IV.

CAPÍTULO VII

A doação de D. Teresa

PROCURAMOS fazer neste capítulo algumas reflexões não só sobre a célebre doação de D. Teresa a D. Hugo e à Sé de Portucale, mas também sobre documentos que se lhe seguem, quais sejam a ampliação do couto feito por D. Afonso Henriques e o foral concedido por D. Hugo.

Muito e muito se tem escrito desde há séculos sobre os problemas que tem importado a doação de D. Teresa e os escritores da especialidade demoraram-se sempre sobre o seu valor, vendo nele fundamento notável da história da cidade do Porto.

Na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, na palavra Porto[1], pode ler-se : « O Porto é cidade de formação episcopal. Se não deve as primeiras origens aos seus bispos, deve-lhes sem dúvida o engrandecimento e a prosperidade no séc. XII. Em 1120, estando o bispo D. Hugo em Cluny, a rainha D. Teresa fez doação à mitra portucalense e ao seu prelado e sucessores do

---

[1] Vol. 22, pág. 598.

burgo da Sé, com a Igreja de S. Pedro e Rotundella e Busto e Castelo, que vulgarmente se chama *em Luneta,* com todas as suas pertenças e Germinade « que a rainha D. Urraca já tinha também doado. »

Esta doutrina está generalizada e os escritores que ao Porto e sua história se têm dedicado escrevem sempre sobre essa célebre generosidade de D. Teresa.

O eminente professor Torquato de Sousa Soares para dissertação do seu doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra escreveu notáveis « Subsídios para Estudo da Organização Municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média ». Como não podia deixar de ser, aí dedica algumas páginas a problemas resultantes dessa doação. O cap. I do trabalho de Sousa Soares é exactamente dedicado a « O Senhorio da Igreja » e entrando na apreciação da doação da cidade à Mitra, diz :[1] « É difícil determinar as razões que levaram D. Teresa a doar o burgo portucalense a D. Hugo e a seus sucessores em 1120 ». Depois de lembrar outras opiniões expõe a sua : « A verdade é que, vista a sua magnífica situação estratégica e a circunstância de ser então o único centro urbano de toda a costa portuguesa, a nossa cidade só podia ser eficazmente protegida por uma autoridade privilegiada que, circunscrita a sua jurisdição ao burgo e arredores, tivesse não só interesse particular na sua defesa e engrandecimento, mas dispusesse também dos meios necessários para poder tornar efectiva a sua acção. »

[1] Pág. 31.

Cremos que esta observação de Sousa Soares tem muita importância para apreciação da localização da Sé no alto de Pena Ventosa, como vimos no cap. IV, mas o seu valor será afectado, como a seguir diremos, ante a opinião que vamos emitir acerca dessa doação.

A autenticidade da doação de D. Teresa já tem sido posta em dúvida. Foi-o modernamente pelo P.e Miguel de Oliveira e embora os argumentos aduzidos por este ilustre historiador tivessem sido contestados pelo Prof. Rui de Azevedo[1], o problema pode ser considerado ainda por decidir.

Outrora, já alguém pusera a mesma dúvida sobre a autenticidade da doação, e no estudo referido pelo P.e Miguel de Oliveira encontra-se historiada a dúvida dessa autenticidade.

Porém, por ser pouco divulgada, transcrevemos da monografia sobre Gondomar, de Camilo de Oliveira[2], a memória anónima que a seguir se publica :

«Memória sobre o senhorio da cidade do Porto

A Mitra e Cabido da Cidade do Porto se dizem senhores da mesma cidade, fundados em uma doação da Rainha D. Teresa, do ano de Cristo 1120 ; mas nem hoje aparece original de semelhante doação, nem se sabe donde Fernam de Pina tresladou no Foral do Porto. Já o Sr. Rei D. Deniz duvidou dessa doação ; e pedindo ao Bispo do Porto, D. Vicente, seu Padrinho e Compadre, que lhe desse o treslado dela, o não quiz fazer o Bispo, do que se lavrou

[1] Pode ver-se a síntese do problema, conforme foi colocado pelos dois ilustres escritores na *História da Cidade do Porto,* vol. I, pág. 114.

[2] *O Concelho de Gondomar,* vol. II, pág. 68.

Instrumento, em 5 de Junho de 1326, pelo Tabelião Pedro Eanes.

Já duvidou da mesma doação o Sr. Rei D. Afonso IV e os Cidadãos do Porto, em 1392 ; eles pediram e El-Rei mandou que se apresentasse a doação, sem o conseguirem dos Bispos, então poderosos e afoitos ao ponto de um fulminar censuras em 1382 ao Rei e aos seus Ministros e Conselheiros, para defender por esse modo as suas pretensões.

Em 17 de Junho de 1399 fizeram uma transacção o Sr. El-rei D. Pedro I e o Bispo do Porto D. Afonso (chamado o Santo) a saber : o dito Sr. Rei por procuradores, constituídos em uma procuração feita em S. Domingos de Elvas, em 23 de Maio do dito ano, e o Bispo e Cabido, pessoalmente. Por esse contracto cederam o Bispo e Cabido a El-Rei todo o domínio que pretendiam ter na Cidade do Porto, toda a juridisção, império mero e misto, e todos os direitos, expressando cousa por cousa, e o preço que por cada uma delas lhe deveria ser pago, anualmente ; e o Sr. Rei reconheceu no Bispo a juridisção eclesiástica, concedeu-lhe a Redizima da Alfândega e eximiu aos Eclesiásticos da Sé de pagarem sisa, portagem ou outros direitos dos víveres, que gastassem, ou vendessem dos seus Benefícios.

Em consequência deste Contracto, ficou a Coroa tanto de posse da mesma cidade, que nas Cortes de Coimbra, pediu o Bispo do Porto ao Sr. Rei D. João I, que lhes desse remédio para que os Juízes e Vereadores da dita Cidade o não constrangessem a pagar com eles fintas, e encargos do Concelho, o que lhe concedeu o mesmo Sr. Rei, por Carta de 9 de Abril de 1433. Já nas Cortes de Évora, o Deão, Cabido e Clero da Sé do Porto tinham pedido ao mesmo Sr. D. João I remédio para lhes não tomarem o pão, vinho e carnes, com que se haviam de manter, e servir o dito Sr. Rei, que lho concedeu por carta de 21 de Fevereiro de 1429.

Desejando o mesmo Sr. D. João I acabar de uma vez as contendas do Bispo e Cabido com os habitantes da cidade, foi servido contratar pessoalmente com o Bispo D. Gil, e o Chantre, Procurador do Cabido : demitiram eles no sobredito

Sr. Rei todo o direito e acção que pretendiam ter à sua Igreja, nos direitos, senhorio e juridisção da Cidade do Porto, que o mesmo Sr. Rei possuía, havendo para tudo licença e autoridade do Papa. Fez-se em 13 de Fevereiro de 1443 uma Escritura deste Contrato (notável pelas suas expressões). Não se vê na tal Escritura reserva alguma de direitos, e menos da portagem, vendida já em 1399.

Por Provisão de 21 do dito mês e ano de 1443, mandou El-Rei entregar ao Bispo e Cabido rendas no Porto, porque fossem pagos das 3$000 libras ; e por outra Escritura de 13 de Abril de 1444 foi autorizado aquele contrato pelo Arcebispo de Lisboa, D. João, a quem o Papa Inocêncio VII cometera o exame e aprovação dele ; e diz o Arcebispo, depois de ter ouvido os Procuradores do Bispo e Cónegos do Porto, que por ter sido Bispo na mesma cidade, conhecia ser aquela avença feita em evidente prol da Igreja do Porto, e por isso a aprovava. O Sr. Rei D. João I foi servido mandar lavrar Padrão da mesma data de 13 de Abril era de 1444, ao Bispo e Cabido, pelo qual lhe segurou renda para serem pagos das ditas três mil libras.

D. Diogo de Sousa, aquele Bispo que teve a honra de servir sucessivamente aos Srs. D. João II, D. Manuel e D. João III, representou ao Sr. Rei D. Manuel, que lhe fizesse a graça de reduzir aquelas libras a 120 marcos de prata, e concedeu-lha El-Rei, mandando que em tudo e por tudo se guardasse o sobredito Contrato, feito com o Sr. D. João I, e que lhe satisfizessem para sempre os 120 marcos de prata, ou a sua direita valia ao tempo da paga, do que se lavrou Padrão em 6 de Setembro de 1502.

Naquele tempo valia cada marco de prata a 2$280 reis ; o Sr. Rei D. Pedro II lhe fez a mercê de mandá-los pagar a 4$000 réis, por Padrão de 4 de Fevereiro de 1671, de que se pôs *verba* em 1681 ; e o Sr. Rei D. João I (de gloriosa memória) foi servido reduzir a 6$000 réis cada um dos 120 marcos de prata, com isenção da Décima, por Decreto de 22 de Outubro de 1761, com antiguidade do 1.º de Junho de 1502, de que se lavrou Postila ou Padrão, pelo qual sobram

anualmente 720$444 réis, pelo rendimento da Alfândega do Porto.

Daqui se segue que o senhorio e os Direitos da Cidade do Porto por nenhum título se dizem competir em tempo algum ao Bispo e Cabido da mesma Cidade, mais que por essa doação da Sr.ª D. Teresa, que nem hoje, nem nunca tem aparecido, e pelo Foral que nela se funda, e que claramente é obreptício. Pois, ainda quando tivesse pertencido o Senhorio e Direitos da Cidade ao Bispo e Cabido, o Sr. Rei D. João I, como fica dito, querendo livrar a mesma Cidade do Porto do flagelo do Interdito, e impor-lhe outros muitos tributos, que ela paga, foi servido comprar à Mitra e Cabido o Senhorio e Direitos para isentar os seus vassalos de portagem, que o Foral inadvertida ou dolosamente quis dar aos ditos Bispo e Cabido do Porto. Estes venderam sem reserva todos os direitos, que pretendiam ter, a percebem ainda hoje o preço do que venderam.

A pretendida doação jamais foi apresentada ou confirmada nas Confirmações Gerais, que houveram pelos reinados dos Srs. D. João II, D. Sebastião, D. Felipe IV e a El-Rei D. José foi só apresentado o Foral do Sr. D. Manuel, de 1517 ».

Segundo Camilo de Oliveira, colado a este manuscrito há uma tira de papel onde está escrito o nome de João Pedro Ribeiro ; porém, esta indicação não pode insinuar o nome deste erudito investigador como autor do referido documento, como vamos ver. E na margem do documento, ao referir-se a redizima da Alfândega, uma nota esclarece que « a redizima na Alfândega foi antes concedida por Sancho II ». Veja-se o *Livro Antigo da Alfândega*, fls. 73 e seguintes, onde vem a Bula de Inocêncio IV, do ano de 1245 que confirma a composição ».

Dizíamos que João Pedro Ribeiro não pôs em dúvida a autenticidade porque ele é autor da « Dissertação

Histórico-Jurídica, em que se examina, se na cidade do Porto e nas imediações possui a Catedral da mesma algum terreno, a que se possa aplicar a letra ou espírito dos §§ 3.º e 5.º do Decreto de 13 de Agosto de 1832. « Diz o ilustre historiador P.ᵉ Miguel de Oliveira [1] que na primeira parte do seu trabalho propõe-se J. P. Ribeiro defender a autenticidade do documento ; mas que quando se esperava que o insigne diplomatista analisasse o texto com a sua visão crítica, o que surge é o hábil jurista, a encarecer a autenticidade do documento apelar seus efeitos ».

Não nos intrometeremos no problema da autenticidade do diploma, problema entregue, como se vê, a doutos arguentes, embora afirmemos aceitar a validade do documento em questão por motivos que logo veremos.

Mas, sendo tradicionalmente da jurisdição do bispo as sedes de suas dioceses [2], não deixaremos de perguntar para que era precisa a doação, se normalmente o bispo do Porto já devia ter os poderes que ela lhe podia dar.

---

1 *Lusitania Sacra*, IV vol., pág. 31 e segs.

2 José Leite de Vasconcelos, in *Etnografia Portuguesa*, vol. II, pág. 471, escreve :

« Os bispos medievais eram, em regra, mais que príncipes da Igreja, eram régulos, porque à autoridade própria (supremacia eclesiástica, poder de excomunhão e de interdição), e aos seus direitos de classe priviligiada, reuniam senhorio temporal, mais ou menos, tendo a prerrogativa de pôr justiça nos respectivos coutos. Daí veio para a língua comum a expressão *trabalhar para o bispo*, que significa do trabalho não se tira lucro ... »

O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, em discurso proferido na inauguração da estátua do bispo D. António de Castro

Costuma ser indicada como de 1138 uma carta de D. Afonso Henriques que confirma e amplia mesmo o couto constante da doação de D. Teresa. Também a sua autenticidade tem sido discutida. Esse documento não tem, porém, importância de maior, pois limita-se a fazer entrar nos limites do Couto mais alguma área de terra.

Também é costume relacionar com a doação de D. Teresa o foral por D. Hugo outorgado a Portucale, em 1123, pois este foral teria por base a doação do burgo portucalense feita por D. Teresa [1].

Este foral é documento de muito interesse, quer porque nos revela um pouco do regime administrativo do Porto, quer porque expressões nele usadas podem revelar alguma coisa sobre o que seria Portucale, nesse tempo. Claro que necessário se torna compulsar outros documentos medievais que podem auxiliar a interpretação pretendida, lembrando que Magalhães Basto na sua colaboração, nos finais de 1955, para « O Primeiro

---

Meireles, afirma : « Pràticamente todas as cidades episcopais do Noroeste da Península foram da jurisdição da Igreja ».

O P.ᵉ Miguel de Oliveira escreve : « Constituído o povoado portucalense dentro do património da Sé, o senhorio pertencia aos bispos independentemente de qualquer doação (História da Cidade do Porto, vol. I, pág. 164).

Henri Pirenne diz (*Les villes et les institutions urbaines,* 1 vol., pág. 5) que desde o séc. VIII vê-se os bispos obterem privilégios de imunidade para os territórios das suas igrejas e em virtude destes a população encontra-se colocada sob a jurisdição senhorial do bispo e subtraída à acção dos poderes públicos ; Pirenne mostra em seguida como após o séc. X os poderes do bispo se consolidam ainda mais.

[1] Vid. por ex. Sousa Soares in *História da Cidade do Porto,* vol. I, pág. 306.

de Janeiro », intitulada « Falam Velhos Manuscritos » juntou, para o efeito, preciosos elementos.

No foral de D. Hugo encontramos os termos « burgo » e « vila ». Qual o significado de um e outro ?

Para Sousa Soares significam o mesmo [1].

Esta opinião do ilustre prof. impressionava por o ilustre historiador no seu trabalho « Les bourgs dans le Nord Ouest de la Peninsule Ibérique — Contribution à l'étude des origines des institutions urbaines em Espagne et en Portugal » [2], fazer uma profunda diferenciação entre os *bourgs* e as *villes.* Porém, Sousa Soares modificou o seu parecer no sentido a que nós chegamos também, na interpretação do depoimento de André Domingues, pois escreve textualmente : « A expressão « burgo » refere-se nìtidamente ao aglomerado urbano que se foi constituindo à volta da Sé, mas considerado apenas como tal, isto é, materialmente, ao passo que a designação « *vila* » parece exprimir a pessoa moral que o agregado vicinal talvez já constituísse.

Por isso se diz que cumpre ao meirinho da *villa* dar terreno a quem quiser construir casa no *burgo ;* ou que serão os homens da *villa* a louvar as casas dos moradores do *burgo* que o tiverem abandonado ; e se faz alusão a *villa* ao conceder a isenção de portagem ou ao impor a mesma medida para o pão que for vendido ou comprado nela [3]. »

---

[1] *Subsídios para o Estudo ...* já citados, pág. 43, nota 2.

[2] Separata do *Bulletin des Études Portugaises,* 1943.

[3] *História da Cidade do Porto,* vol. I, pág. 314.

Para o P.e Miguel de Oliveira, *burgo* e *villa* tem o mesmo significado pois escreve: «Em 14 de Julho de 1123 (dez anos depois da posse) D. Hugo ... concedeu aos habitantes do Burgo portucalense ... um regime de direitos e habitação e cobrança de tributos ... Esse «burgo» também «vila», é um pequeno centro urbano, cercado de muralhas ... »[1].

Lembremos um pouco o sentido que a essa palavra tem sido dado.

Sousa Viterbo no seu célebre Elucidário diz que «burgo» é palavra que da Alemanha passou a França e que para Portugal veio com o conde D. Henrique tendo vindo a significar, entre nós, arrabalde, ou lugar pequeno fundado junto de uma cidade, ou vila, mosteiro ou Catedral de quem está pendente. Este mesmo sentido da palavra burgo ensina José Leite de Vasconcelos[2]. «Esta palavra ... de origem germânica ... ou se ligue total ou parcialmente ao grego ... já a temos, em qualquer dos casos em latim do séc. II-IV representando «burgus» castelo. A palavra transmite-se ao romanço em várias acepções. Nos primeiros tempos da nossa Idade Média serviu para designar os arrabaldes de uma cidade, vila, castelo, mosteiro, catedral, onde, pelas contínuas relações do interior com o exterior, se foi formando a pouco e pouco um aglomerado de habitações. Umas vezes os novos moradores vieram pròpriamente de fora; o que se vê no *burgo* do Porto, constituindo em volta da Sé, e nos *burgos* de Arouca,

[1] *História da Cidade do Porto*, vol. I, pág. 164.
[2] *Etnografia Portuguesa*, vol. II, pág. 340.

S. João de Tarouca, Lorvão e Salzedas, agregados aos respectivos mosteiros ... outras vezes foi a primitiva população dos castelos e povoações muralhadas que rompeu os muros, e se estendeu ao longo ou diante destes ... »

Que a palavra burgo porém já entrara antes de ter vindo para Portugal o conde D. Henrique, pode concluir-se do Cardeal Saraiva que diz: «Burgo — O nosso bracarense Paulo Orósio deriva este vocábulo do idioma dos Borgougões» Quia (diz) crebra per limitatem habitacula burgos vulgo vocant». Em germânico burg, fortaleza, castelo, lugar, forte, etc.[1].»

A palavra vila significou até certa altura, apenas propriedade rural, uma extensão territorial que constituía uma unidade de exploração agrícola. Mas depois o sentido começa a evoluir significando uma povoação urbana, de mais ou menos importância.

Almeida Fernandes[2] dá para vila a ideia de cerca de muros, recinto muralhado, com povoação dentro, conclusão a que chega estudando o foral de Ponte de Lima que é do mesmo tempo do foral dado por D. Hugo, 1125 e 1123, respectivamente e a propósito desse foral episcopal, diz «burgo» e «vila» o mesmo, acrescendo que falando-se desta, tem-se em vista a situação intramuros, a muralha, a povoação cercada pelo muro.

É de notar que evoluindo o sentido do termo vila, durante bastante tempo, as palavras coexistem com

[1] Cardeal Saraiva, *Obras Completas*.
[2] *Ainda Ponte de Lima Altimediévica*, págs. 222 e 224.

significado diferente, ora com sentido rústico, ora com sentido urbano.

Gama Barros [1] parece atribuir sentido urbano quando em documento de 897, numa doação de D. Afonso III à Sé de Lugo se refere Portugale — villam vocitatam Portugale.

Magalhães Basto embora tendendo mais para achar que eram coisas diferentes não tomou posição no problema de saber onde seria a situação possível do que corresponderia à vila e ao burgo de que fala o foral [2].

Quer-nos parecer que os documentos são muito escassos para chegar a uma conclusão, e se o laconismo do foral deu azo a que Sousa Soares fizesse douta interpretação do sentido das duas palavras sobre a situação de uma e outra coisa, pouco permitem que se avance.

Vejamos se algo se pode deduzir da declaração do tabelião André Domingues, aquando da Inquirição de 1348, que afirma ter D. Teresa doado uma ermida onde agora está a Sé e um burgo pequeno que estava a par dessa ermida acrescentando que ao tempo da doação « nom avya hi pobrança se nom tão sollamente o sobredito burgo e depois desta doação a Vila começou de crescer contra esta caal mayor ». Esta declaração, muito pouco clara, é prestada mais de duzentos anos depois de feita a doação, e não é com facilidade que se pode afirmar o que aconteceu há dois séculos passados,

---

1 *História da Administração Pública*, tomo XI, pág. 41.

2 In « O Primeiro de Janeiro », de 19 de Dezembro de 1955, « Falam Velhos Manuscritos — *O Burgo e o Castelo do Porto* ».

apenas por tradição, que outra fonte de conhecimento não devia ter André Domingues ; igualmente não é fácil saber se, usando André Domingues as palavras « burgo » e « vila », as usa com o mesmo significado com que D. Hugo as usou duzentos anos antes !

Da sua declaração, contudo, parece poder deduzir-se que, para o tabelião André Domingues, em 1348 « burgo » e « vila » não tinham o mesmo sentido, pois, salvo melhor opinião, do testemunho de André Domingues resulta :

a) onde agora (em 1348) está a Sé, à volta de 1120, só havia uma ermida;
b) perto dela havia um burgo, sem povoação (pobrança) ;
c) que a vila começou depois a crescer contra a « caal mayor ».

Perante estas conclusões parece inegável que o burgo não estava no alto de Pena Ventosa, mas apenas perto dele, quando muito. E parece também que não estava à beira do rio da Vila (a Caal Mayor) porque só depois a vila cresceu contra este.

O depoimento pode admitir a interpretação de que até à doação só havia o « burgo » e nada mais, e que depois da doação o burgo se transforma na « vila » e esta começa a crescer contra a caal maior. Neste caso, a vila seria o burgo engrandecido ; o burgo origem da vila.

Admitindo — o que o depoimento também permite — que burgo e vila coexistiram, interpretação que daria ao burgo — em relação à vila — um significado

mais de harmonia com a noção que dele dá Viterbo — temos de interpretar as relações que possa haver entre burgo, pobrança e vila. Expressamente André Domingues diz que burgo não é pobrança, mas parece deixar admitir que a vila é uma pobrança. Cremos que o sentido admitido no testemunho do tabelião quatrocentista é este :

O burgo era constituído por pequeno número de pessoas que viviam à margem da lei e da organização da vila e que junto desta se instalara. Era uma povoação irregular por não se haver ainda constituído com autoridade bastante e devidamente disciplinada. Seria qualquer coisa de semelhante aos bairros de lata que hoje se formam junto das cidades e que no Porto de hoje tem como modelo expressivo o bairro de Xangai, perto do Castelo do Queijo.

A vila era, como diz Almeida Fernandes, uma povoação que vivia dentro de muros ou de um recinto muralhado ; era uma « poborança » ou povoação regularmente constituída, onde imperava a lei e a autoridade[1]. A vila não se confundia, pois, com o burgo e a vila em vez de se confinar aos seus tradicionais limites, deixando criar à sua volta mais burgos, fora da sua órbita, como diz André Domingues, foi crescendo, englobando, certamente, esse burgo e encontrando natural limitação no obstáculo que ao seu crescimento lhe oferecia o rio da Vila.

[1] Diz Pirenne em *Les Villes et les institutions urbaines*, tomo I, pág. 121 que em francês, a palavra bourg (burgus) nunca designou uma fortaleza, como em alemão ; era simplesmente um aglomerado, cercado por uma paliçada.

Este, a nosso ver, o sentido do depoimento de André Domingues que certamente pode não coincidir, nos termos usados, com o sentido que os mesmos termos tinham à volta de 1120. É de notar, porém, que quando André Domingues refere que a vila começou a crescer contra a caal maior refere a vila que mais tarde se forma ligando o Portus-Cale primitivo com o burgo.

Se não fosse o facto do foral de D. Hugo falar em « burgo » e « vila » talvez não tivesse interesse em nos debruçarmos sobre as afirmações de André Domingues pois que a sua função de funcionário real torna-o pessoa suspeita na questão do rei com o bispo, de tal maneira que as suas afirmações não são de molde a deixar uma confiança plena. Uma vez, porém, que ele usa expressões — burgo e vila — que figuram naquele foral e, apesar dos muitos anos decorridos entre o uso dessas expressões, é de aceitar que se tente encontrar uma correspondência entre os dois documentos que se podem apreciar, como tentámos fazer.

É inadmissível, porém, que o Portucale primitivo não estivesse estabelecido junto da Cale Maior visto que, como porto que era, havia-se formado e desenvolvido junto desse rio.

Até ao séc. XII nunca aparece Portucale designado como burgo. No séc. XII, aparece a doação de D. Teresa a referir um burgo que geralmente se tem aceite como referindo Portucale, mas que quanto a nós se refere a outra coisa que não Portucale. Aparece depois o foral de D. Hugo que fala em « vila » e « burgo » sem que dê elementos para se concluir se há uma diferenciação

ou se uma e outra coisa é o mesmo, como temos estado a analisar.

Quanto à localização, em vários documentos dos sécs. XII e XIII, o Porto ora é referenciado como cidade, ora como vila, de forma que nestes séculos há a considerar três termos que designam Portucale: — burgo, vila e cidade.

Uma vez que Portucale já existia séculos antes de se divulgar entre nós o termo burgo, é evidente que Portucale teria sido designado por outro apelativo. E se Portucale tinha, como parece ter tido, um castrum, de que já falava Idácio, Portucale devia ser uma vila, no sentido que esta palavra tem no séc. XII, visto que era um aglomerado, maior ou menor, de certa população. Ora como em todo este trabalho temos dito, Portucale tinha de ficar na embocadura do rio da Vila com o rio Douro, pois aí é que podia exercer a sua função de porto, facilitando a passagem do rio a todos aqueles que transitavam pela estrada de Lisboa a Braga; e se o *castrum* exerceu uma função defensiva, quanto à passagem do rio, também esse se tinha de situar junto, ou perto, do rio, cuja passagem pretendia defender — o Douro.

À falta de documentação, escrita ou arqueológica que nos permita concluir à face dela, a lógica é essa e Portucale não podia, pela própria definição contida no seu nome, ficar noutro ponto.

Mas esse pequeno *castrum* — simples lugar, perante Braga que era a última cidade da Galiza, como diz Idácio — desenvolveu-se através dos séculos, vem a ter bispo no séc. VII, foi sede de um território com dux-

-máximo e a sua população não podia deixar de aumentar. Mas se essa população não cabia na vila que nunca foi feita para albergar muita gente, não é perfeitamente aceitável que se viesse a dar o nome de «burgo» ao povoamento que se criou, vizinho dessa vila? E, nesta hipótese, a palavra burgo era usada perfeitamente de harmonia com o significado que lhe aparece atribuído. Esse burgo, incipiente grau de desenvolvimento de Portucale, não transpôs o rio (da Vila), cresceu para as fraldas do morro da Pena Ventosa e para montante do rio; seria o burgo, que ficava a par da ermida existente naquele morro.

Magalhães Basto, considerando o foral de D. Hugo onde se fala em burgo e vila, também entende que são palavras com sentido diferente: «Concordamos até que nos provem não haver razão para isso, com a distinção entre burgo e vila; parecem-nos serem coisas diferentes [1].»

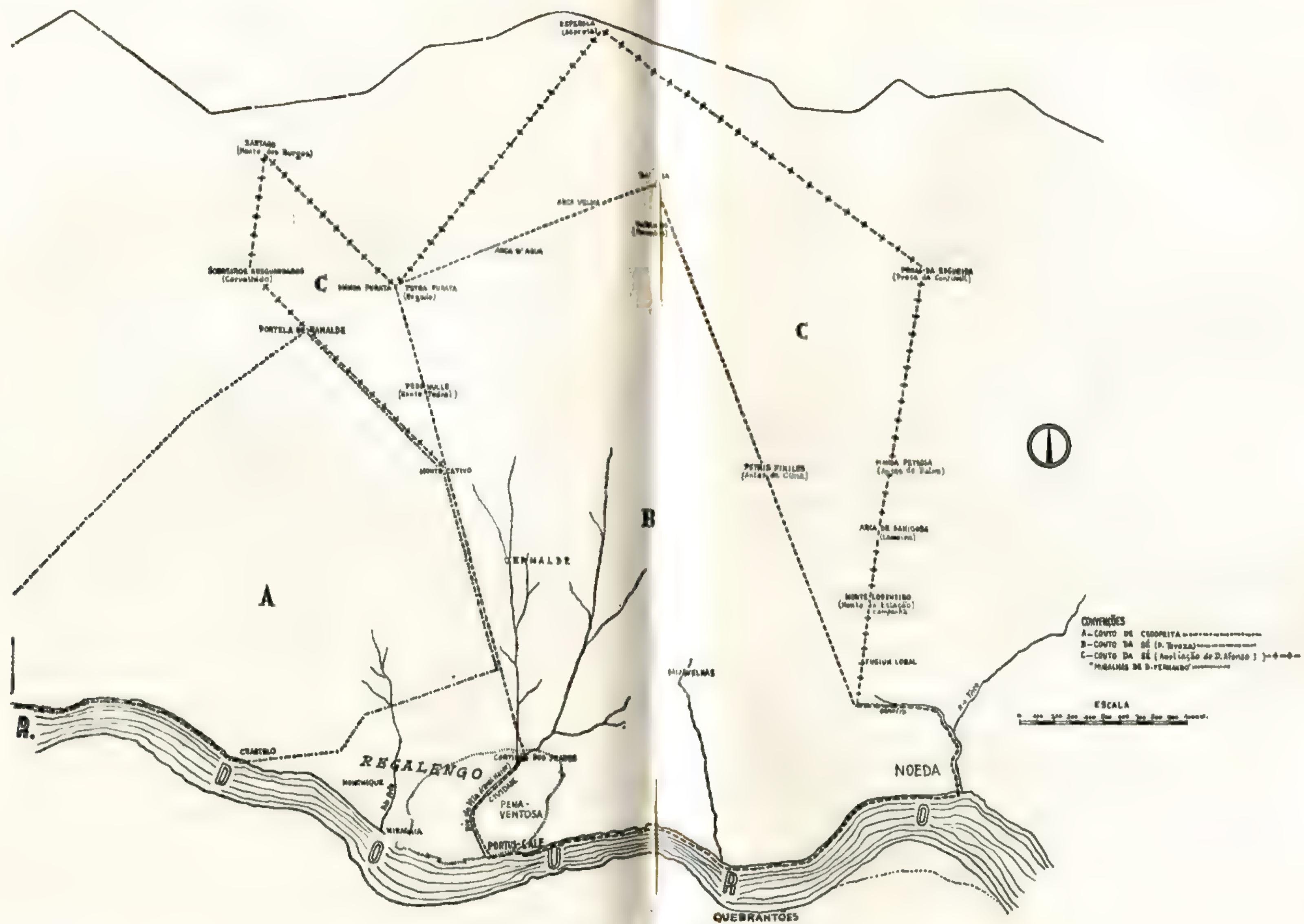
Do mesmo teor, o pensamento de Mr. Augusto Ferreira [2] quando diz ser o Burgo Portucalense um escasso núcleo; reduzia-se à encosta do monte, onde campeia hoje a velha Catedral...

Assim admitiríamos uma distinção entre burgo e vila correspondendo esta ao primitivo Portucale. Quer esse burgo, quer essa Vila se situavam na margem esquerda do rio da Vila e nesta mesma margem ficaria também o principal da cividade a que dedicá-

---

1 *Falam Velhos Manuscritos* in «O Primeiro de Janeiro», de 4 de Novembro de 1955.

2 *Memórias Histórico-Arqueológicas*, pág. 163.



O couto da Sé e os seus castros defensivos de Portucale e Noeda.

mos o cap. V destes estudos[1], como desta margem ficou a nova cividade ou cidade que se construiu no alto da Pena Ventosa.

Esta cidade, construída no séc. XII, à volta da Sé, constitui arquitectònicamente qualquer coisa de novo, uma povoação amuralhada e acastelada em condições de solidez, de nobreza e arte como nunca se tinha conhecido no local.

Depressa absorve o burgo, se o havia, e passou a ser vila por excelência quando esta palavra se torna sinónima de cidade.

E relembramos Paulo Mereia que elucida[2] : « *Civitas* e *urbs* eram os termos com que se designavam as povoações mais importantes, sobretudo quando nelas existiam igrejas catedrais. » E diz mais : « Quanto ao nome de *villa*, no sentido de cidade, o mais antigo texto de que me recordo, relativo a Coimbra, são as posturas de 1145, onde, além da palavra *civitas*, também se usa *villa*. » E conclui : « Como se sabe algumas das cidades mais importantes do reino foram por muito tempo chamadas indiferentemente « cidades » e « vilas ».

---

[1] Dr. António Cruz em *Alguns Documentos Medievais do Cartório de San Bento de Avé Maria*, artigo inserto no « Boletim Cultural » da Câmara Municipal do Porto, vol. VIII, fasc. 1-2, fala do contrato pelo qual João Lopes, Mestre Pedreiro morador em Lamego, se concertava com o Amo do Príncipe e por mandado de El-Rei D. Manuel « sobre o fazimento de um mosteiro de freiras que ora sua alteza manda fazer na cidade do Porto nas ortas do Bispo honde chamã a cividade ».

[2] *Ob. cit.*, pág. 37.

Por todo o exposto é de aceitar que a povoação que se constitui no alto da Pena Ventosa se chamasse cividade ou cidade, urbs, ou vila. Mas esta nova vila não fez desaparecer a que històricamente se constituíra na foz do rio da Vila que se lança no rio Douro e que lògicamente, pela sua situação numa cota muito inferior à da Pena Ventosa, se chamava a « vila baixa », a que encontramos várias referências nas Inquirições de 1258, pois aos seus moradores « hominibus morantibus in villa baixa » não se cobrava portagem *in villa Portus*. E assim nos aparece outra vila, a villa Portus, cujos paroquianos o eram da Sé do Porto, como se diz nas referidas inquirições : « Inquisitio villae quae voccatur Portus et parrochianorum Sedis Portuensis ». Esta vila Portus está incluída entre outras que pertenciam ao julgado de Bouças ao qual pertenciam as freguesias de S. João da Foz, Lordelo, Aldoar e Nevogilde, Ramalde, Francos, Seixo, Requesende, Pinheiro, Linhares, Lavadores, Real, Matosinhos, Carcavelos, Sandim, Gueifões, Mourosa, Vila Seca, Vila Nova, João Inferior e Portus.

O facto de Vila Portus pertencer ao julgado de Bouças significa, portanto, que estava fora do couto firmado ao bispo por D. Teresa e, portanto, localizada a poente do rio da Vila, considerado este como o Canal Maior. Esta Vila Portus, seria, à semelhança das outras que foram inquiridas, uma vila rústica[1], mas é na sua

---

[1] Este facto confirma o que Henri Pirenne diz quando afirma que nada autoriza a crer que os *portus* da época franca tenham sido fortificados. Os textos deixam-os perceber como simples *vici* desprovidos de qualquer obra de defesa (*Les villes et les instituciones urbaines*, vol. I, pág. 134).

área, especialmente junto do rio, naturalmente na enseada correspondente a Miragaia e à foz do rio Frio, que vem a desenvolver-se a actividade marítima do novo núcleo populacional, que vai sobrelevar em importância os velhos aglomerados de Portucale, transformando por completo a história da cidade de Portucale (—→Porto).

Embora incluída no julgado de Bouças, os seus habitantes não participam de paróquia diferente da Sé. Eram paroquianos da Sé e, certamente, pela distância a que ficavam desta, não usufruíam de grande assistência do clero da Sé. É por isso que « em 1249, o bispo D. Julião Fernandes obrigou o Cabido a pôr na Capela de S. Nicolau um capelão, visto que os cónegos eram remissos em administrar as coisas espirituais à crescente população daquela zona e « pelo dilatado da cidade não podia toda a gente vir à Sé[1]. » É evidente que este nosso parecer não coincide com o exposto pelo Prof. Damião Peres, que considera a mesma coisa a Villa Portus e a Villa Baixa[2]. Para nós a Villa Baixa, origem do Portucale, ficava incluída na área do couto episcopal, enquanto que a vila Portus ficava no julgado de Bouças, isto é, a poente do rio da Vila. Cremos que a Inquirição de 1258 o deixa perceber quando diz que na Vila do Porto não se cobrava portagem aos moradores da Vila Baixa, o que denota que eram homens de outra vila, como aliás o eram

[1] Magalhães Basto, *Memória do Congresso do Mundo Português*, vol. II, pág. 672, citando o Censual, pág. 672.

[2] *História da Cidade do Porto*, vol. I, págs. 127 e 128.

também os moradores em Gaya, aos quais da mesma forma se não cobrava portagem.

Alberto Sampaio entende que são duas vilas diferentes, e fazendo coincidir a Vila Portus com o tradicional Portucale põe a poente deste, como seria lógico no seu raciocínio, a Vila Baixa[1].

Cremos, porém, que se iludiu com o depoimento prestado pela testemunha Domingos que é um depoimento prestado talvez para servir uma das facções na contenda bispo e rei[2]. É um depoimento que vale para se deduzir que havia a Vila Baixa e a Vila Portus, mas tudo o mais é suspeito, e o raciocínio de Alberto Sampaio está prejudicado porque a Vila Portus, que em nosso entender ficava fora do Couto episcopal, na interpretação dos bispos que pretendiam alargar o couto até ao rio Frio estava incluída nele e por isso queriam cobrar portagem nessa vila.

Na série de artigos de Magalhães Basto de « O Primeiro de Janeiro», que já mencionámos, há um que tem o título « *Burgo do Porto* » e « *Vila Portus* ». Considera a tese de Bruno para a rejeitar, porquanto Bruno dizia que a vila nunca poderia ter sido do bispo porque se do bispo já fosse o todo, não poderia D. Afonso Henriques ter ainda ampliado o todo. Claro que o erro de Bruno é evidente, pois o que D. Afonso Henriques ampliou foi o couto e não qualquer doação da vila.

[1] *Estudos Históricos e Económicos*, pág. 350.

[2] Rogério de Azevedo faz uma apreciação deste depoimento na nota 11 do seu *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique*, pág. 46.

Debruçando-se sobre as faladas Inquirições de 1258, feitas a mandado de D. Afonso, porque se encontra uma vila que se chamava Portus e os seus habitantes eram paroquianos da Sé do Porto (inquisitio villae quae vocatur Portus parrochianorum Sedis Portuensis), Magalhães Basto deduz que os paroquianos da Sé do Porto estavam incluídos nessa vila, moravam dentro do seu âmbito e, aceitando que vila aí se usa com o significado rural, pergunta se na sua área não haveria qualquer agrupamento urbano que pudesse ser designado por Vila Portus.

Há que notar que nessa inquirição aparece referência à civitatem Portus e, embora o documento seja já dos meados do séc. XIII, bem posterior portanto aos que referimos de 1120 a 1138, convém averiguar se deles algumas conclusões se podem extrair.

Antes de mais parece que Magalhães Basto do título da inquirição deduziu que todos os paroquianos da Sé estão aí incluídos, o que porventura significaria que a Vila Portus abrangia o total da população da Sé Portuense.

Em face de outros títulos cremos que não é assim, pois verifica-se que há outras vilas cujos paroquianos são de igrejas de outras vilas. Assim, por exemplo, diz-se : aqui principia a inquirição da vila que se chama Francos e de todos os paroquianos da mesma igreja de Ramalde (Hic incipit inquisitio ville que vocatur Francus et omnium parrochianorum eiusdem Ecclesie de Ramhaldi) ; o mesmo se diz em relação a Seixo (Saxisu). E em Linhares diz-se : Hic incipit inquisicio hominum commarancium in villa que vocatur et parrochianorum Monasteriy Bauzorum, ou seja : aqui começa a inquirição dos moradores na vila que chamam Linares e dos paroquianos do Mosteiro de Bouças.

Acresce que a inquirição não abrange os moradores no couto episcopal.

Desta forma parece-nos não ser de pôr o problema que Magalhães Basto punha, perguntando se dentro de Vila Porto não haveria um núcleo urbano porque o que acontecia era estar a formar-se a vila do Porto junto do couto episcopal onde existia Portucale que já muitas vezes aparecia designado por cidade do Porto, como aliás aparece na própria inquirição à vila do mesmo nome.

No dizer de Rogério de Azevedo é nesse ponto, em Miragaia, que há melhores condições para a existência de um porto e, se assim é, a natureza foi pródiga para com a cidade, reservando-lhe essa possibilidade de expansão e adaptação aos tempos que se deparam a Portucale, depois da conquista de Lisboa, e subsequente desenvolvimento das relações marítimas a estabelecer pela foz do Douro.

A existência de um Portus, fora do domínio dos bispos da cidade, excluído da área do couto episcopal, está, pois, perfeitamente comprovada e o que na Idade Média se travou foi uma luta de predomínio, entre o histórico Portucale, prestigiado pela sua existência secular e autoridades tradicionais, e o Porto burguês e comercial, enriquecido com a vida urbana e as suas comunicações com vários pontos florescentes do Norte da Europa.

O Portus sobrelava o Portucale e « Portucale » cede ante o predomínio do topónimo Porto.

Torquato de Sousa Soares declara difícil determinar as razões que levaram D. Teresa a doar o burgo portucalense a D. Hugo.

Todos os historiadores de Portugal têm aceitado, como constando do célebre documento de D. Teresa, a doação do chamado burgo de Portucale.

Não é senão a partir de certo tempo que a doação começa a ser invocada. Segundo Torquato de Sousa Soares [1] foi-o pela primeira vez aquando da pendência entre o bispo D. Martinho Pires e a cidade, talvez logo a seguir à morte de D. Afonso Henriques.

Contra este parecer de Sousa Soares, o P.e Miguel de Oliveira escreve [2] que quando D. Sancho tomou o partido do bispo contra o ponto de vista dos burgueses limitou-se a confirmar os seus direitos por uma situação de facto sem invocar o diploma de D. Teresa. E acrescenta : « este ainda não era conhecido, mas sê-lo-ia em breve, pois os burgueses apresentaram em juízo a carta foral e o bispo respondeu-lhes com a carta do Couto ».

Em 1348, o tabelião André Domingues, como vimos, pronuncia-se sobre o conteúdo dessa doação.

Natural é que na defesa dos seus direitos tivesse sido um bispo do Porto quem primeiramente invocou essa doação.

---

[1] *História da Cidade do Porto,* vol. I, pág. 308, nota 8.

[2] *Lusitania Sacra,* vol. IV, pág. 43.

A interpretação que fez André Domingues, dizendo que ela apenas dizia respeito a um burgo, não atingindo, portanto, a vila ou a cidade, corresponde, certamente, à posição daqueles que se opunham aos direitos invocados pelos bispos. Os bispos, em vez de alicerçarem o seu senhorio no costume medieval que precedera a constituição da nossa monarquia pelo qual eram os bispos os senhorios das terras episcopais, entenderam que melhor defendiam o seu direito baseando-se na doação de D. Teresa.

Inculcaram esse documento erròneamente, pois tal documento não tem nada com o assunto nem lhes poderia servir de base às suas pretensões.

Tudo leva a crer que em determinada altura da Idade Média se desse aos documentos um extraordinário prestígio, o que se revela até na frequência com que se falsificavam documentos para neles se alicerçarem direitos.

Não se pode negar também, que em nosso tempo os documentos não gozem de equivalente prestígio, o que aliás até se patenteia no simples uso do papel selado. Quantas vezes não assistimos a casos em que as pessoas exigem papel selado para certas coisas que a lei o não impõe, mas a que as pessoas emprestam maior importância e solenidade.

Idêntico prestígio tinha na Idade Média o documento, pelo que se falsificavam quando não os havia. No caso de Portucale invocou-se a doação de D. Teresa para inculcar nele a leitura do que nele não constava.

E assim nasceu e se manteve a histórica doação de D. Teresa ao bispo e à Igreja Portucalense.

O resultado foi uma luta prolongada que tem os reflexos no nosso tempo, pois ainda há poucas dezenas de anos escrevia Sampaio Bruno, baseado na doação, que Portucale nunca pertencera aos bispos.

Nem os fundamentos nem as conclusões de Bruno são exactos, mas reflectem a luta havida que tem ecos actuais como, por exemplo, quando se discute a validade da doação. Esta, para nós, é verdadeira pela razão simples de que se tivesse sido forjada para defender os direitos episcopais sobre Portucale tinha sido feita com menção expressa do nome da povoação a cujo senhorio os bispos aspiravam.

Por outro lado, a confirmação do couto que na doação se faz é absolutamente aceitável, pois se Cedofeita tinha o seu couto, não é mais natural que o bispo o tivesse ? E além deste, outros coutos havia à volta.

Estamos mesmo convencidos de que a doação nada inova quanto ao couto, pois se limita a fixar conforme ele, pelo menos aproximadamente, já existia, pois não faz sentido que os bispos não exercessem jurisdição, havendo o seu couto próprio.

Nada se nos oferece, pois, dizer na parte em que o documento se refere ao couto, e menos das razões que levaram a fixar os seus limites.

No que diz respeito à aceitação de que no documento se faz doação de Portucale, a nossa divergência é profunda.

Efectivamente, o que se deduz da simples leitura do documento é que o burgo doado é outro que não o de Portucale.

Começaremos por transcrever da História da Cidade do Porto a versão apresentada pelo Prof. Rui de Azevedo e cuja autorizada publicação é nessa História enaltecida pelo Prof. Damião Peres [1] :

Precedencium auctoritate patrum amonemur ut quicquid firmum et stabile fieri uolumus scriptis et litteris tradendo presencium et futurorum memorie commendamus. Quapropter ego regina Tharasia gloriosi inperatoris filia ad laudem et gloriam domini nostri Ihesu Christi et ob amorem Beatissime Virginis Marie et pro remissione peccatorum nostrorum et redemptione anime mee et meorum facio testamentum et cartulam donationis per huius scripture firmitatem Portugalensi sedi de toto illo burgo sine alio herede cum omnibus suis redditibus et suis adiacentijs et cum (sic) ecclesie Sancti petri et Rotundella et Busto et castro quod a uulgo dicitur Luneta cum omnibus pertinencijs suis et Germinadi quod primitus soror mea regina Vrraca dederat et cum omnibus regalibus hereditatibus que infra ipsum cautum continentur. Dono itaque et concedo perpetua stabilitate supra dictas hereditates siue piscarias Sancte Marie Portugalensis sedis et domno Hugoni eiusdem ecclesie episcopo eiusque successoribus et facio cautum firmissimum per terminus suos, uidelicet per Lunetam deinde per Connari riuulum qui currit iusta placium de Garcia Gonsalui inde ad petras fixiles deinde per Paramios ad Barrosam inde ed archam ueterem que est prope fontem inde ad aliam

[1] Vol. I, pág. 98.

archam deinde ad petram furcatam inde ad montem qui uocatur Pede Mule deinde per Montem Cautiuis inde sicuti diuiditur Citofacta cum Germinadi deinde per curtium fratrum inde canalem maiorem sicuti decurrit in Dorij flumen. Quodcumque igitur ius et quamcumque proprietatem infra supra dictos terminos habeo uel habere debeo de Baucis siue de Sancta Maria Aquis Sanctis siue de aliis regalibus possessionibus totum ecclesie Sancte Marie Portugalensis sedis et domno Hugoni supra dicte ecclesie episcopo suisque successorbus (sic) testor et dono et per cautum confirmo ut habeat et possideat ecclesie Portugalensis sedis euo perhenni et seculis seculorum. Si quis vero de propinquis meis uel de alienis hoc testamentum et cartulam donationis seu cautum irrumpere uel auferre seu infringere temptauerit in primis iram Dei incurrat et a sacratissimo corpore et sanguine domini nostri Ihesu Christi alienus fiat et nisi emendauerit cum luda traditore in inferno partipationem habeat et quod faceret presumpserit irritum sit et euanescat et insuper sex milia solidorum et auri talentum componat. Hec uero cartula semper sit firma et inuiolata permaneat. Facta autem kartula Era M.º C.ª L.ª VIII.ª et fuit roborata in die Sancte Pasce mense Aprilis, id est XIIII Kalendas Maij luna XV anus incarnationis Dominice M^us. C^us. XX^us. indicione II.ª concurrentes IIII^us. epacta nulla, pontificatus autem domni Hugonis eiusdem ecclesiae episcopi anno VI º Ego regina Tharasia gloriosi imperatoris Ildefonsi filia hanc cartulam testamenti seu cautum propiis meis manibus una cum consensu filij mei Ildefonsi et filiarum mearum Vrrace et Sancie roboro.

Qui presentes fuerunt et uiderunt : G. Nuni, Menedum Veegas. P. Pelagij, Pelagius Pelagij, Egas Gondesendiz, Menendus Bofio, Vida Nuno. Ego Ildefonsus filius regine Tarasie conf., ego Sancia regine Tharasie filia conf., ego Vrraca regine Tharasie filia conf., Hugo Portucalensis eiusdem ecclesie episcopus conf., Hylarius eiunsdem ecclesie archidiaconus conf., G. eiusdem ecclesie archidiaconus conf., Nunus eiusdem ecclesie archidiaconus conf., Froila Aluitiz conf., Pelagius presbiter et canonicus, Suarius Gosendis presbiter conf., Didacus e canonicus, P. subdiaconus et canonicus conf., Menendus notarius scripsit.

Vejamos a tradução mandada por D. Afonso IV a André Domingues para este averiguar acerca dos limites exactos do couto [1] :

« Faço testamento e carta de doação per fermidoem desta escritura a ssee do porto de todo aquel burgo, sem outro erreo (herdeiro), com todas as sas Rendos e sas pertenças e com a egreja de sam pedro da Redondella e busto e Castro que chamam em linguagem lueda com todas sas pertenças e germady, oqual por mim ouue mjnha jrmãa a Raynha dona Orraca com todollos Reames, herdades que som contheudas dentro em este couto, dou assy e outorgo para sempre as sobreditas herdades e pescarias aadita see do porto e a dom hugo Bispo dessa see e a todos seus sucessores. Efaço couto firme por seus termos conuem a saber : por lueda e dessy pelo Rio que corre por a porta do paaço de garcia gonçalvez. Dessy aas pedras ficadas. E desy por paramos aabarrosa. E desy aarca velha que é apar da fonte. E desy aapedra fretada.

[1] Por transcrição de *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique*, pág. 19.

E desy ao monte que chamam *pee de mua.* E desy pello monte de Cativas. E desy como parte Cedofeita com germadi. E desy pela cortjna dos frades. E desy aa Caal major como vai entrar no Rio de doyro e cetera. »

Monsenhor Augusto Ferreira [1] interpreta livremente o documento na forma que se transcreve :

« ... ; 1.º — De toto illo Burgo cum omnibus suis redditibus » ;

2.º — Et suis adjacentiis, que são : Ecclesie Sancti Petri, Rotundella Busto (Tapada) et Castro (Castelo) conjunto este que vulgarmente se chama Luneta (Noeda) com todas as suas pertenças ; Germinadi (Germalde) e todas as herdades reais compreendidas no mesmo Couto ; finalmente deu as sobreditas herdades ou pesqueiras a Santa Maria da Sé do Porto e a D. Hugo, seu Bispo e aos sucessores deste Prelado ; por último (deste território adjacente) fez-lhe firmíssimo Couto pelos seus termos, a saber ; de Noeda (Campanhã) pelo Ribeiro de Conairo (Caneiro) ; daí até às Pedras fixiles (Marcos de Pedra) ; depois por Paramos (Paranhos) até à Barrosa (Barroca) : daqui à Arca Velha que está junto à fonte ; daí, à Arca d'Água e à Pedra Furada (Regado) ; depois pelo monte chamado Pé de Mula (Monte Pedral) daí ao monte Cativo e onde parte Cedofeita com Germalde ; depois à Cortinha dos Frades (Campos de Cedofeita) e daqui ao Canal Maior (Rio Frio, em Monchique) ».

É incontroverso que lendo esse documento, sem preconceitos, sem estar preso à ideia de que nele se faz a doação de Portucale ao respectivo bispo e Sé, o que nele se lê é a doação a esse bispo e a essa Sé de um outro burgo, perfeitamente determinado e que tem o

---

[1] *Memórias Arqueológico-Históricas da Cidade do Porto,* Braga, 1923, tomo I, págs. 160-161.

nome de « Luneta » ou « Lueda », nomes estes que no nosso tempo se conservam com a forma de « Noeda ».

O pronome *illo* e o *totto* não admitem outra referência que não seja a Lueda, que poucas linhas depois aparece mencionada.

O burgo doado é o de Lueda e só este.

Illo é um pronome demonstrativo. E uma vez que no foral não ficou qualquer gesto de D. Teresa que o completasse apontando um burgo que ela estava vendo enquanto ditava a doação, temos de procurar nesta o que *illo* indica. Ora o *illo* indica o burgo que — diz o documento — correntemente se chama Lueda [1] que sem excepção se aceita que corresponda ao que hoje se diz Noeda.

Mas porque esse burgo não era compacto, todo junto, mas, pelo contrário, formado por vários lugares escreveu-se na doação *totto illo burgo* ou seja esse burgo, completo, a cujo conjunto se chama « Noeda ».

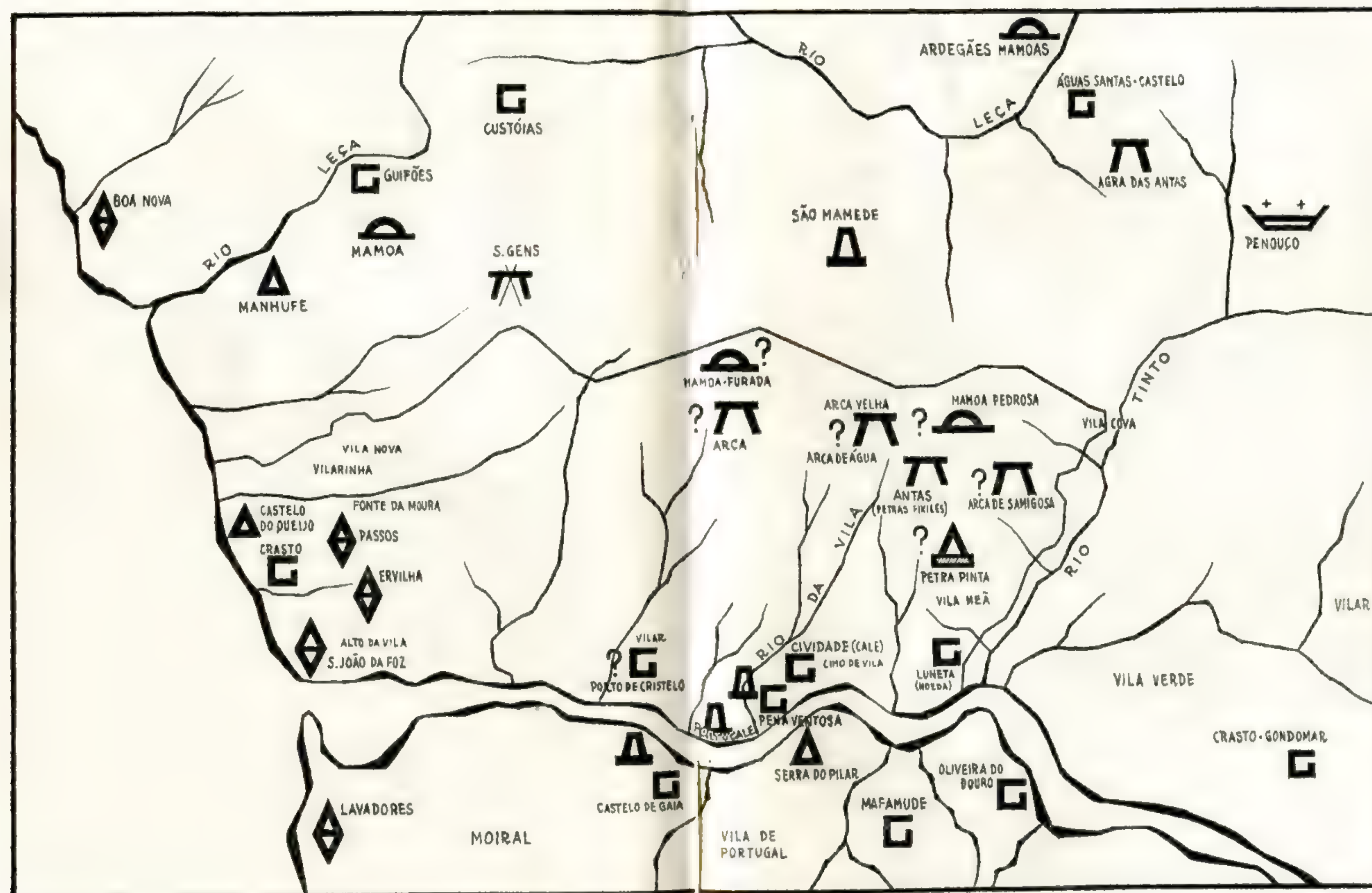
Se o burgo fosse o de Portucale, como se tem entendido, como e para quê se escreveria no documento *illo ?* E se o burgo era só um e não fazia referência a diversas partes que o formassem para que se escrevia *totto ?*

Inadmissível, certamente.

A Noeda é que se compõe de várias partes que *aliás a doação nomeia,* no todo ou em parte.

---

[1] De certa forma encontramos algo de condicente com esta interpretação nos *Portuenses Ilustres* de Sampaio Bruno, vol. III, pág. 391.



No Instituto da Antropologia do Porto existe esta Carta pré e proto-histórica do Porto e proximidades. Nela se encontra marcada a Cividade *(Cale), conforme a opinião do Professor Mendes Correia. Da* Cividade *em tal lugar discorda o autor deste livro.*

O burgo doado chamava-se *Lueda* e o burgo tinha as suas rendas e as suas pertenças que eram a Igreja de S. Pedro [1], o Busto e o Castro ou não eram estas e então os lugares por esses nomes designados foram também doados além das tais adjacências e pertenças, como doado foi também Germinade e as pescarias.

A existência do castro é geralmente aceite. Por busto nada se conhece hoje em dia, o que não é de admirar, atendendo a que essa palavra tinha um sentido muito comum de forma que a palavra desapareceu com o desaparecimento daquilo que significava, sem se ter tornado topónimo. Conforme Viterbo, « busto » significa curral de bois ou vacas, tendo em Entre Douro e Minho, desde o séc. VIII até ao séc. XII, significado *tapada* ou *bouça*. É de lembrar que Viterbo cita duas doações de D. Afonso, o Magno, uma, de 905, à Sé de Oviedo em que se referem os *bustos* e outra de 891, aos mosteiros dos Santos Adrião e Natália, em que se nomeiam numerosos « bustos ».

A importância das bouças num tempo em que o arvoredo é a única fonte de calor nem é preciso encarecê-la. Muito lógico pois que a doação não deixasse de mencionar a bouça que haveria no burgo.

As pescarias são assinaladas por Bruno [2] ; é de notar que ainda hoje na Noeda é grande o movimento de pesca e comércio de peixe.

[1] No local, embora de construção muito recente, há a igreja ou capela de S. Pedro, certamente a continuar a de 1120.

[2] *Portuenses Ilustres*, vol. III, pág. 392.

Quanto à Rotundela não há notícia, salvo a que nos dá Bruno, que porém não deixa nenhuma certeza ; uma vez, contudo, que topónimo semelhante não aparece noutro local, pela simples leitura da doação temos de concluir que fica no conjunto da Igreja de S. Pedro, Busto e Castro que vulgarmente se chama Luneta ou Lueda [1].

A doação faz referência também ao rio Conário que unânimemente se aceita como um afluente do rio Tinto, hoje chamado o Caneiro.

É curioso que embora se tenham produzido as maiores confusões sobre o que constava da doação, numa das versões, em latim, do documento, houve o cuidado de sublinhar o nome do burgo doado, Lueda [2]. Isto é, enquanto outras referências a certos locais são designadas usando a letra normal, quando se fala em Lueda, o burgo doado, tem-se o cuidado de destacar esse topónimo, sublinhando-o, como que a destacá-lo para ser melhor abrangido na indicação que faz o tal *illo*.

A verdade, porém, é que este facto não impressionou e embora sem base, entendeu-se sempre que a doação foi de Portucale. Mas, porquê ?

A redacção é cuidadosa e clara, na leitura que indicamos. Contudo, para nós, inexplicàvelmente, atribui-se

[1] Mgr. Augusto Ferreira nas *Memórias Arqueológico-Históricas da Cidade do Porto*, tomo I, pág. 160 fez da doação uma tradução em que também interpreta *Eclesie Sancti Petri, Rotundella, Busto et Castre* como um conjunto que vulgarmente se chama *Luneta*.

[2] Rogério de Azevedo, *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique*, pág. 10, nota 5.

sempre a doação como se referindo a Portucale. Magalhães Basto, por exemplo, escreve : « ... temos de notar que o *Castro de Luneta* era coisa perfeitamente distinta do monte da Sé. A *Regina Tharasia* fez doação *de totto illo Burgo (da Sé), sine alio herede, cum omnibus suis redditibus et suis adjacentiis et cum eclesia sancti petri et Rotundella et Busto et Castro quod a vulgo dicitur luneta ;* » [1].

E pergunta-se : O que é que autoriza a intercalar aquele « (da Sé) » que realmente não resulta do conteúdo do documento ? E se nos lembrarmos que ninguém sabe onde ficava a Sé em 1120 mais censura merece a interpretação que fala da doação do burgo da Sé que ninguém pode afirmar o que seja.

Não podemos deixar de estranhar que procurando Bruno demonstrar que ao bispo do Porto nunca pertenceu Portucale, mas apenas um seu arrabalde, tivesse perfilhado as traduções de Pinho Leal [2] que refere a doação do « meu burgo ao Porto ».

Quem autoriza esta interpretação tão lata ?

O burgo doado é o que correntemente se chama Noeda. A ele se refere o *illo*, bem como o *totto* porque o burgo compreendia o Busto e o Castro com as suas pertenças e rendas.

Esta versão é exactamente a que se pode encontrar no Catálogo dos Bispos do Porto [3], em que textualmente se lê : « ... Pelo que eu a Raynha Tareja ... faço testemunho, e carta de doação, por confirmação desta escritura à Sé do Porto, daquele burgo, ou daquela herdade, ou herança, com todas as rendas, e achegas, e com a Igreja de Redondella, e bosques, e Castelo, que em português se chama Lueda, com todas suas pertenças, e Germinade, que minha Irmã a Raynha Urraca já tinha doado, e com todos os direitos Reaes, que dentro do dito Couto se contêm. » Pois apesar desta tradução e redacção tão clara que refere a Lueda como o burgo doado, D. Rodrigo da Cunha transcreve o documento como referindo-se à doação de Portucale !

---

1 *Sumário de Antiguidades da Mui Nobre Cidade do Porto* ..., pág. 264.

2 *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7, pág. 469.

3 Parte II, pág. 9.

Cremos pois que embora tradicionalmente sempre se tenha aceitado que a doação de D. Teresa feita em 1120 à Sé do Porto e seu bispo D. Hugo se refira ao burgo de Portucale, tal tradição é inaceitável ante a clareza do documento que contém uma doação, a do burgo de Noeda e confirma o couto sobre o qual o bispo de Portucale exerceria jurisdição.

Sampaio Bruno [1] corrigindo quem, interpretando a carta de doação de D. Teresa, identifica a S. Pedro de Miragaia, S. Pedro mencionada nos limites do couto, escreve : « S. Pedro aqui é o sítio de S. Pedro ... nesse conjunto que a doação diz que em português se chama *Lueda (Luneta)*, a *Noeda*. S. Pedro de Redondella, diz a Inquirição de Afonso IV, tomo V, das *Dissertações Chronológicas e Criticas*, de João Pedro Ribeiro, pg. 292 ».

---

1 *Portuenses Ilustres*, vol. III, pág. 391 e segs.

Rotundella, diz a doação de D. Teresa. Também Bruno diz que o *Crasto* aparece marcado (por S. Cosme) na carta corográfica do distrito administrativo do Porto, feita pelo Eng.° Augusto Kopke Severim de Sousa. As *pescarias*, ainda diz Bruno, são mencionadas por Pinho Leal, como ainda o Conari Rivulum de que fala a doação, na forma de *Ribeiro de Conairo*, ou o *Caneiro*, como lhe chamam no sítio.

Ora a verdade é que Bruno nestas observações demonstra exactamente a existência do conjunto e só admiramos que não tenha posto em evidência que era esse conjunto que se doava no célebre documento de D. Teresa, uma vez que ergueu a tese de que Portucale nunca pertencera aos bispos.

Cremos que na realidade pertenceu porque era o próprio da época mas não por força do célebre documento que até Bruno, afinal de contas, aceitou ter implícito o burgo de Portucale.

Vejámos agora se motivos haveria para ser feita a doação do burgo vulgarmente conhecido por « Luneta » ou a « Noeda » dos nossos dias.

Já em trabalho nosso [1] lançamos a ideia de que a estrada romana de Lisboa a Braga não se dirigia, antes de atingir o Douro, para a actual Gaia mas mais para montante, para a praia que tem o nome de Quebrantões.

É indiscutível que na Idade Média a estrada existente passava em Portucale e a vila de Portucale, da

[1] *As Origens da Cidade do Porto*, pág. 104.

margem esquerda do Douro ficava a nascente de Gaia e em princípio as estradas medievais são as romanas.

Do ponto conhecido da estrada romana, um pouco a norte dos Carvalhos, o terreno não explica que a estrada fosse atingir o Douro, dirigindo-se para Gaia, mas sim para Quebrantões.

Tudo leva a crer que há vinte séculos esse ponto de Quebrantões ainda apresentaria melhores condições para final da estrada do que hoje. Na realidade, essa praia deve estar a aumentar constantemente com o grande assoreamento de que é objecto. Para este efeito, é conveniente examinar a carta Geológica de Portugal, 9-c, publicada pelos Serviços Geológicos, da Direcção-Geral de Minas, onde se podem ver os impressionantes depósitos de terraço que formam a chamada praia de Quebrantões, de tal forma que a pequena povoação que tem esse nome já fica bastante distanciada do rio Douro numa reentrância bem abrigada, se abstrairmos do terreno formado por esses depósitos.

Que configuração teriam estes há 2 000 anos, no tempo dos Romanos ?

Acresce que em Gaia ainda há a tradição de se chamar estrada romana ao caminho que desce para o rio Douro, passando por Mafamude, para Quebrantões [1].

O mesmo nos parece se poder concluir do documento de 1147 [2] em que D. Afonso Henriques e sua mulher

[1] Vid. *As Origens da Cidade do Porto*, de António de Sousa Machado, pág. 115.

[2] In *Catálogo dos Bispos do Porto*, II Parte, pág. 23.

D. Mafalda doam ao bispo Pedro Pitões e à Sé do Porto, o couto da vila chamada Loriz. Os limites dessa vila são dados começando-se por poente — da Pedra Furada, hoje Afurada — e encaminhando-se para nascente, termina por citar a « Portela de Lamas de honores onde se chama Mafamudi e dahy ao *Porto de Carros* ».

Ora esta expressão, e à semelhança do que acontece com a Porta de Carros das muralhas Fernandinas da cidade do Porto, designava certamente o local, junto do rio, até onde vinham ou donde saíam os carros que ou chegavam ou partiam em direcção a Lisboa.

É compreensível que o ponto extremo na margem esquerda do Douro onde vinha ter a estrada romana deixasse de ser determinado com o nome de Portucale, uma vez que esta palavra passara a designar um território bastante vasto, de forma que apareceu o topónimo Porto de Carros que precisava melhor o local em questão.

Assim o término, junto do rio, da estrada que vinha de Lisboa, era para o lado de Mafamude, certamente na praia que se designa pelo nome de Quebrantões, como temos aventado.

Desta forma, e porque não há nenhum ponto que precisamente em frente a Quebrantões ofereça boas condições para embarque e desembarque, temos de procurar esses pontos, na margem direita do Douro onde o terreno os oferecer.

Ora descendo o Douro, o primeiro ponto, bom para o efeito, é o da foz do rio da Vila que deu origem a Portucale, a cidade episcopal que tem hoje o nome de Porto.

Esta navegação entre Quebrantões e a Ribeira está confirmada de tempos imemoriais numa questão suscitada, em 1356, por João Afonso da Reboleira, procurador do concelho da cidade do Porto, em que este se queixou [1] de que os moleiros dos moinhos e azenhas de Massarelos, Campanhã, Lordelo e Quebrantões deixavam de trazer à Ribeira da cidade as bestas e os barcos para neles levarem o trigo, milho e centeio para moer nesses moinhos. Claro que os moleiros de Massarelos, Campanhã e Lordelo seriam os que usavam as bestas. Os de Quebrantões, que fica na margem oposta, usariam os barcos. Ora, ouvidos os moleiros, estes confessaram que fora sempre uso costumado, de tempo antigo, o trazer esses barcos e bestas para o transporte do cereal a moer.

Mas, como é lógico, os povos que atravessavam o Douro e queriam dirigir-se não para os lados da foz do rio, mas para qualquer lugar da margem direita, a montante de Quebrantões, procurariam local de desembarque mais conveniente para não terem que ir desembarcar a poente e andar depois para nascente, outra vez.

Ora a margem direita oferece lugar assim apropriado, qual seja o da foz do rio Tinto, o primeiro

---

1 *Corpus Codicum*, vol. VI, pág. 53 e outras.

ponto da margem direita do Douro e a montante de Quebrantões, com condições para tal.

Essas condições e o uso de tal lugar como ponto de embarque e desembarque para travessia do Douro nunca seria, claro está, tão importante como o de Portucale, visto que neste se continuava a estrada de Lisboa para Braga.

Mas tinha a sua importância, e por isso mesmo sob o aspecto de vigilância e defesa militar não podia ser desprezado. É natural mesmo que já os Romanos lhe tivessem atribuído certos cuidados antes de ocuparem a Galécia.

Por essas razões se aceita que o lugar tenha sido fortificado.

Ora acontece que o local da margem direita do rio Tinto e já na foz deste se chama *Noeda* e a tradição fala no castro de Noeda.

No mapa dos acidentes arqueológicos da região do Porto, existente na Faculdade de Ciências da mesma cidade (Instituto de Antropologia) figura o castro de Noeda.

Ignorámos as razões que levaram a marcar no mapa esse castro, que vem transcrito na História da Cidade do Porto [1] e que neste volume reproduzimos ; aparece com o nome de « Luneta » e de « Noeda », mas estamos convencidos que não se trata pròpriamente de um

---

[1] Vol. I, pág. 17.

castro de civilização castreja, mas sim de um castro militar, posterior, portanto, à semelhança do castro Portucale.

Que não deve ser um castro no sentido arqueológico prova-o o facto de ele ter sido objectivo da doação de D. Teresa ; se fosse só um castro desse sentido não tinha qualquer valor para figurar nessa doação.

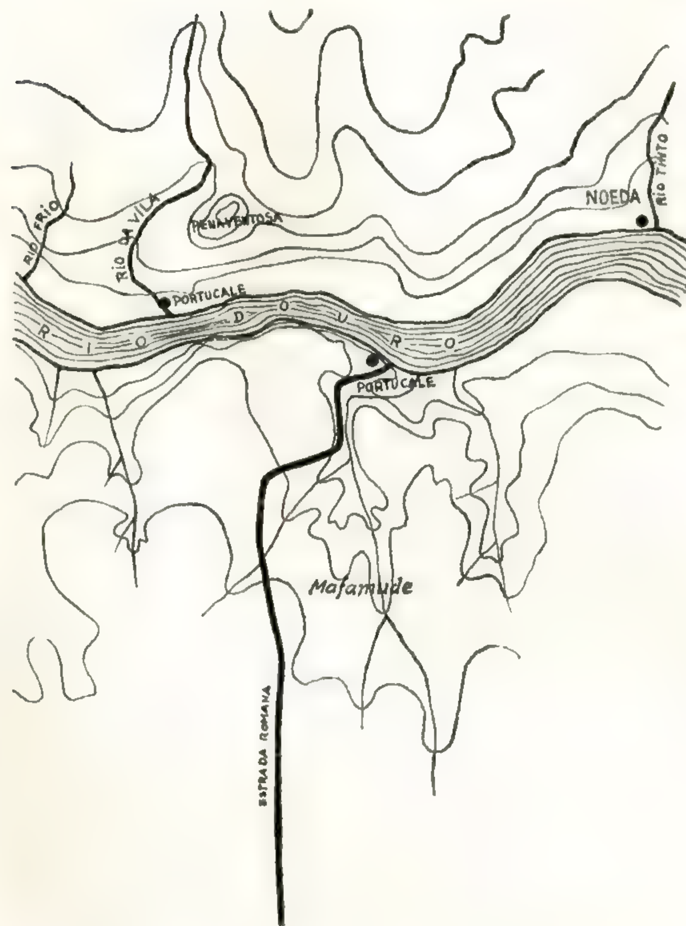
Sendo, como se nos afigura, um castro com características de vigilância e defesa militar, é interessante verificar que ao bispo foi confirmado um couto que quanto às margens do rio Douro abrangia o terreno compreendido entre os dois portos que tinham valor de comunicação com Quebrantões — o extremo da estrada que vinha de Lisboa — os quais estavam devidamente fiscalizados para efeitos de defesa.

Cremos que é digno de ser posto em relevo este facto do couto ter sido marcado com dois pontos estratégicos a delimitar a fronteira fluvial do couto do bispo de Portucale, porque assim podemos concluir que a delimitação do couto entregava na verdade à vigilância e segurança do bispo o território marginal com o Douro e por onde era mais fácil a passagem do rio.

E se não aceitamos que em 1120 se tivesse doado a Sé de Portucale a terra episcopal desse nome, concluímos, como Torquato de Sousa Soares que fora um motivo de segurança que levou a fazer o documento de 1120 entregando ao bispo a área do couto, muito importante, para defesa da região a norte do Douro.

Em planta que apresentamos marca-se o possível percurso da estrada romana, vinda do Sul, ao chegar às margens do Douro que no entender do autor se dirigia para Quebrantões.

Na margem direita do Douro marcam-se dois pontos, nas confluências do rio da Vila e do rio Tinto, que sendo os extremos dos limites meridionais do couto episcopal, seriam também os pontos de navegação fluvial em correspondência com Quebrantões.



A gravura mostra os três pontos importantes de embarque e desembarque no Douro. Portucale, *na margem esquerda e a finalizar a estrada romana, e* Portucale *e* Noeda, *na margem direita.*

CONCLUSÃO

A ponderação dos acontecimentos e os elementos de que se dispõe força-nos a rever o que se tem dito sobre as origens locais da cidade do Porto e a forma como se expandiu o núcleo originário da actual cidade.

Aceitando que a origem da terra que é hoje a cidade portuense se deve ao facto necessário de se ter constituído em cada uma das margens do rio Douro, para dar continuidade à estrada que de Lisboa se dirigia para Braga e que, exactamente por isso, se chamou Portucale, é axiomático que tal *portucale* se havia de localizar em ponto favorável para isso. Esse ponto correspondeu à foz do rio da Vila, ou seja, o ponto em que o rio Douro recebe as águas desse rio. Este rio, porque banhava a vila de Portucale, que se constituiu junto dessa foz, recebeu o nome de « rio da Vila ».

À medida que a terra cresceu, o que especialmente foi devido à criação do bispado, com as consequentes e necessárias instalações, a povoação foi crescendo ao longo desse rio.

A zona ocupada com as instalações episcopais, conforme o costume dos tempos recebeu o nome de civi-

dade, razão porque o rio que mais para a foz era conhecido pelo nome de rio da Vila, mais a montante se chamava também o rio da Cividade.

Ficou assim, de certa forma, a haver uma distinção em Portucale, correspondendo uma parte à cividade e outra à vila.

Pelo séc. XII, os bispos instalaram-se com mais nobreza e ostentação no alto da Pena Ventosa, que assim continuou a cividade que antes existira.

Conforme os costumes medievais os bispos de Portucale tinham sobre a terra a plenitude de poderes senhoriais e a célebre doação de D. Teresa, de 1120, doando à Sé Portucalense o Castelo de Noeda, entrega aos bispos de Portucale a defesa meridional do Couto da Sé.

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBERTO SAMPAIO, *Estudos Histórico-Económicos.*

ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal.*

ALMEIDA FERNANDES, *Acção das Linhagens no Repovoamento.*
— *Ainda Ponte de Lima Altimediévica.*
— *Ponte de Lima na Alta Idade Média.*
— *Do Porto Veio Portugal.*

AMORIM GIRÃO, *Geografia de Portugal.*

ANTÓNIO G. RIBEIRO DE VASCONCELOS, *A Sé Velha de Coimbra.*

ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO, *As Origens da Cidade do Porto.*

Mons. AUGUSTO FERREIRA, *Memórias Histórico-Arqueológicas.*

Rev.º Doutor AVELINO DE JESUS COSTA, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga.*

CAMILO DE OLIVEIRA, *O Concelho de Gondomar.*

CARDEAL SARAIVA, *Obras Completas,* vol. II.

EUGÉNIO ANDREA DA CUNHA e FREITAS, *O Convento Novo de Santa Maria da Consolação* (Padres Loios).

FLORENTINO AGUSTIN DIEZ GONZALEZ e outros, *San Fructuoso y su tiempo.*

FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal,* vol. I.

FRAY JUSTO PEREZ DE URBEL — *San Izidoro de Sevilla.*

GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal,* tomos IV e XI.

HENRI PIRENNE, *História Económico-Social.*
— *Les villes du Moyen Âge.*
— *As Cidades da Alta Idade Média.*
— *Les villes et les institutions urbaines.*

HORÁCIO MARÇAL, colaboração em « O Tripeiro» e na « Lucerna ».

JAIME CORTESÃO — *Os factores democráticos na formação de Portugal.*
JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Etnografia Portuguesa.*
LUÍS AUGUSTO DE OLIVEIRA, *Conquista de Lisboa aos Mouros.*
LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal.*
LUÍS DE PINA, *O Porto na Conquista de Lisboa.*
LUÍS VASQUEZ DE PARGA, *La Division de Wamba.*
MAGALHÃES BASTO, *Alguns documentos do Arquivo Municipal do Porto que fornecem subsídios para a História da Cidade do Porto.*
— *Sumário de Antiguidades.*
— *Portucale.*
— *A Antiga, Mui Nobre e Leal Cidade.*
— Colaboração in « O Primeiro de Janeiro », *Falam Velhos Manuscritos.*
— *Imagens e costumes do Porto de outras eras.*
— *Memória do Congresso do Mundo Português.*
MANUEL PAULO MEREIA, colaboração no Arquivo Coimbrão, vol. XIX-XX,
MARCELO MATIAS, *Aportaciones a la Historia da Galicia.*
MENDES CORREIA, *As Origens da Cidade do Porto.* Colaboração na Nova Monografia do Porto.
P.e MANUEL DE OLIVEIRA, *As Paróquias Rurais Portuguesas.* Colaboração na « Lusitânia Sacra », vol. IV.
MONTEIRO DE ANDRADE, *Plantas Antigas da Cidade.*
Doutor PIERRE DAVID, *A Sé Velha de Coimbra. Études Historiques sur la Galice et le Portugal.*
ROGÉRIO DE AZEVEDO, *O Porto desde a Proto-História à Época do Infante D. Henrique.*
D. RODRIGO DA CUNHA, *Catálogo dos Bispos do Porto.*
SAMPAIO BRUNO, *Os Portugueses Ilustres.*
Sousa Viterbo — *Elucidário.*
TORQUATO DE SOUSA SOARES, *A Organização Municipal da Cidade do Porto no Tempo do Infante D. Henrique,* Separata do « Studium Generale ».
— *Reflexões sobre a Origem e Formação de Portugal.*
— Colaboração na « Revista Portuguesa de História » — *Subsídios para o estudo da organização municipal da Cidade do Porto durante a Idade Média.*
VICENTE RISCO, *Historia da Galicia.*

REVISTAS E PUBLICAÇÕES

Arquivo do Alto Minho.
Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto.
Censual.
Corpus Codicum Latinorum, vol. I e IV.
Grande Enciclopédia Luso-Brasileira.
História da Cidade do Porto, vol. I.
História de Portugal — Edição de Barcelos.
Lucerna.
Lusitânia Sacra.
Revista Portuguesa de História.
O Tripeiro.

ÍNDICE

Esta obra
acabou de se imprimir
na Imprensa Portuguesa, Porto,
em Junho de 1968
quando decorriam as Comemorações
do XI Centenário da Presúria de Portugale
por Vimara Peres

Do autor, escreve Magalhães Basto: «Da sua inteligência e sagacidade crítica, bem como da grande erudição que patenteou... aguardamos novos frutos que contribuam para lançar mais alguma luz sobre tão nebulosas velharias desta [leal cidade onde origem, como é fama, o nome eterno de Potugal]».

Falam Velhos Manuscritos de «O Primeiro de Janeiro», de 18 de Novembro de 1955.

ÚLTIMAS EDIÇÕES :

HISTÓRIA DE PORTUGAL

por **João Ameal**, da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa. 6.ª edição, revista.

TERRA SANTA

Evocação dos seus caminhos

por **Leonardo Coimbra Filho.** 10 ilustrações a 2 tons e 2 a cores.

SONETOS

por **Florbela Espanca.** 12.ª edição. Ilustrada com 6 fotografias da Autora. Um retrato da Poetisa pelo seu irmão, Apeles. Uma análise grafológica. Uma certidão de idade.

NOÇÕES DE METODOLOGIA

Para a Elaboração de Um Trabalho Científico

por **Júlio Fragata, S. J.** (Colecção «Meridiano Universitário»)

A EVOLUÇÃO SEGUNDO TEILHARD DE CHARDIN

por **Eusébio Colomer, S. J.** Tradução de Manuel V. Figueiredo, S. J. (Colecção Prisma).